



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 367 - Sf DCFQ, 5 DE UGVGO DTQ DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.471, de 2011, que <i>abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.....</i>	36389
1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 262 e 263, de 2011.	36390
1.3 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 37, de 2011.	36390
2 – ATA DA 152ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Discursos do Expediente	
SENADORA MARTA SUPLICY – Anúncio da organização, por S. Ex ^a junto à Universidade Mackenzie, de Seminário a fim de debater a revisão do atual modelo de gestão das metrópoles, a realizar-se em 5 de setembro próximo, na cidade de São Paulo.	36391
SENADOR WALTER PINHEIRO – Satisfação com a decisão, tomada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), de redução da taxa básica de juros.	36394
SENADOR JAYME CAMPOS – Congratulação à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela edição das Resoluções Normativas nºs 265 e 267, de 2011.	36398
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Perplexidade com o pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff a respeito da regulamentação da Emenda nº 29, que destina patamar mínimo de recursos para o financiamento das ações de saúde.	36399
SENADOR PEDRO SIMON – Importância dos movimentos da sociedade brasileira contra a corrupção.	36402
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Considerações sobre o financiamento das ações e serviços de saúde e expectativa quanto à regulamentação da Emenda nº 29.	36407
SENADOR PAULO PAIM – Reflexão sobre a questão do trabalho escravo no País, principalmente o trabalho infantil; e outros assuntos.	36410
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação pelo encerramento do leilão, hoje, na Bolsa de Valores de São Paulo, que previu projeto da construção de linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista; e outro assunto.	36418
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Registro da aprovação, na Câmara dos Deputados, na última quarta-feira, do projeto de lei complementar que promove a atualização do Simples Nacional, defendendo sua rápida aprovação também no Senado Federal.	36419
2.2.2 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 355, de 2011, na origem, submetendo à apreciação do Congresso Nacional as proposições encaminhadas ao Poder Executivo pelo Poder Judiciário e Ministério Público Federal. (Publicado em suplemento à presente edição)	36423
2.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR VITAL DO RÊGO – Leitura do manifesto intitulado “Brasília 51 anos, a Copa começa aqui”, de iniciativa de S. Ex ^a , em apoio à candidatura de Brasília para sediar a abertura da Copa do Mundo de 2014.	36423
SENADOR WILSON SANTIAGO – Considerações sobre a mensagem encaminhada pela Presidente Dilma Rousseff que propõe elevação dos salários dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal; e outro assunto.	36430
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro da apresentação hoje, no Palácio do Planalto, do trabalho, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que mostra o perfil do desmatamento na Amazônia e o uso econômico das áreas derrubadas.	36433
2.2.4 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores	
Nº 66, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 559, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.	36436

2.2.5 – Comunicação

Do Senador Wellington Dias, referente à justificativa da ausência de S. Exa. dos trabalhos da Casa no dia 1º do corrente. **(Ofício nº 557/2011, de 1º do corrente)**. 36436

2.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2007. **(Ofício nº 194/2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)**. 36443

2.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2011-Complementar, que altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que “autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior”. 36444

2.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GEOVANI BORGES – Elogios ao projeto Bombeiro Cidadão, ação que o Corpo de Bombeiros do Amapá vem desenvolvendo em favor de adolescentes de baixa renda. 36447

SENADORA ANGELA PORTELA – Destaque ao Programa Brasil Sem Miséria, do Governo Federal. 36447

2.3 – ENCERRAMENTO**3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO****3.1 – MENSAGEM Nº 355, DE 2011, NA ORIGEM**

Submetendo à apreciação do Congresso Nacional as proposições encaminhadas ao Poder Executivo pelo Poder Judiciário e Ministério Público Federal. **(Publicado em suplemento à presente edição)**

4 – ATA**4.1 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA**

Ata da 9ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2011. 36450

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS**5.1 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA**

Nº 13, de 2011. 36450

5.2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 175 a 180, de 2011. 36452

5.3 – PORTARIA DO PRESIDENTE

Nº 41, de 2011. 36454

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

ANEXO			Crédito Extraordinário						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1061		Brasil Escolarizado							74.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 847	1061 00FA	Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública							74.000.000
12 847	1061 00FA 0101	Apoio à Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Nacional (Crédito Extraordinário)							74.000.000
			F	3	2	90	0	300	29.600.000
			F	4	2	90	0	300	44.400.000
TOTAL - FISCAL									74.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									74.000.000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 13-5-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2011(*)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Memorando acima citado está publicado no **DSF** de 13-5-2011.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2011

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 538**, de 1º de julho de 2011, publicada no **Diário Oficial** da União de 1º de julho de 2011, Edição Extra, que “Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea g do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 2 de setembro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 152ª Sessão, Não Deliberativa, em 2 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Sra. Marta Suplicy e dos Srs. Jayme Campos, José Pimentel e Paulo Paim

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 1 minuto
e encerra-se às 13 horas e 38 minutos)*

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Passo a presidência dos trabalhos ao Senador Jayme Campos para que eu faça o meu pronunciamento.

*A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada
pelo Sr. Jayme Campos.*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Convido para fazer uso da palavra a Senadora Marta Suplicy, em permuta com o Senador Fernando Collor. V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero saudar os ouvintes e os telespectadores da TV Senado e os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Hoje o tema é a região metropolitana. Fui Prefeita de São Paulo e pude, na experiência de exercício da prefeitura, perceber que é muito difícil, numa metrópole, numa cidade capital como São Paulo, ter ações políticas de consequência que deem solução a problemas que dizem respeito a toda a região metropolitana. Falo dos resíduos sólidos, falo da segurança, falo da saúde. É impossível. Então, nesse decorrer de anos, o Brasil foi mudando. Nós começamos com zonas populacionais rurais; depois, as pessoas migraram para as cidades, tivemos o inchaço de várias cidades, e o que aconteceu é que os instrumentos para se dar conta dos problemas metropolitanos não acompanharam. Então, até a década de 1950, o Brasil era um país predominantemente rural e, a partir daí, começou essa migração.

O desenvolvimento econômico e populacional nesses aglomerados acabou acontecendo sem limite territorial. Vou dar um exemplo do meu Estado, da minha cidade: você mora em São Paulo; para você chegar a São Bernardo ou Santo André, a Osasco

ou Guarulhos, não é que você tem um descampado, Senador Jayme – não tem – é uma linha direta, habitada. Agora, as pessoas que moram nesses lugares muitas vezes não estão interessadas em saber se são dali ou daqui, elas querem um serviço público de transporte que funcione. Elas não querem pagar uma passagem na sua cidade e ter que pagar outra passagem para outra cidade porque mudou algo que ela nem viu que mudou. Não temos hoje um instrumento para dar conta disso.

Vejam que São Paulo tem, na sua região metropolitana, 20,3 milhões, um PIB de mais de R\$450 bilhões, um território que engloba mais de 30 Municípios, que são estáveis, mas que precisam de governança estável; nessas metrópoles, temos um esvaziamento dos instrumentos de gestão, resultando na desarticulação das ações públicas e dos serviços oferecidos, como eu mencionava. Inclusive, coisas como, por exemplo, o plano diretor da cidade de São Paulo, que foi feito na minha gestão, em 2004, até hoje não foi implementado, e os planos de revitalização foram abandonados.

Precisamos de programas e projetos que sejam baseados num planejamento regional.

Estou falando de São Paulo porque é o lugar que conheço mais, mas temos região metropolitana em todas as capitais brasileiras.

Agora, esses mecanismos de atuação têm que ser fortalecidos com políticas públicas que considerem a particularidade desses aglomerados urbanos e com a maior participação da sociedade.

Para tratar de todos esses temas, organizei um seminário que vai acontecer agora, segunda-feira próxima, dia 05 de setembro, em São Paulo, em parceria com a Universidade Mackenzie. As inscrições são gratuitas. Vou pedir depois, quando esse programa for repetido na TV Senado, que ponham o site do Mackenzie, www3.mackenzie.com.br/eventos, para as pessoas poderem se inscrever, porque já estamos com 640 inscritos.

Cabem mais no auditório, e nós queremos lotá-lo, mas não queremos que você fique esperando na

porta. E para os que não puderem ir, nas próximas semanas eu vou trazer o resultado desses seminários.

Agora, por que eu estou fazendo esse seminário? É porque estou na dúvida, não sei se apresento um projeto de lei ou se apresento uma PEC, uma emenda à Constituição, sobre um novo ente federativo, Senador.

Nós temos a União, nós temos o Governo do Estado e nós temos o Município. Agora, dessa faixa metropolitana, quem cuida? Nós temos leis, mas são leis que não correspondem. Nós temos os consórcios, como o consórcio do ABC, que é fortíssimo, são sete cidades de diferentes partidos que se uniram – isso, há mais de década – e fizeram muito pela região. Mas quando se trata de implementar uma política autônoma de desenvolvimento econômico para a região, têm de ir de pires na mão para o Governo do Estado, e o Governador escolhe se quer fazer ou não quer fazer. Então, isso prejudica enormemente o avanço, a organização política. Então, estou na dúvida do que propor, e esse seminário é exatamente para que eu consiga decidir e apresentar um projeto de lei ou uma PEC que possa realmente mudar a federação de forma a entrarmos no século XXI.

Peguemos, por exemplo, o norte da Itália, que era uma região paupérrima, com algumas cerâmicas, mas muito, muito pobre. Quando foi feita uma região, ela pôde ser vocacionada para a cerâmica de fato, receber investimentos governamentais, até *marketing* especializado e, hoje, o norte da Itália é uma região rica. Se pegarmos a região Ile de France: é uma região que engloba Paris, mas não só Paris, é toda uma região, sendo que algumas são muito ricas, as outras não tão ricas, mas ela acabou recebendo uma revigorada gigantesca. Isso não atrapalha o prefeito, é outra forma de figuração.

Acho que não adianta estarmos no século XXI – é o comecinho dele, vamos dar esse desconto – e não pensarmos o novo. Não adianta mais pensar em situações como a capital do Estado de São Paulo sozinha no meio de trinta e poucos municípios, sem instrumentos que possam realmente atuar no transporte, por exemplo.

Hoje de manhã eu dava uma entrevista pelo rádio e falava com o Secretário Jurandir, do Transporte, e ele concordava, exatamente: nós temos de pensar. A cidade e o Estado de São Paulo têm projetos, tanto é que, na parte da tarde, o Prefeito Kassab é um dos convidados em uma mesa com o Secretário de Desenvolvimento Metropolitano do Governo do Estado de São Paulo, Edson Aparecido, que falarão sobre o que o Estado e a cidade já fizeram nessa direção.

Vai também uma pessoa do Ministério de Relações Institucionais, porque achamos que o Ministério

está aí só para falar de emenda, mas não é verdade. O Ministério de Relações Institucionais trata exatamente da relação entre os entes federativos. E nele trabalham pessoas brilhantes que há muito tempo estudam essa questão metropolitana e podem trazer esse aporte para o nosso seminário, assim como o Mário Reali, que é prefeito e hoje é presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Ele trará a experiência dele, os acertos, os erros, o que poderia melhorar na situação de cidades que hoje são consorciadas.

Então, o seminário começará às 9 horas e será aberto por mim e pelo reitor da Universidade Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto. Logo em seguida, falará o Márcio Pochmann, do Ipea, que trará sua contribuição, pois o Ipea também tem estudos muito aprofundados sobre as questões metropolitanas. Depois, falará o Luís Ribeiro, do Observatório de Metrôpoles; o Klink, da Universidade Federal do ABC. Depois, teremos outra mesa, com os representantes da França, convidados gentilmente pelo Consulado francês, que vão trazer o aporte e a experiência europeia em relação às regiões metropolitanas.

Nós não podemos mais pensar o Brasil no século XXI com cabeça de século XX. Então, tudo que representa a região metropolitana, uma região como São Paulo, uma região tão possante, tão forte, é hora de atentarmos para a necessidade de repensarmos como fazer com que tudo o que a cidade tem seja ampliado em benefício de quem mora na cidade e nas cidades do entorno também.

As regiões metropolitanas foram criadas em 1973, por meio de uma lei complementar federal. Com a Constituição de 1988, sua criação passou a ser uma atribuição dos Estados.

Atualmente, no Brasil, nós temos 37 regiões metropolitanas. Então, vejam que não estou inventando a roda, é uma coisa que existe, mas que está atrás do que poderia estar hoje. Essas 37 regiões metropolitanas distribuídas por todas as grandes regiões do País e definidas por leis federais ou estaduais têm como finalidade integrar e organizar ações de interesse comum dos municípios. Agora, as regiões metropolitanas não possuem personalidade jurídica própria nem os cidadãos elegem representantes para essa gestão. Nós também temos, além das regiões metropolitanas... Quer dizer, vocês já viram que há uma parede para conseguir fazer as coisas. Primeiro, não tem nenhum contato direto com a população e, depois, não tem uma personalidade jurídica, o que dificulta muito.

Além disso, nós temos hoje também as Rides, que são Regiões Integradas de Desenvolvimento, que têm as mesmas características das regiões metropolitanas, porém, agregam municípios de mais de um Estado da

federação. Então, do total de 40 aglomerações urbanas – três na região Norte, dez no Nordeste, dois no Centro-Oeste, nove no Sudeste e dezesseis no Sul –, mas como vocês percebem, cada uma é meio solta no espaço. Então, acabam sendo ações que não integram, que não dão a resposta de que as grandes cidades precisam, de que este século precisa. Essas regiões que já existem envolvidas em algum tipo de ação, porque já pensam esse problema, envolvem 482 municípios, que é uma população aproximada de 106 milhões de habitantes. Nós estamos falando de 58% da população brasileira. O PIB de 2004 apontou a concentração de R\$1,139 bilhão e o PIB per capita de R\$10,7 mil para as pessoas que já moram nessas regiões.

Então, eu acredito que nós temos que descentralizar. Às vezes as pessoas podem dizer: “Ah, mas o governador perde poder, o prefeito perde poder”. A gente não tem que pensar assim. Eu fui prefeita de São Paulo e nós tínhamos as regiões administrativas que eu transformei em subprefeituras, aumentei, transformei em subprefeituras para descentralizar e descentralizamos regiões. Cada uma tem 600 mil habitantes, 500 mil habitantes e tem orçamento – tinha, porque foi tudo centralizado pelo Serra de novo –, foi tudo descentralizado. Tem que pôr o recurso na ponta, tem que descentralizar, a gente tem que agilizar a administração. A administração não pode ser só concentrada num prefeito ou num governador, é muito grande o desafio. E nós sabemos que para uma PEC desse porte passar no Senado ou na Câmara tem que ser feitas negociações, mas as negociações são feitas e a gente está aqui para isso, o Senado é a Casa da negociação.

Eu tenho clareza de que uma região, um novo ente federativo, não poderá ser sustentado por Estado e Município e terá de ter aporte da União.

Agora está na hora de a gente conseguir pensar o século XXI, e este seminário que vai ocorrer, no dia 5 de setembro, na Universidade Mackenzie, organizado também por mim, vai discutir e vai me permitir apresentar o melhor projeto que a gente for capaz de fazer, para que nós consigamos ter um Brasil moderno, um Brasil que se coloque de uma forma preparada para fazer o enfrentamento. Não é só o enfrentamento econômico, que nós estamos fazendo tão bem com a Presidente Dilma e que fizemos muito bem com o Presidente Lula, com o resgate das pessoas mais pobres, mais de trinta milhões – não, são quarenta milhões – que entraram na classe média. Hoje, é o país com maior mobilidade social. Isso é fantástico de se observar, mas a gente tem que pensar também na qualidade de vida das pessoas.

Então, nós não estamos falando só do salário ou de coisas pontuais, importantíssimas. Nós estamos falando do que um prefeito, um governador ou de que – não sei quem vai chamar – for o coordenador dessa região metropolitana poderá fazer para que a qualidade de vida seja melhor. Estou falando do transporte, da segurança, estou até da saúde. Por exemplo, em São Paulo há o Incor e o HC, e vem o mundo. Então, tudo isso tem que ser pensado também como uma das responsabilidades da saúde, porque, muitas vezes, em cidades em volta de metrópoles, os habitantes dos Municípios acabam utilizando os hospitais da cidade maior, mais próxima. Isso tem de ser pensado. Tem que haver estatutos para redistribuição. Isso já tem bastante, mas é tudo desintegrado. Então, a proposta é integrar e, talvez, possivelmente, fazer esse novo ente federativo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy, pelo oportuno pronunciamento. V. Ex^a tem toda razão, nós temos que discutir as regiões metropolitanas em nosso País. Nós temos 37. Lamentavelmente, poucas ações ou quase nenhuma, de forma concreta, ocorreram nessas regiões metropolitanas. Não se pode pensar em fazer alguns investimentos públicos na região do ABC se não pensarmos no todo.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A gente tem que fazer algumas ações de Governo, mas de forma integrada. A tese da senhora e esse evento que vai acontecer em setembro no Mackenzie acho que são muito pertinentes, diante, naturalmente, do fato de que a população do Brasil está crescendo. Nós temos que ter avanços, sobretudo nesses investimentos. V. Ex^a tem toda a razão. Fui Prefeito de Várzea Grande, cidade que também faz parte do aglomerado urbano de uma região metropolitana da grande Cuiabá, que tem mais de 1 milhão de habitantes.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – O senhor sabe do que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente. A sua fala está muito pertinente e, sobretudo, atualizada com o momento do Brasil e do mundo. V. Ex^a bem disse aqui do exemplo a Itália. Numa região dali, bastou o governo focar o investimento e até o *marketing* diferenciado e houve crescimento, consolidou a economia e a própria população permaneceu naquela área. Muitas vezes, falta investimento, direcionamento não só no setor público, mas no privado – o grande indutor do setor privado é o próprio Governo. Nesse caso, como V. Ex^a falou, virou

uma região realmente próspera e quero crer que isso se faz no mundo inteiro.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A gente tem que pensar exatamente nisso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a. O que disse é pertinente. Não é à toa que V. Ex^a foi uma grande Prefeita de São Paulo e quero crer que é uma das fortes candidatas para o pleito de 2012.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agora virou campanha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao brilhante Senador Walter Pinheiro, do Estado da Bahia. V. Ex^a tem vinte minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,... O Paim, que recebe aqui uma ilustre visita, que, na realidade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – A funcionária Mirtes, do meu gabinete, e o Luciano. Ela é o cão-guia do Luciano.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O Luciano, o companheiro deficiente visual que nos visita nesta manhã, e visita o Senador Paulo Paim no plenário, com a Mirtes, que é o cão-guia do nosso amigo Luciano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Walter, só para deixar claro, porque ele estava caminhando aqui nos corredores, o Luciano é funcionário do gabinete e a Mirtes são seus olhos na Casa. É um excelente funcionário, trabalha comigo há quase oito anos. E a Mirtes chegou, para alegria do Congresso Nacional, há mais ou menos quatro anos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Senador Jayme Campos, quero, nesta manhã, chamar a atenção para uma das coisas com que, na realidade, durante o dia de ontem, e até hoje, Senador Paulo Paim, em todos os jornais, nós nos deparamos, que é uma espécie, eu diria até, de efervescência econômica, a partir da decisão assumida pelo Copom na quarta-feira à noite.

Na realidade, eu diria que essa efervescência toda ou até essa verdadeira saraivada de análises e de posicionamentos acontece no momento em que tomamos, como Governo, decisões importantes para o rumo da economia.

Na mesma quarta-feira da decisão do Copom, o Governo Federal entregou nesta Casa, no Congresso Nacional, a peça orçamentária e o Plano Plurianual

2012/2015, fazendo, portanto, o que seria o rito natural de entrega dessas peças importantes que norteiam nossa economia, que norteiam a ação de governo, que norteiam todo o nível de execução orçamentária no País. E é óbvio que as peças trazem consigo caminhos para o enfrentamento da situação atual, mas preparando os próximos passos para 2012 até 2015.

E eu me refiro a essa efervescência do dia de hoje, que vai desde críticas a elogios, a depender da leitura do observador ou do interesse patrocinado por cada observador. É interessante chamar a atenção para dois aspectos: primeiro, uma decisão de Copom ou um posicionamento do Banco Central tem que estar associado efetivamente a vários fatores que se movimentam e que se apresentam na economia e, obviamente, a seus reflexos na sociedade. E aí, quando alguém levanta que o Banco Central mitigou, que o Banco Central, de certa forma, oscilou do ponto de vista da sua autonomia mais para lá do que para cá, não há nenhum tipo de oscilação nem de vacilação. O Banco Central não é um pêndulo que se move a partir dos interesses de quem quer que seja, muito menos por pressão de governo. O Banco Central tem a obrigação, particularmente o Copom, de manter seu olhar criterioso para esse cenário da economia.

Quem está nos assistindo hoje sabe do que estou falando. Há o reflexo, por exemplo, das medidas econômicas, das ações sociais e dos programas sociais adotadas pelo nosso Governo inclusive em cada canto deste País. O que significa para uma família que não tinha absolutamente renda nenhuma passar a perceber o Bolsa Família? O que significa para o comércio local quando temos a execução de programas como o Plano Safra?

No final de semana próximo passado, estive na cidade de Andaraí, junto com o Governador, a Senadora Lídice da Mata, os Deputados Rui Costa, Amauri e Zé Neto. Nós fomos àquela cidade para a entrega de diversas obras. Ali é uma cidade cravada na Chapada Diamantina, próxima inclusive a Mucugê, em uma região que as pessoas conhecem pelo seu traço natural, pelas águas do Paraguaçu, uma cidade em que há influência da atividade agrícola, da pequena agricultura familiar, do desdobramento das atividades dos assentados. Essas atividades têm influência direta e imediata na economia local. Portanto quando um programa como o Pronaf, um programa de financiamento, um programa de injeção de recursos para o pequeno agricultor, quando esse programa é injetado na cidade... Tanto é que recentemente nós travamos uma enorme batalha com o Banco do Nordeste, para a manutenção da agência do Banco do Nordeste naquela cidade. É essa economia, por exemplo, que movimenta

a cidade de Andaraí. Ainda que seja uma região turística, uma região com um apelo turístico extremo, mas é essa economia do dia a dia, da agricultura familiar, que mantém a cidade.

Programas como o Plano Safra, que cobrem a perda de produção... Agora a Chapara Diamantina, por exemplo, começa a entrar na sua fase de seca, meu caro Senador Jayme Campos. Começa a haver problemas, vamos assistir inclusive já a uma mobilização para atacar as queimadas, para prevenir contra o fogo, por conta exatamente do clima que vai variando a partir de agora naquela região. Então, é importante lembrar que esses programas... E aí eu quero me referir ao programa do seguro safra, que injeta hoje, para cada agricultor, algo em torno de R\$640,00, quando este perde a sua produção. Então, imagine um programa como esse cobrindo mil agricultores ou pequenos agricultores nessas cidades, nós vamos nos deparar com a situação de R\$640 mil injetados na economia local.

Essa injeção de recursos efetivamente alimenta o comércio local, mantém as famílias com condições de adquirirem alimentos e, ao mesmo tempo, vai alimentando a cidade, vai girando a economia.

Óbvio, não dá para tirar, por exemplo, o olhar do Banco Central ou do Copom do que está acontecendo com a nossa indústria.

Recordo-me que aqui, neste mesmo plenário, Senador Paulo Paim, diversos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras falavam da possibilidade do risco da desindustrialização e da invasão dos produtos industrializados advindos principalmente da China. Era necessário fortalecer a indústria local. Era necessário estimular o consumo local, para permitir inclusive que tivéssemos essa combinação de consumo e de indústria com capacidade de ofertar os produtos, de produzir e concretamente suprir um dos problemas que, àquela época, já apontavam um certo nível de risco de redução da nossa capacidade de exportação. Em que pese esse último período, e o dado de ontem aponta para isso, nós exportamos mais do que importamos, principalmente **commodities**. Os preços das **commodities** no mercado internacional foram estimulativo, os preços chamaram a atenção para isso. Então, na nossa balança comercial, no último dado divulgado ontem, há um superávit de mais de três bilhões.

Portanto, esse olhar também deve ser uma das preocupações do Banco Central para a tomada de decisões sobre que taxa de juros nós praticamos aqui dentro. Quando trabalhamos a questão de programas como o Brasil Maior, que busca a desoneração de folha, que busca estimular a atividade industrial, por exemplo, de calçados, Paulo Paim, que tem muita relação com as cidades em que V. Ex^a anda muito, no Rio Grande

do Sul, ou lá do nosso Prefeito Tarcísio Zimmermann, de Novo Hamburgo, e temos, inclusive, vários desdobramentos na Bahia, Paulo Paim, diversas empresas de calçados...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Poderíamos lembrar Franca, em São Paulo. O Senador aqui de São Paulo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso, Franca, com o Senador Aloysio Nunes, que está aqui.

Nós temos desdobramentos disso na Bahia, nas cidades de Ruy Barbosa e Ipirá. Temos várias unidades de fabricação de calçados.

Portanto, o Brasil Maior busca exatamente incentivar essa indústria de calçados. A queda do dólar, Paulo Paim, impõe, para esses produtores, para essa indústria, um nível de dificuldade. Então, é fundamental que o Banco Central, por exemplo, quando opera no mercado, Senador Aloysio Nunes, trata inclusive da aquisição de dólares para evitar que, através da enxurrada de chegada de dólares e obviamente a queda do valor da moeda estrangeira no Brasil, impactem negativamente essas duas movimentações na nossa indústria de calçados.

Portanto, essa é uma preocupação que o Banco Central e particularmente – volto a dizer – os membros do Copom devem ter quando de uma decisão sobre taxa de juros. Então, não é só um posicionamento que se localiza para atender uma demanda, que é correta, de controle da inflação, mas é necessário olhar a economia como um todo. A queda da taxa de juros é um processo de estímulo à nossa capacidade de produção industrial, você vai barateando o custo do dinheiro.

Ontem, Senador Paulo Paim, um dos economistas perguntava: “Mas como é que isso impacta na vida das pessoas? Isso vai demorar 60 dias!”. Não é verdade. Essa decisão tem impacto direto e imediato. O acesso ao financiamento, o custo desse dinheiro, isso impacta diretamente na atividade industrial. E aí nós vamos para a atividade do varejo, por exemplo, que foram as ações de varejo espalhadas por este País afora, principalmente na venda de produtos de alimentação, de higiene pessoal e de limpeza. Aí nós tivemos um crescimento enorme do varejo no País, e esse crescimento se dá exatamente em cada localidade.

Não é à toa que temos assistido, Senador Aloysio Nunes, um movimento que até impressiona. Grandes redes como Carrefour, Walmart e outras tentando comprar minimercados, tentando comprar – vou usar uma expressão mais pesada – até bodega, pequenos comércios em cidades do interior. Essas grandes redes inventaram inclusive a história dos seus minis, mercado do dia a dia, mix, minibox, e não sei o que, para servirem como ajuste dessa sua relação com a

atividade comercial em bairros, que até então era patrocinada por pequenos comerciantes. Isso V. Ex^a deve encontrar muito em diversos bairros de São Paulo, que tinha aquele pequeno comerciante e que foi substituído por grandes redes.

Então, as redes foram em busca de uma nova frente que se instalou em todos os cantos deste País. Portanto, mexer na taxa de juros é para isto, para você estimular a produção interna, para enfrentar com o consumo interno os problemas com que temo nos deparado do ponto de vista internacional.

Grandes mercados – e aí quero localizar Europa e Estados Unidos – se retraíram por força da circunstância econômica no que diz respeito à relação conosco nas compras. Mas é verdade que parte do capital que operava nessas regiões – particularmente, assistimos a isso há quinze dias –, por exemplo, o capital espanhol, diversas empresas espanholas operam estradas inclusive em São Paulo, na Bahia. Há uma empresa espanhola que adquiriu agora, que foi a ganhadora do leilão, da licitação para a construção do primeiro aeroporto privado, o Amarante, no Rio Grande do Norte. Portanto, é importante que esse deslocamento de capital venha para cá, para a atividade produtiva e não para a especulação. E é fundamental que ofertemos uma taxa de juros capaz inclusive de atrair essa gente para a atividade produtiva e não para a especulação. O Brasil tem uma das maiores taxas de juros do mundo. Obviamente, mesmo com todo o risco, ainda que as dificuldades se apresentem, ela é levada via um atrativo enorme para quem quer apostar na especulação. Como os capitais americano e também o europeu têm enfrentado dificuldades enormes em seus países de origem, na realidade, não está sobrando tanto capital assim para especular. É preciso que esse próprio capital também se posicione numa outra linha.

Então a decisão foi correta. E outra é a decisão de governo. Age corretamente o Governo quando eleva o valor, amplia o superávit, ou seja, quanto o Governo vai economizar. É importante que essa medida se estenda, como disse ontem a Ministra Miriam Belchior, para outras áreas, para que tenhamos condições de ajustar as contas públicas e enfrentar esse período sem reduzir a nossa capacidade de investimento para que o Brasil continue crescendo. É óbvio que teremos um percentual muito menor de crescimento projetado para 2012.

Não há a menor condição, nas condições mantidas hoje, de apostarmos que o crescimento de 2012 ultrapassará a casa de 5%, tomando como referência o que acontece com a inflação, com a economia no mundo e a própria movimentação da economia aqui dentro. A previsão hoje situa um pouco abaixo daquela

que, efetivamente, havia sido apontada desde o orçamento apresentado no ano passado.

Portanto, é esse ajuste à realidade que é importante para chegarmos ao caminho da redução da taxa de juros. E ainda iria mais longe. Ontem à noite, ouvi aqui o Senador Pimentel falando que ainda espera que a taxa de juros caia mais três pontos percentuais. Aí, Senador Pimentel, eu diria que seria, não vou chamar a glória, mas pelo menos o coroamento de tudo aquilo para que estamos tentando chamar a atenção e, ao mesmo tempo, desejando que ela caia dos dez pontos percentuais, permitindo, assim, uma maior folga, um ânimo para a indústria, um alento para essa atividade produtiva em nosso País e que, portanto, aponta para uma outra questão fundamental, que também foi decisão tomada pelo Governo – aliás, vem desde o Governo passado –, no sentido de estimular cada vez mais a pequena atividade. E, aí, temos medidas importantes que foram tomadas como o Super Simples, a micro e pequena empresa, o empreendedor individual, a empresa individual, a capacidade de irmos ao encontro dessas atividades, que, uma vez pulverizadas, também multiplicam nossa capacidade de geração de postos de trabalho e se apresentam em cada canto deste País como uma atividade econômica, vigorosa e pujante para tentar sustentar esta nossa economia de forma cada vez mais forte.

Um aparte ao Senador Aloysio.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Walter Pinheiro, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e registrar que não tem nada que justifique a manutenção da taxa de juros que o Brasil pratica, em especial a taxa Selic.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – A discussão que tínhamos anteriormente, de que ela tinha como objetivo reduzir a taxa inflacionária, quando abrimos a composição...

O SR. WALTER PEREIRA (Bloco/PT – BA) – Vou dar o aparte ao Aloysio e encerro.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Terminei passando à frente do Senador Aloysio.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Por favor.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Que tinha como objetivo impedir o crescimento da inflação, quando abrimos a composição do IPCA, que é o Índice de Preço ao Consumidor Amplo, ali, 34% dele é composto por preços controlados pelo Estado, ou seja, são contratos indexados que, independentemente da inflação, são reajustados. Vinte por cento, em média, são compostos por percentuais que vêm das **commo-**

dities, das exportações. Quem define isso é o mercado internacional. Portanto...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Foi o que eu disse aqui antes, Senador Pimentel. Se o senhor pegar o dado anunciado ontem, nós tivemos inclusive um superávit da nossa balança.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Motivado, exatamente, por esse fator.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)* Só para concluir, Sr. Presidente. A taxa Selic no Brasil tem pouco impacto sobre o mundo inflacionário. E, quando você abre o mundo inflacionário, são exatamente os chamados produtos sazonais em determinados períodos do ano. A taxa Selic, no patamar em que estava, de 12,5%, tinha algo em torno de 6,5 de juros reais, ao passo que o segundo maior juro real do mundo, que é o da Turquia, não é a metade dos juros reais que nós praticamos. Reduzimos em 0,5%, o que é muito importante, mas é preciso reduzir mais ainda, e temos margem para reduzir em até três pontos percentuais. Mesmo assim, nossa taxa real de juro Selic continuaria sendo igual à segunda maior do mundo, e isso nos daria uma economia entre R\$30 bilhões e R\$35 bilhões por ano para que o Brasil pudesse investir na sua infraestrutura. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Pimentel. Vou dar um aparte ao Senador Aloysio, Senador Jayme Campos, e, em seguida, encerrarei o meu pronunciamento nesta manhã de sexta-feira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Meu caro amigo, Senador Walter Pinheiro, eu, como V. Ex^a, fiquei feliz com a redução da taxa Selic de meio ponto percentual, decisão do Copom de anteontem. Eu, como V. Ex^a acaba de dizer, considero que a taxa de juros básica da nossa economia é um alimentador da dívida pública, é um entrave ao crescimento econômico e é, sobretudo, um fator de aumento das desigualdades, uma vez que comprar títulos do Tesouro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – ... remunerados *(Intervenção fora do microfone.)* pela taxa Selic é um jogo de ganha-ganha. Jogou, ganhou. E ganhou contra quem? Ganhou contra o conjunto do povo brasileiro, porque a dívida pública aumenta na medida em que essas operações continuam a taxas tão elevadas. De modo que fiquei satisfeito e acho que está mais do que na hora de iniciarmos uma trajetória de queda da taxa de juros. Concordo com o Senador

Pimentel, que exprime aqui uma opinião que o Senador Dornelles tem reiteradamente manifestado, todas as vezes em que comparecem autoridades da área econômica perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado: é que não há uma correlação imediata entre a Selic e a inflação. Fico satisfeito com isso. Mas eu me lembro da última presença aqui, na última audiência pública, quando recebemos, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, o Ministro da Fazenda. Ele, de alguma maneira, anunciava – quando traçava um panorama internacional de diminuição de atividades no mundo, a solidez relativa das nossas instituições financeiras, as condições que o Brasil tem em termos de reservas acumuladas – que poderia começar um processo de redução da taxa básica de juros, mas condicionava isso a uma política fiscal rigorosa, a efeitos efetivos, a efeitos práticos de uma política fiscal rigorosa. Foi o que disse o Ministro da Fazenda. Ora, o Copom anuncia a redução da taxa de juros, da Selic, a taxa básica de juros, e, no dia seguinte, o Governo manda ao Congresso uma proposta de lei orçamentária com expansão dos gastos públicos acima da previsão de expansão de receita. É o que está na peça orçamentária sob exame do Congresso. O Orçamento de 2012 prevê um crescimento de 9,8% da despesa, bem acima do aumento da receita, estimada em 8,9%. Então, nós temos aí uma contradição que precisa ser revolvida. E precisa ser resolvida, basicamente, pelo Governo: vai cortar gastos efetivamente ou esse anúncio de 10 milhões é apenas para inglês ver? Porque anunciar corte de gastos no mesmo dia em que manda para o Congresso um orçamento expansionista e, ao mesmo tempo, concomitantemente a isso, a Ministra do Planejamento já anunciar um contingenciamento de 20%...

(Interrupção do som.)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – ...da despesa prevista no orçamento aprovado é realmente uma situação absolutamente incompreensível! Essa é a observação que eu queria fazer, fundamentalmente concordando com V. Ex^a que é preciso continuar nesse processo – e eu gostaria que se continuasse nesse processo –, mas o Governo e o Congresso precisam tomar cautela contra o aumento dos gastos e, sobretudo, a composição desses gastos, porque há gastos públicos inúteis, que são como colesterol ruim na veia do organismo social, mas há gastos que são positivos, como os gastos na infraestrutura, que contribuirão para a diminuição de um dos fatores da inflação, que é o chamado Custo Brasil. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Vou encerrar, Senador Pimentel, aproveitando esse aparte do Senador Aloysio, dizendo que aí, agora, entra a terceira parte.

A peça orçamentária veio para cá. Copom e Governo fizeram a sua parte. Nós não podemos trabalhar com aquela lógica, sempre, de superestimar receitas ou ajustar a isso mais gastos que poderiam ser considerados como esse colesterol ruim que V. Ex^a levantou.

Então, compete a nós, dessa peça orçamentária, limpar esse colesterol ruim e ir ao encontro inclusive do que vem na própria peça orçamentária, que propõe, para 2012, um aumento considerável desse superávit. É lógico que só se poderá processar isso se houver corte de gastos, inclusive de gastos públicos, para que continuemos pregando, buscando e pressionando o Copom para que a taxa de juros continue caindo e chegue a esses três pontos percentuais abaixo, tão desejados pelo Senador José Pimentel.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Parabéns, Senador Walter Pinheiro, pelo seu pronunciamento e pela oportunidade!

Quero conceder a palavra ao Senador Jayme Campos pelo tempo regimental.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nem vou usar os 20 minutos regimentais. Serei rápido, até porque há muitos oradores inscritos. Quero ser bem objetivo na minha fala.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação e com entusiasmo que desejo, desta tribuna, registrar minhas sinceras congratulações à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por sua acertada e promissora Resolução nº 265, publicada há dez dias. Trata-se, Senador Paulo Paim, de importantíssima medida para promover a saúde preventiva de nossa população.

Após ampla consulta pública, que mobilizou mais de 14 mil contribuições, das quais mais de dois terços provenientes de usuários de planos de saúde, a ANS baixou essa meritória instrução normativa, cujo objetivo é estimular tais usuários à prática de hábitos saudáveis. A ideia consiste em fazer com que as operadoras incentivem a adesão dos beneficiários a programas de promoção da saúde e envelhecimento ativo, podendo oferecer desconto nas mensalidades dos clientes que aderirem. Ou seja, naturalmente, os cidadãos que aderirem a essa resolução junto aos pla-

nos de saúde poderão gozar de um desconto naquilo que deverá pagar em seus planos de saúde.

De acordo com a recém-criada norma, “o beneficiário que aderir a algum programa desse tipo poderá ter o desconto, sem discriminação por idade ou doença preexistente. E não será permitido vinculá-lo a resultados alcançados. O desconto ou a premiação estarão vinculados apenas à participação. Programas voltados para o envelhecimento ativo envolvem ações para a prevenção e para o acesso a cuidados primários de saúde que visam detectar e gerenciar precocemente as doenças crônicas”.

Isso se estende, Senador Aloysio, aos planos de saúde individuais, familiares, coletivos ou empresariais por adesão. Comporta diversas formatações individualizadas para cada plano, adequando-se aos diferentes públicos a serem beneficiados. Isso é meritório. É uma tacada de mestre que a nossa Agência deu neste exato momento.

As bonificações envolvem programas de envelhecimento ativo para todas as faixas etárias e descontos nas mensalidades do plano. As premiações com bens materiais contemplam programas para a população alvo e gerenciamento de crônicos, como gestantes, crianças, diabéticos e cardiopatas.

Na prática, os usuários que praticam atividades físicas regularmente e que fazem acompanhamento frequente podem receber descontos de até 30% nas mensalidades.

V. Ex^a, Senador Aloysio, adota todas essas práticas, como alimentação saudável e, imagino, caminhada. Portanto, está perfeitamente enquadrado no desconto de 30% nesse caso.

Essa criativa medida adotada pela ANS reverte a lógica até hoje vigente: a do enfoque na doença. Ao investir na educação para a saúde, nosso sistema de saúde suplementar experimenta um fabuloso salto quantitativo, pois, a um só tempo, alia fatores vitais ao nosso bem-estar: a saúde clínica à saúde financeira. Oxigenar os empreendimentos das operadoras e, ao mesmo tempo, tratar do bolso do usuário é, a nosso ver, fórmula fadada ao sucesso.

Costumes saudáveis, como a boa hidratação, a regularidade de exercícios físicos, a atenção à postura corporal e aos cuidados pessoais, assim como a alimentação, a diversão e o descanso adequados, itens que, certamente, integram os referidos programas, haverão de trazer mais consciência à nossa sociedade, mais economia para o Estado, posto que prevenir é sempre mais barato do que remediar.

Na mesma toada, Sr. Presidente, meus caros Senadores e Senadoras, quero elogiar outra resolução, igualmente salutar, publicada na semana passada

também pela ANS, que concerne ao direito de informação. O Brasil precisa dar mais informação ao seu povo. Lamentavelmente, são poucas as informações a que temos acesso. “As operadoras de planos de saúde deverão divulgar informações sobre a qualificação da sua rede prestadora de serviço, oferecendo ao cidadão mais informações na hora de escolher um plano ou um prestador de serviços em saúde.”

Os hospitais, laboratórios e clínicas deverão divulgar certidões e publicações de indicadores de qualidade, assim como notificações da Anvisa, por exemplo. Já os profissionais da saúde deverão divulgar informações de sua qualificação profissional, determinadas pelos respectivos conselhos e entidades de classe.

As regras serão discutidas por meio de um comitê gestor composto por operadoras, prestadores de serviços, beneficiários de planos de saúde, pesquisadores e representantes de órgãos de defesa do consumidor.

Com esse instrumental de valorização das relações entre consumo e cidadania, o Brasil só tem a ganhar.

Segundo publicou a Agência, “ficará mais claro para o consumidor, no material de divulgação das operadoras, quais prestadores investem na qualificação. Com essa resolução, a ANS objetiva estimular a concorrência no setor baseada nos critérios de qualidade, não somente em preço e marca, além de dar a oportunidade de maior destaque aos prestadores que buscam se qualificar”.

Saúdo, portanto, o colegiado que dirige a nossa Agência Nacional de Saúde Suplementar, por ambas as resoluções baixadas nesses últimos dias, ao tempo em que também parabenizo todos os consumidores brasileiros, usuários de planos de saúde, pelas valiosas conquistas alcançadas, no esteio do respeito a suas escolhas e à soberania de seus direitos.

Sr. Presidente, penso que se está avançando. A ANS fez um gol de placa, já que isso vai ajudar, sobremaneira, os nossos usuários.

Lamentavelmente, estamos carentes de informações, sobretudo, por parte das agências operadoras, da qualificação dos profissionais que prestam serviços aos planos de saúde. Mas, dessa forma, a ANS, atendendo ao sentimento popular da sociedade brasileira, fez uma resolução da qual, certamente, eu, particularmente, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, sinto-me orgulhoso.

Eu não poderia me furtar de vir à tribuna desta Casa para parabenizar, realmente, essa atitude que vai atender toda a coletividade. Entendo que é dessa forma que vamos fazer um País com cidadania, para que, acima de tudo, a nossa população possa ter aces-

so a informações dos órgãos públicos, como também daqueles que a atendem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Parabéns, Senador Jayme Campos, pelo excelente pronunciamento! Lembro que a nossa ANS tem um olhar todo especial voltado para a proteção dos contribuintes e, em especial, daqueles que dependem dos planos de saúde. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo tempo regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu pretendo glosar o mote lançado pelo Senador Jayme Campos, aqui da tribuna, a respeito da saúde.

S. Ex^a se referiu a uma medida absolutamente meritória, uma decisão absolutamente oportuna tomada pela Agência Nacional de Saúde e que vai na linha, efetivamente, de trabalhar e estimular a prevenção. Uma política, efetivamente, de saúde.

Especialmente levando em conta que a população brasileira, felizmente, está vivendo mais. A expectativa de vida dos brasileiros no ano em que eu nasci, em 1945, há 66 anos era de pouco mais de 40 anos. Hoje supera os 73 anos, o que me dá algum otimismo de viver alguns anos mais. Viver com saúde, praticando atividades físicas, alimentando-me corretamente e procurando ser feliz o máximo que posso.

Mas eu queria abordar agora, em relação à saúde, um tema que me gerou perplexidade, que é o pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, em estações de rádio, numa viagem que fez ontem ainda a Minas Gerais, a respeito da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que, como todos sabem, destina patamar mínimo de recursos da União, dos Estados e dos Municípios para o financiamento das ações de saúde.

Essa emenda carece ainda de uma lei regulamentadora, embora uma boa parte dela já seja auto-aplicável. Mas o fato é que a falta de definição precisa do que sejam gastos em ações de saúde permite que União, Estados e Municípios gastem, a pretexto de ações de saúde, em atividades que possam ter eventualmente alguma incidência sobre a saúde. A rigor, até o asfaltamento de uma rua que leve a um hospital, em algumas circunstâncias, em algumas circunstâncias e locais é incluído como gastos da saúde. De modo que é preciso regulamentar.

Além disso, a União vem se retraindo, pouco a pouco, no financiamento do SUS. Essa é que é a ver-

dade. Se pegarmos os últimos dez anos, verificamos que aos poucos a União vai saindo devagarzinho, pé ante pé, da sua contribuição nos gastos com saúde como é sua responsabilidade.

Os prefeitos, cada vez mais, investem em saúde, aplicando recursos orçamentários muito acima dos 15% previstos na Constituição. Há prefeituras que investem 30%, 35%. Alguns Estados não cumprem. O governo do meu Estado de São Paulo cumpre, mas muitos Estados não cumprem. E a União vem se retraindo.

A tabela do SUS há muito tempo precisa ser atualizada. Hoje, o que as entidades filantrópicas, responsáveis por 40% dos atendimentos em saúde no Brasil, recebem pelos procedimentos médicos não cobre, na generalidade, nem metade dos seus custos. E o que nós temos é uma crise constante dessas instituições.

A Presidente Dilma Rousseff, quando candidata, foi muito enfática, absolutamente enfática, em mais de uma ocasião. Ainda só para me lembrar de uma delas, durante uma reunião com a Frente Nacional de Prefeitos: “Vamos regulamentar a Emenda 29!”

E apresentava isso como realmente fato, medida absolutamente indispensável para a melhoria do sistema de saúde pública no Brasil.

Bem, depois que a Presidente Dilma Rousseff assumiu, o que não faz muito tempo – nove meses –, trouxe um perfil diferente do seu antecessor no que diz respeito às suas aparições públicas. Adotou um perfil, digamos, mais moderado, falar menos, falar pouco, valorizar a sua fala. Isso foi saudado por muitos, inclusive por mim. Achava que isso significava uma economia na fala presidencial, que tem uma importância muito grande na conformação do Estado na opinião pública, uma vez que o Presidente da República, pela sua preeminência no sistema político, pelo seu impacto na mídia, tem realmente papel enorme na mobilização e na formação do sentimento e das opiniões das pessoas.

Agora, assistindo, ouvindo e registrando as últimas manifestações da Presidente, começo a ficar preocupado e achar que a economia de palavras reflete, na verdade, confusão de ideias, o vazio de projetos. Nem todos são obrigados a ter uma expressão verbal escorreita. A Presidente não prima nesse aspecto. Vou ler aqui a transcrição de uma declaração dela numa rádio, em Jeceaba, ontem: “Vou trabalhar diariamente para garantir que aquele R\$1,00 que foi destinado para aquele lugar chegue onde foi destinado. Vou lutar por isso. Vou melhorar para melhorar o gasto, para melhorar a gestão, para aumentar o número de médicos, porque também é ótimo.” Convenhamos que não é uma expressão cuidada, elaborada, mas isso se explica, talvez, pelo ambiente, um estúdio de rádio, ambiente que estimula uma fala mais coloquial.

Mas, ao falar da substância do problema que hoje está presente na agenda política do Congresso Nacional, ou seja, a regulamentação da Emenda nº 29, Sua Excelência faz declarações surpreendentes. Vou ler algumas delas: “Para o Brasil virar um País desenvolvido, temos que ter a responsabilidade de dizer a verdade ao povo.

“Isto é, precisa de mais dinheiro? Eu acho que precisa, para a saúde. Não há como resolver. Quem falar que resolve isso sem dinheiro é demagogo. O que é demagogo? É o que mente para o povo, é o que não dá todas as informações.”

Ora, será que Sua Excelência, quando era candidata a Presidente da República, foi demagoga, mentiu para o povo, quando disse que ia lutar pela regulamentação da Emenda 29 e que isso seria feito sem aumento de tributos? Porque o que está sendo insinuado hoje, por vozes cada vez mais concordantes, dentro do governo e nas suas lideranças no Congresso, é que os eventuais aumentos de gastos do Governo Federal com saúde, decorrentes da regulamentação da Emenda 29, teriam que ser cobertos por novos tributos, ou pelo aumento dos tributos já existentes.

Felizmente, já foi rechaçada, pelas mais altas autoridades do governo, a ideia – volta à baila todas as vezes que se fala em recurso para a saúde – de voltar a legalizar os bingos, que vai dar, evidentemente, recursos para os parlamentares que lutam por isso, mas, na verdade, vai estimular a jogatina, lavagem de dinheiro, à ruína das famílias e o aumento dos gastos com saúde.

Agora, ela disse que não iria aumentar tributos, que lutaria para regulamentar a emenda da saúde, a Emenda 29, e que isso ia melhorar a saúde pública. Passados nove meses, a coisa muda. É demagogo quem fala que vai aumentar a eficiência da saúde sem aumentar os recursos. E aumentar recursos, na linguagem do governo, é aumentar os tributos, contradizendo aquilo que a Presidente disse quando era candidata. Ora, isso é demagogia, isso é estelionato eleitoral, para usar uma expressão batida, cansada. Mas é isso.

Ah, então, Sua Excelência diz o seguinte: “Porque, se quiser resolver a saúde, vai ter que investir mais nessa questão, e aí vamos ter que discutir, de forma séria, como se faz um investimento maior”.

Ora, a Presidente da República não é uma animadora de um clube de discussões. Ela foi eleita para governar o País. Ela teve nove meses, considerando apenas o seu exercício presidencial, sem contar a transição, para propor, discutir internamente e submeter ao Congresso algo de consistente.

Nós acabamos de receber a proposta orçamentária para 2012. Será que Sua Excelência não teve o

cuidado de reunir a sua equipe econômica, o Planejamento, a Fazenda, o Ministro da Saúde, para embutir no Orçamento algo, segundo ela, é vital para a melhoria da Saúde, que é redirecionamento dos gastos, se é que ela se mantém fiel à proposta de não aumentar tributos? Ela teve tempo para isso!

Agora ela quer começar uma discussão. Enquanto isso, as filas dos hospitais estão congestionadas, doentes morrem em macas nos corredores, não há assistência ambulatorial digna desse nome, alguns setores da assistência médica estão absolutamente abandonados – eu me refiro aqui, por exemplo, ao abandono dramático da saúde mental. E nós vamos agora começar a discutir? Mas que história é essa?

E, aí, ela insinua a volta da CPMF. “Mas uma CPMF diferente”, diz ela. Diferente, porque “aquela CPMF” – diz ela neste conjunto de declarações, que são realmente uma antologia de disparates – “não foi para a Saúde, foi para fazer outras coisas. Disseram que era para a Saúde e não foi”.

Srs. Senadores, o Governo do PT conviveu com a CPMF durante cinco anos, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. A Ministra Chefe da Casa Civil de então é a atual Presidente. Então, foi o Governo do PT que, durante cinco anos, mentiu ao povo brasileiro dizendo que aplicaria a CPMF na Saúde e não aplicou, fez outra coisa com o dinheiro? Quer dizer, ela confessou nessa declaração pública que, durante cinco anos, o Governo de que ela fazia parte, do qual ela era peça central, desviou os recursos da CPMF para outras finalidades que não a Saúde Pública? Foi o que declarou a Presidente ontem.

De modo que, ao ler essas declarações nos jornais de hoje e ao ler outras também... Cito apenas uma, de que ONG – Organização Não Governamental, de Jundiaí, teve um convênio firmado no valor de R\$12 milhões com o notório Ministério do Turismo, para capacitar pessoas para a Copa do Mundo. Agora, a Copa do Mundo é pretexto para tudo. Até agora, não tem, sequer, uma sala de aula, não tem um professor contratado. E já recebeu R\$1,9 milhão. Tomou o cuidado, sim, de alugar um escritório na Av. Paulista, porque, evidentemente, vale o conselho que foi dado por aquele figurão do Ministério do Turismo de que é preciso, sobretudo, para receber convênio deste Governo, ter uma bela fachada. Cuidou da bela fachada, mas não cuidou de contratar um professor, de elaborar um programa, de treinar um aluno sequer.

Então, sem recriar a CPMF, sem aumentar tributos, sem acenar com a miragem do pré-sal que vai começar a produzir plenamente daqui a dez anos, há, sim, muita coisa para fazer, Sr. Presidente, para cortar gastos, para combater a corrupção para valer, e não

essa pretensa faxina de propaganda, para redirecionar os gastos públicos naquilo que é efetivamente prioritário, que é a saúde, que é a vida.

A Presidente, na sua declaração de ontem, disse que é preciso começar a discutir seriamente como resolver o problema da saúde, depois de nove meses de governo. Creio que seja preciso que a Senhora Presidente se lembre de que ela é a Presidente da República, de que ela assumiu compromissos com esse povo e ela tem obrigação de honrá-los.

Ouçó o aparte do nobre Colega, Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Senador Aloysio, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pelo belo pronunciamento. V. Ex^a aborda um assunto que realmente deixou a sociedade brasileira perplexa, que foi a declaração da Presidente de que a CPMF realmente não estava sendo aplicada na saúde neste País. Todos nós, praticamente, sabíamos disso. Todavia, talvez, o cidadão mais humilde não tivesse essa consciência de que, lamentavelmente, estava pagando uma contribuição com o intuito de melhorar a saúde deste País e que, lamentavelmente, pouco ou nada estava sendo aplicado. V. Ex^a fala do reajuste das tabelas do SUS, que, já há algum tempo, não se faz. Por outro lado, o que é mais grave, e o que eu entendo na minha visão, é que as tabelas do SUS não só estão achatadas como deveriam ter um diferencial em determinadas regiões do Brasil. Particularmente para nós, do Centro-Oeste, sobretudo da Amazônia Legal brasileira, a mesma tabela que é praticada no mais distante Município do Mato Grosso – vamos imaginar, na cidade de Apiacás, a 1.600 quilômetros da capital – é praticada no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte. O que ocorre hoje, Senador Aloysio Nunes? Nós não temos nem profissionais para atender, diante de uma tabela como essa. Infelizmente, nenhum cidadão vai querer se deslocar para os distantes Municípios deste imenso País. Quero crer que tem que ser revisto, sobretudo como V. Ex^a disse aqui, o fato de que alguns Municípios estão aplicando 35%, 30%. A maioria está quebrada, só em investimentos na saúde, principalmente nos Municípios de hoje, que são muito carentes de infraestrutura, sobretudo de saneamento básico. Nós temos que discutir um novo pacto federativo na distribuição do bolo tributário nacional. É inconcebível que alguns Municípios gastem 30%, e a Federação não chegue a gastar 7%, nem 8%. Está um verdadeiro escândalo! Estão matando Municípios brasileiros. Particularmente, falo com o conhecimento que tenho. Fui Governador do Estado, fui Prefeito por três mandatos, e a cada dia que passa o Governo cria um novo programa social, mas, infelizmente, os Muni-

cípios não têm nem contrapartida para oferecer. Então, o Governo está saindo da demanda, que seria competência dele resolver, E repassando para os Municípios. Neste caso, particularmente, V. Ex^a foi muito pragmático na sua fala, quando chamou a atenção para que nós façamos com que o Governo não só regulamente a Emenda nº 29 urgentemente, mas, sobretudo, que aja em relação aos cortes dos gastos públicos. Um exemplo só – eu não sei os números exatos: mas se gastam milhões e milhões aqui em propagandas institucionais. Nós temos que dar uma avaliada, vamos dar uma cortada, até porque, na prática, o que se percebe é o que já está aí. Todo mundo tem conhecimento dos fatos, e o Governo investindo lá milhões e milhões para tapar muitas vezes escândalos, denúncias. Então, chegou o momento de o Governo rever o conceito de Administração Pública, ou seja, cortar os gastos supérfluos e investir no cidadão, porque, na escala de valores, Senador Aloysio Nunes, duas coisas são importantes: primeiro, Deus; e segundo, a vida. E, lamentavelmente, com muita tristeza, tenho acompanhado não só a dívida de Mato Grosso, mas a dívida nacional, o estado de petição, de precariedade com que a saúde pública brasileira tem sido ofertada ao nosso povo. O Governo tem essa obrigação. Dessa forma, V. Ex^a tem toda razão. Quero aqui cumprimentá-lo e dizer que o papel do Congresso Nacional também é buscar. Ou seja, nós fazemos com que o Poder Executivo tenha instrumentos, ferramentas, mas que, acima de tudo, ele possa viabilizar a diminuição dos seus gastos supérfluos e investir no ser humano, que é a coisa mais importante em qualquer parte do Planeta. Parabéns, Senador!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Agradeço imensamente a sua contribuição a este pronunciamento. E não haveria melhor forma de encerrá-lo do que concordar com todas as palavras, *ipsis litteris*, do seu aparte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Parabenizo o Senador Aloysio Nunes pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pelo tempo regimental. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon, tem V. Ex^a a palavra, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, está avançando um movimento, Sr. Presidente, de uma forma que, até então, não era efetivada no Brasil: a movimentação pela ética, pelo fim da corrupção.

Ainda há no ar um pessimismo até, de certa forma, exagerado. As pessoas olham, até que respeitam, mas quase ridicularizam. Há um pessimismo. Ninguém acredita. Tem gente que diz e pensa que nasceu com o descobrimento. Aqueles quatrocentos denegados que vieram para cá, aquele início de formação do Brasil nos vinculou de tal forma que essa maneira de ser vai nos acompanhar por muito tempo.

Eu creio, Sr. Presidente, que nós vivemos um momento importante. Acho que nós estamos meio na gota d'água do descrédito popular. A votação na Câmara dos Deputados – não vou nem analisar a tese jurídica, se valem ou não fatos cometidos antes de o cidadão ser Parlamentar, se isso pode ser usado para afastá-lo – repercutiu muito mal. O que eu tenho recebido de manifestações e protesto! Aí envolve todos, estamos todos no mesmo lugar, não tem a ou b. É tudo: vocês, porque vocês, porque vocês...

Por outro lado, o que está me impressionando é esse movimento, que foi lançado aqui no Senado e espontaneamente está aqui na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paim, de entidades representativas de todas as organizações brasileiras, tendo à frente a OAB, CNBB, ABI e tantas outras visando a uma campanha popular tendo em vista a nova caminhada.

É interessante que nós tenhamos muito claro, tenho dito isso, que de onde a gente menos espera é que não sai coisa alguma. Eu vejo aqui na Comissão de Justiça do Senado e lá na Câmara comissões importantes fazendo reforma política como a próxima etapa. Eu não acredito em coisa nenhuma! Do Senado e da Câmara, não sei nada.

Quando se fala: “Não, é que agora é dinheiro público na campanha, só dinheiro público”, vírgula. Dinheiro público é para os partidos receberem e fazerem campanha na televisão. O resto continua igual. Verba pública de campanha, na tese das lideranças do PMDB, do PT e de outros partidos, é dinheiro que vai, 80% do gasto, à campanha política para Presidente da República, para governador e para prefeito. Então, o que eles querem é que esse dinheiro seja entregue diretamente para fazer essa campanha. O resto continua igual.

Quando se fala em fidelidade partidária: “Não, vai ter fidelidade partidária, tem que ter fidelidade partidária”. O PT e o PMDB, principalmente no PMDB, há fidelidade partidária. Durante três anos e meio, fidelidade partidária. Aí sai a eleição; termina a eleição, tem seis meses para o cara pular para o partido que quiser; depois, volta a fidelidade partidária. É piada, é piada.

Eu só acredito em manifestações da sociedade, do Congresso Nacional com a manifestação do povo,

com o povo participando, com o povo aceitando. E esse nosso movimento tem este sentido; é um sentido que não coloca Parlamentar na frente. E quem está na frente é a CNBB, é a ABI, a OAB, principalmente a OAB que está com uma atuação espetacular, e outras tantas entidades iguais a essas. Nós estamos participando, temos feito várias reuniões.

Agora, exatamente agora, na próxima semana, teremos uma grande reunião na Universidade de Brasília. Todas as entidades estão convidadas para a primeira manifestação, quando nós vamos nos dirigir aos universitários e aos professores, nós e as entidades. Lá estará a OAB, a CNBB, a ABI, outras entidades, o reitor da universidade que, de uma maneira muito gentil, excepcional, com seus pares, atendeu ao nosso apelo. É a primeira que nós vamos fazer nesse sentido. Os Parlamentares já estão avisados, as entidades já estão avisadas; um cartaz na Universidade de Brasília e em vários outros estabelecimentos já está avisando. Estaremos lá reunidos, iniciando a caminhada.

Na segunda-feira, uma nova reunião na OAB, reunindo OAB, ABI, CNBB e outras entidades, quando faremos a procura até exagerada de chamamentos para que a gente vá. Terça-feira estaremos no Rio de Janeiro, em uma reunião com a Federação das Indústrias e uma reunião com a ABI. Quarta-feira, 7 de setembro, estaremos em Porto Alegre, uma grande organização patrocinada pela OAB do Rio Grande do Sul, onde parlamentares do Brasil estarão presentes, todas as entidades do Rio Grande do Sul estarão presentes, e até, Sr. Presidente, no 7 de setembro terá – o gaúcho é gaúcho, a sua maneira de ser –, um tropel de cavalaria, os advogados à frente, na caminhada da luta pela moral e contra a corrupção.

Estamos festejando, principalmente no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, os 50 anos da Legalidade. A Legalidade foi aquele movimento que quando Jânio Quadros renunciou e os militares não queriam deixar João Goulart, vice-presidente, assumir, o Dr. Leonel Brizola, de maneira espetacular, iniciou em Porto Alegre, como Governador, uma rede de rádio e conclamou o povo, e o povo se levantou.

A reação de Brasília foi cruel, inclusive com a determinação de bombardear o Palácio Piratini, os aviões saíram daqui, o porta-avião Minas Gerais chegou até ali em Florianópolis e preparou-se para invadir o Rio Grande e bombardear o Palácio. O Brizola, dos porões do Palácio Piratini, na chamada Rede da Legalidade, conclamou o povo, veio para frente do Palácio: eu e minha família ficaremos aqui. E 60, 70 mil pessoas se dirigiram para a frente do Palácio, e eles não tiveram chance, não tiveram coragem. O General Machado Lopes, que ia ao Palácio tentar prender o Brizola, es-

tendeu a mão e disse: “Não, eu fico com o Rio Grande do Sul, eu fico com a Legalidade, eu fico com a Constituição”. E não aceitou a ordem dos Ministros militares para bombardear o Palácio.

Pois no dia 7 de setembro, uma delegação representando isso estará nas ruas, caminhando na frente na sede da OAB do Rio de Janeiro, fazendo essa caminhada. O que eu conclamo aqui, você, meu irmão telespectador, que está assistindo a este programa, você sabe, você

Você sabe, você está participando, que hoje há um fato novo no mundo: são as redes sociais populares. Durante muito tempo, fomos, a rigor, escravos dos rádios, das televisões, dos jornais, que determinavam nossa orientação. Lacerda foi para rádio, fez um carnaval, levou Dr. Getúlio Vargas ao suicídio e desmontou este País. Os militares, em 1964, pegaram as rádios, a televisão, os grandes jornais, a Igreja e foram para rua e fizeram uma demolição na democracia brasileira. E não tinha resistência. Não tinha o que fazer em contrário.

Hoje é diferente. Hoje, por exemplo, se as rádios, a televisão, os jornais, os grandes movimentos quiserem fazer movimento dessa natureza, vai acontecer no Brasil o que aconteceu na Inglaterra. As redes populares, o povo, via Internet, comunicam-se. E a primavera que está acontecendo no mundo árabe. Ditaduras em que o ditador esteve quarenta anos e o filho está há vinte anos, como na Síria e outras tantas, estão caindo. E caindo como? Não tem um grande líder, não tem um partido, não tem um movimento terrorista, não tem uma organização, uma Al-Qaeda, mulçumana, seja lá o que for, é o povo. É o povo via Internet, redes populares, um falando com outro. “Olha, amanhã, ao meio-dia, na frente do palácio”. E, amanhã ao meio-dia, um vai avisando para o outro, um vai avisando para o outro. A repressão não sabe como fazer, porque eles vêm de todos os lados e um mar de gente fica na frente do palácio. E as ditaduras estão caindo.

Para o dia 20 de setembro está marcado no Rio de Janeiro. Marluce, empresária, que não conheço, mas de quem tenho as melhores referências, e uma série de entidades está se movimentando. Dia 20 de setembro, na Cinelândia. Eles fazem questão de que seja um movimento popular. Eles fazem questão de que não tenha a presença, a manifestação de políticos. E eles estão certos.

É a isso que estou conclamando a ti, meu irmão. Lá na Amazônia, lá no Amapá, lá no Piauí, lá no Rio Branco, se organize, fale com seu amigo, com seu irmão, com seu colega de escola, com seu colega de igreja, com seu colega de cerveja e se organizem para que esse movimento seja de paz, que aproveitadores não queiram radicalizar para cá ou para lá, mas seja

um movimento de paz e de respeito nessa caminhada pelo fim da corrupção.

Ainda não sei como os grandes partidos – e está aqui o Líder do PT – têm recebido isso. Acho que eles deveriam receber com grande simpatia e com grande apoio.

Sobre um pronunciamento que fiz esta semana, na terça-feira, alguns falaram: “Mas o Simon está querendo desestabilizar o Governo da Dilma”. Em primeiro lugar, coitado de mim. Quem sou eu para matar uma mosca, o que não é do meu feitio, quanto mais desestabilizar um governo que torço para que dê certo, que rezo para que dê certo e que está dando certo e vai dar certo.

Apenas chamei a atenção para o detalhe de que terminam tirando da Presidente a força que ela precisa ter neste momento. Quando a Ministra, a Presidente, ela que começou isso, esse movimento se iniciou com a Presidente. Agora, pelo amor de Deus, daqui a pouco alguém vai dizer que foi a Presidente que iniciou, iniciou um negócio que vai prejudicar o Lula, não foi nesse sentido, pelo amor de Deus.

Ela iniciou um movimento diferenciado na História deste País. Quando aconteceu o problema envolvendo o Chefe da Casa Civil, ela demitiu; quando aconteceu o movimento no Ministério dos Transportes, ela demitiu e disse com todas as letras que o governo dela é um governo onde ela vai buscar, com toda a força, o entendimento com a sua base, mas as indicações pelos partidos políticos deverão ter duas importantes exigências: a biografia, a história, o passado... Não pode ser uma pessoa que tenha um processo, que já está comprometida com uma série de fatos. Ah, está comprometida com uma série de fatos, mas não tem nenhuma acusação, logo não pode ser condenado, ninguém está condenado em caráter definitivo. Pelo amor de Deus! Ninguém está condenado. Mas entre não condenar a indicar alguém para um ministério que tem uma biografia de interrogações, de dúvidas, de fatos que aconteceram? Primeiro, vai resolver isso para depois ser ministro. Isso é exigência em qualquer lugar do mundo, e é o que ela diz. Segundo, que o indicado tenha capacidade para exercer o cargo para o qual foi indicado. E achamos que isso está certo.

Quando ela iniciou esse movimento, surgiu, aqui no Congresso, nos grandes partidos, uma movimentação: vamos aprovar a emenda da saúde. Claro que a emenda da saúde é importante, e todos nós gostaríamos que ela fosse aprovada. Mas o tom com que foi feito isso era de represália. Vamos aprovar o aumento para os brigadistas, para o pessoal da polícia. Eles podem merecer, não estou discutindo, mas o tom era de represália. E até notícias apareciam, que depois

foram desmentidas, graças a Deus, de desequilibrar o Governo da Presidente. Foi aí, Sr. Presidente, que surgiu este momento. Esse movimento não é pró-Dilma, mas é pró-Governo, para que ele se mantenha forte e com autoridade.

Por isso, no pronunciamento de V. Ex^a, por quem tenho muito carinho e muito respeito, entendi o que V. Ex^a queria dizer, mas tem gente da imprensa que interpretou ao contrário. Tem gente da imprensa que colocou que V. Ex^a estaria fazendo ligação do meu pronunciamento com o que aconteceu com o Getúlio e com o Lacerda em 1954. Pelo amor de Deus! Em 1954, já havia um plano diabólico que existia desde que o Getúlio foi eleito, quando inventaram a tal de maioria absoluta, que não queriam deixá-lo tomar posse, para que ele não assumisse. E, no dia seguinte, quando assumiu, começou o esquema do golpe para derrubá-lo.

E, dentro desse golpe, estava o Lacerda usando a rádio de maneira cruel, querendo desmontar a imagem do Dr. Getúlio e ficou a imagem de um mar de lama que corria nos fundos do Palácio do Catete. E disse, respondendo num aparte a V. Ex^a, o que digo hoje: se alguém que teve a sua biografia levada ou a sua vida íntima levada aos mínimos detalhes à opinião pública foi o Dr. Getúlio Vargas. Um homem despreocupado a vida inteira com questões de dinheiro. Nasceu milionário, àquela época não é que nem hoje, àquela época, a fronteira do Rio Grande do Sul, fazendeiro, produtor de gado, era talvez o grupo mais importante na economia brasileira, e o pai dele era um dos grandes produtores. Quando o pai dele morreu, ele herdou terras que não acabavam mais. Quando Getúlio morreu, 20 anos Presidente da República, quatro anos Governador do Rio Grande do Sul, deixou para os seus filhos metade do que tinha recebido do pai dele. Vinte anos Presidente da República não tinha uma casa para morar no Rio de Janeiro; Governador do Rio Grande do Sul não tinha casa para morar em Porto Alegre. Saiu daqui foi morar na casa do pai dele na região de São Borja.

Não teve um fato. O fato, realmente, Sr. Presidente, o Sr. Lacerda, diretor da **Tribuna da Imprensa** e dos grandes jornais da época, é que como todo mundo estava contra ele, Getúlio, o Banco do Brasil, numa operação aberta, franca, deu um empréstimo para o Sr. Samuel Wainer botar um jornal, o **Última Hora**, e, aí, foi um terror. “Mas quem é o Getúlio para dar para um judeuzinho”, numa época em que os grandes jornais eram de grandes famílias e de grandes elites, “para fazer um jornal para se insurgir contra nós?”. Esse foi o crime que cometeu e pagou aquele preço.

Presidente e, provavelmente, futuro Líder do Governo no Congresso Nacional, não faça essa injustiça. Temos a melhor intenção do mundo a favor da

Presidente Dilma, a melhor, meu nobre Líder do PT, a melhor intenção do mundo com relação ao Governo. Não sou Governo nem votei na Dilma. É claro que sou muito mais Governo do que oposição; eu não tenho por que fazer oposição. Mas esse movimento visa a tentarmos uma fórmula através da qual nós vencamos isso tudo, quando as empresas internacionais mostram que cerca de 30% do PIB são gastos na burocracia, no gasto desnecessário e na corrupção. Mudar isso, alterar isso é uma tentativa que nós podemos fazer; é a grande mudança que nós podemos fazer.

Com todo o respeito, meu Líder, eu, nos meus 80 anos de idade – só aqui no Senado são 32 anos –, tenho a convicção absoluta de que nós não temos condições, nós não temos agilidade, nós não temos competência de, sozinhos, ir adiante. Sozinhos, acontece o que aconteceu na Câmara. Votou-se! Os líderes dos partidos não abriram a boca, fecharam os olhos e votaram. A Ficha Limpa nunca ia passar neste Congresso.

Eu tenho dois projetos – várias pessoas têm projeto igual – há dez anos. Passou, quando a sociedade se movimentou e se movimentou de maneira pacífica, ordeira, usando a Constituição. A Constituição diz que um percentual x de assinaturas, de eleitores pode ter a iniciativa de entrar com uma emenda, e entraram; OAB, CNBB, ABI entraram. Transitou pela Casa e foi aprovada na Câmara e, por unanimidade, no Senado. Parecia impossível. E, cá entre nós, nós votamos contra nós. É um projeto que atinge vários Parlamentares, mas nós votamos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Para concluir, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estamos só nós aqui: só eu, o Líder do Governo e V. Ex^a, em véspera de ser também Líder do Governo. Mas já encerro. Com toda a sinceridade, eu já encerro.

O movimento, meu nobre Líder, não é: “Não, porque vai desestabilizar a Presidente Dilma”. Por amor de Deus! Quando eu falei aqui da tribuna que eu achava que... Eu tenho o maior respeito pelo Lula. Eu me considero amigo do Lula, sempre fui amigo dele – embora, quando vejo Humberto se distanciando eu acho que estou meio assim, já não sou visto com o mesmo respeito e carinho com que eu era visto, porque eu digo as coisas de que discordo. Quando eu vejo o Lula e, por exemplo, agora, a imprensa botar, numa página inteira, que ele é a maior vedete internacional, que viaja ganhando US\$300 mil por palestra, com jatinho particular – ele está fazendo agora uma viagem por três países e a cada país ele vai num avião de uma empreiteira brasileira, ganhando US\$300 mil da empreiteira, e vai

discutir, em cada um desses países, questões de obras que a empreiteira está fazendo naquele país –, jatinho de primeira grandeza, hotel cinco estrelas, oito a dez acompanhantes, na frente e atrás carros blindados...

Eu vou escrever uma carta para o Lula: “Meu irmão Lula, você passou pela Presidência e é o mesmo homem simples que sempre foi. Mas, de repente, virar *superstar*, andar de jatinho, um dos jatinhos com cama fechada e não sei o quê, para descansar?” Isso vicia e a gente paga um preço. Eu ando em aviãozinho de carreira, coitado de mim, o que posso fazer mais do que isso? Mas se de repente, ô Paim, nós começarmos a andar de jatinho para lá e para cá e pararmos em hotel cinco estrelas e não sei mais o quê, não sei mais o quê, e ganhar US\$300 mil, podemos seguir um outro caminho.

O caminho do Lula era o caminho do irmão dele lá da África do Sul, o Mandela. Quando saiu, ele era deus. O mundo inteiro queria fazer o endeusamento do Mandela e ele não aceitou. Ele não aceitou, fez questão de não aceitar. O que eu diria ao Lula? “Lula, conserva a tua simplicidade. Conserva o que tu és. O que tu és!” Agora, a levar essa vida que ele está levando a gente se acostuma. Cá entre nós, a gente se acostuma a hotel cinco estrelas, em apartamento presidencial e não sei mais o quê. O cara se acostuma. E aí é que eu digo, e eu digo com toda a sinceridade: eu tenho a convicção absoluta de que o Lula é fiel à Dilma. Os dois estão entrosados. Acho que o Lula teve uma atuação 100%:

Veio aqui, tentou que...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... que o Chefe da Casa Civil ficasse, mas ele sabia que a situação dele era difícil. A Dilma tirou e ele concordou. Não disse uma palavra. Ele está, toda semana, dizendo: “A candidata a Presidente da República, daqui a quatro anos, é a Dilma. Só não vai ser se ela não quiser”.

Eu não vejo nenhum movimento do Lula em termos de complicar a vida da Dilma, mas, cá entre nós, um baita de um escritório em São Paulo, recebendo, um dia, governador; outro dia, um ministro; outro dia, outro ministro; outro dia, não sei o quê... O escritório do Lula em São Paulo, hoje, é mais importante que o escritório da Dilma na Presidência da República.

Eu volto a repetir: nós não podemos fazer, e V. Ex^a está às vésperas de ser Líder do Governo, não me passa pela cabeça e eu peço a Deus que me ajude quando estou falando, não me passa pela cabeça fazermos o movimento pela ética, com relação à Dilma, visando a atingir o Lula, o Fernando Henrique ou quem quer que seja. Isso não leva a nada, tanto que

não aceito, não aceito e não assino pela CPI neste momento. Até acho que podem fazê-la, mas é outro movimento. O nosso não é esse. O nosso movimento não é cobrar o que aconteceu. O nosso movimento é olhar para a frente. O nosso movimento é fazer uma tentativa no sentido de nos darmos as mãos e olharmos para a frente.

O Fernando Henrique teve uma atitude corajosa. À revelia do partido dele, ele disse: “Eu sou contra a CPI. Eu acho que nós devemos dar um crédito de confiança para a Dilma, que está mostrando o que está fazendo.”

O Senador Aécio deu uma entrevista de página inteira, e eu peço a sua transcrição nos Anais do Senado, em que ele diz exatamente isso, que acha que deve ter uma agenda positiva no sentido de, com a Dilma...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Simon, já foram 32 minutos. Vou dar mais um minuto para V. Ex^a concluir, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*)... na qualidade de Líder do Governo, eu tenho de encerrar, porque eu não quero colocar em jogo a credibilidade e a firmeza de V. Ex^a, até porque o Líder do PT está olhando e, daqui a pouco, ele pode querer levar para outro lado.

Então, eu encerro apenas dizendo para a opinião pública... Encerro, mas eu poderia continuar. Nós estamos, aqui, em dois Senadores e eu poderia continuar. Se o Paim estivesse aí, no seu lugar, eu falaria por mais uma hora, mas tudo bem.

Eu encerro, mas faço este apelo a ti, meu irmão: acompanha, vê os próximos passos e tenta fazer exatamente esse trabalho. Iniciem, você e seu amigo, vão para uma rede social e digam: está na hora de marcar a nossa presença. Vamos nos movimentar no sentido de as coisas mudarem. Vamos dar um voto de confiança à Presidente, porque ela está tentando acertar, olhando para frente e não olhando para trás.

Muito obrigado pela gentileza.

Peço desculpas pelo exagero que eu cometi.

Obrigado, Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

CONVERGÊNCIA

Aécio Neves defende ‘pacto de governabilidade’ para que votações não fiquem ameaçadas, Publicada em 29/08/2011 às 19h20m. *Thiago Herdy (opais@oglobo.com.br)*.

BELO HORIZONTE – Apontado como uma das principais vozes da oposição ao governo Dilma Rousseff (PT), o senador Aécio Neves (PSDB) defendeu nesta segunda-feira um “pacto de governabilidade” com o governo federal para que Dilma não fique refém de interesses “menos nobres” de parlamentares da base aliada e consiga aprovar projetos de interesse do país.

“Temos que ter responsabilidade para conseguir separar as questões de Estado das questões de governo “

– Falta ao governo a coragem necessária para chamar as oposições quando tiver convicção de qual seja o caminho, e aceitar sentar conosco. Um pacto de governabilidade que impeça que aqueles que queiram se locupletar, aqueles que queiram se aproveitar do Estado para objetivos menos nobres não tenham o espaço que estão tendo hoje – disse o senador durante palestra para empresários cristãos na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

O tucano disse ser cobrado constantemente a liderar uma ação oposicionista mais “dura e frontal” em relação ao Executivo, mas prefere se posicionar como alguém disposto a fazer oposição ao governo, não ao país.

– Temos que ter responsabilidade para conseguir separar as questões de Estado das questões de governo. Denunciar os malfeitos e cobrar resultados é nossa responsabilidade. Mas ter a capacidade de discutir as grandes reformas – que ainda estão inconclusas, imobilizadas e paralisadas – é também responsabilidade da oposição – completou Aécio, que citou a formação de feudos dominados por partidos políticos como um dos motivos dos escândalos recentes de corrupção no país.

Perguntado sobre um eventual pacto de governabilidade, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a participação do partido, desde que o chamado fosse uma iniciativa do Executivo e não fosse confundido com adesão.

– Depende da atitude do próprio governo, de querer realmente fazer a faxina. Se quiser avançar mais, eu acho que é (hora de) buscar convergências. Agora, isso não pode ser confundido com adesão. Temos pontos de vista diferentes em muitas matérias, vamos manter pontos de vista diferentes – disse o tucano, que recebeu homenagens de jovens empresários durante o Fórum Liberdade e Democracia, em Belo Horizonte, e um jantar promovido pelo PSDB em um clube da capital.

O tucano também apoiou a instauração de uma CPI da Corrupção se esta fosse uma iniciativa para buscar soluções para promover mudanças no sistema político do país, e não simplesmente denunciar malfeitos.

– Não há mal nenhum e acho que até o governo deveria apoiar – disse o tucano.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Muito pelo contrário, Senador Pedro Simon.

Defiro o pedido de V. Ex^a, nos termos regimentais.

Quero registrar que agora é o Senador Humberto Costa, como Líder do Partido dos Trabalhadores, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} Senadoras; Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. espectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria, hoje, de me manifestar, Sr. Presidente, sobre um tema da maior importância e que, nesses últimos dias, polarizou os debates na imprensa, inclusive os desta Casa. Refiro-me ao financiamento das ações e dos serviços de saúde.

Temos hoje, na Câmara dos Deputados, em discussão o projeto que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29.

Como todos sabem, a Emenda Constitucional nº 29, aprovada em 2000, definiu um gasto mínimo, um piso de gastos para Estados, Municípios e Governo Federal para a área da saúde. Há previsão de, progressivamente, os Municípios atingirem 15% de suas receitas gastas com saúde, os Estados, 12%, e o Governo Federal obrigado a repor anualmente os recursos para a saúde a partir de uma fórmula um tanto complicada, que era a variação nominal do PIB, ou seja, o crescimento do Produto Interno Bruto no ano anterior, mais aquilo que correspondeu à inflação. Essa Emenda começou a ser aplicada. Ao longo do tempo, os Municípios passaram a executá-la de forma integral.

O Governo Federal, desde 2003, momento em que eu tive a honra de assumir o Ministério da Saúde no primeiro governo Lula, também cumpre essa emenda. No entanto, ao longo do tempo, os Estados, por várias razões, não vêm, na maioria, cumprindo a Emenda 29.

Por essa razão tornou-se necessário haver uma regulamentação especialmente para definir punições para o caso de não cumprimento e, ao mesmo tempo, definir claramente em que os recursos da saúde poderiam ser gastos, ou seja, o que de fato seriam ações e serviços de saúde. Isso porque, ao longo do tempo, alguns desses entes, além de não cumprirem suas responsabilidades com o gasto mínimo, faziam – e alguns ainda fazem – verdadeira maquiagem nos seus orçamentos para tentarem fazer acreditar que estão

cumprindo a Emenda 29. Há exemplos de Estados, como o meu Estado, que, no governo anterior ao do Governador Eduardo Campos colocava como gastos de saúde o financiamento do hospital do hospital da Polícia Militar, o pagamento de planos de saúde dos funcionários públicos, que, na verdade, não podem ser objeto de gastos do SUS porque não são universais, não são abertos a toda a sociedade. O Governador Eduardo Campos, ao assumir o Governo, não somente retirou essas atividades da contabilização dos gastos do Estado com saúde, como também incrementou fortemente os gastos com saúde. Hoje, nós, que seríamos obrigados a gastar 12%, já estamos ultrapassando 14% das receitas com gasto em saúde.

No entanto, persistem em alguns Estados esses gastos maquiados ou simplesmente o não atingimento daquele percentual mínimo necessário.

Por essa razão, o Congresso Nacional vem discutindo, há algum tempo, a regulamentação da Emenda 29 e, mais do que isso, discutindo como fazer com que a União possa participar de forma mais decisiva do financiamento da saúde. Portanto, o projeto que está na Câmara dos Deputados define claramente o que são ações de serviços de saúde, obrigando, assim, que Estados e Municípios passem a cumprir de forma adequada a Emenda 29 e não atinge o Governo Federal na medida em que esse cumpre, desde 2003, a Emenda 29.

Com o fim da vigência da CPMF, que foi objeto de decisão desse Senado Federal e que retirou da área da saúde R\$ 40 bilhões anuais sem a correção que se fazia a cada ano, nós passamos a viver uma crise de subfinanciamento, de ausência de recursos para que a saúde pudesse se financiar.

Agora, vemos juntamente com esse debate do cumprimento da regulamentação da Emenda 29, o debate sobre a necessidade ou não de novas fontes de recursos para a área da saúde.

Pessoalmente defendo a aprovação da Emenda 29, porque, na pior das hipóteses, nós teremos algum recurso por parte de Estados e Municípios, que não cumpriam adequadamente a Emenda, ainda que tenhamos que suprimir uma emenda que lá foi apresentada e que retirava para efeito do cálculo dessa proporção das receitas estaduais aquela parte que corresponde ao Fundeb. No final das contas, se a lei for aprovada como está na Câmara é provável até que nós tenhamos queda dos recursos da saúde e não o seu incremento.

Esse é um tema que ou a Câmara resolve ou o Senado poderá resolver posteriormente.

Quero, aqui, focar no debate da necessidade de novas fontes.

É obvio que uma perda que aconteceu como aquela de R\$ 40 bilhões anuais, ela não pode ser suprida apenas com melhorias na gestão, com o bloqueio da existência de ralos, coisas que o Ministério da Saúde, pelo Ministro Padilha e a Presidenta Dilma, vem fazendo com bastante dedicação. Estamos melhorando a gestão, estamos fechando os ralos, estamos garantindo que haja melhoria efetiva na eficiência do Sistema Único de Saúde.

Como disse muito bem a Presidenta Dilma, no dia de ontem, quem disser que vai resolver o problema da saúde no Brasil sem mais recursos está fazendo demagogia ou está defendendo interesses inconfessáveis.

Por essa razão, nós temos a plena consciência de que é necessário que haja novas fontes de financiamento para a saúde.

O Ministério da Saúde, em um estudo realizado juntamente com o Ipea, levantou algumas possibilidades. O aumento dos impostos para os cigarros eu acho que é uma boa providência, na medida em que os fumantes, cedo ou tarde, passarão a ser clientes do Sistema Único de Saúde e passarão a encher nossos ambulatórios e nossos hospitais com os gastos com doenças decorrentes do uso do cigarro.

Da mesma forma, as bebidas alcoólicas: é justo, é correto, principalmente num país onde uma das principais causas de morte e adoecimento é exatamente pela ocorrência de acidentes de trânsito, e isso está profundamente vinculado ao uso de álcool simultaneamente ou previamente à condução de veículos. Então, elevar os impostos para as bebidas alcoólicas seria também uma fonte importante de recursos para a saúde, bem como a ideia de promover uma nova divisão proporcional entre os recursos do DPVAT, ou seja, do Seguro Obrigatório.

Além do mais, hoje, ao ingressarmos em qualquer hospital deste País, nós vamos encontrar como maiores clientes e em um nível de gravidade enorme os usuários de motocicletas. Portanto, nada mais justo que os recursos arrecadados com o seguro obrigatório sejam exclusivamente ou majoritariamente destinados para a saúde.

Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, mesmo agregando essas receitas novas, que não carecem de discussão e aprovação pelo Congresso Nacional, dependem de decisões da equipe econômica do Governo e da própria Presidenta Dilma, mesmo assim os recursos não são suficientes.

Só para que se tenha uma ideia, o Brasil é um país que, apesar de na sua Constituição estar garantido que temos um sistema universal – ou seja, todos têm direito, independentemente da sua condição social, da sua condição econômica, da sua religião e do

seu gênero, enfim –, todos têm direito ao acesso ao Sistema Único de Saúde, inclusive aos tratamentos, às terapias que são de altíssimo custo. Da mesma forma, um sistema gratuito e integral. Não se pode cobrar – e é correto que não se cobre – no Sistema Único de Saúde. O que significa isso? Significa que o Estado está obrigado a garantir atenção à saúde da população desde a situação mais simples, uma unha encravada que precisa ser retirada, até o tratamento mais sofisticado, como, por exemplo, o transplante de coração.

Portanto, sistemas como esse no mundo representam gastos públicos nunca inferiores a 70% do gasto total em saúde. Na França, na Alemanha, no Canadá, na Holanda, em vários países onde há sistemas universais, quando fazemos a conta do gasto total em saúde, ou seja, o gasto público mais os gastos das pessoas, os gastos públicos com a saúde não são menos de 70%.

No caso do Brasil, apesar de termos, pela Constituição, um sistema universal, hoje temos um gasto público que não ultrapassa 45% do gasto total com saúde no Brasil. O que significa isso? Significa que o que a população gasta adquirindo remédio, pagando plano de saúde, fazendo consulta particular é mais do que o Estado gasta com seus recursos próprios. Então, há uma absoluta incompatibilidade entre o desenho do sistema de saúde que temos no Brasil e o que o setor público gasta.

Por isso, não há como resolver o problema da saúde no Brasil se não houver recursos novos, se não houver algum tipo de contribuição que a sociedade faça para garantir esses recursos.

A CPMF, talvez, não seja a melhor saída, apesar de que ela, ainda que representasse uma contribuição mínima, na medida em que permitia a fiscalização da movimentação bancária de todos os segmentos da sociedade, teria um papel importante, como o teve na elevação de arrecadação, porque deixa de existir o caixa dois, deixa de existir, por meio do sistema financeiro, a lavagem de dinheiro. E posso afirmar, com toda certeza, que os que mais combateram a CPMF não o fizeram por causa do valor do imposto, mas exatamente para que esse poder de fiscalização do Estado deixasse de existir. Era um imposto que atingia todos os setores da sociedade. Pode não ser a melhor saída, porque é verdade que o trabalhador assalariado e a classe média já pagam impostos de uma forma bastante considerável. Porém, a criação de uma contribuição ou de um imposto destinado à saúde, que os ricos paguem, que aqueles que detêm a maior parte da renda nacional paguem é algo absolutamente justo. E é isso que o Congresso Nacional, que a Câmara dos Deputados, que o Senado Federal,

que o Governo Federal, que a Presidenta Dilma e que nós todos que militamos na área da saúde temos que mostrar e convencer a sociedade. Sem dinheiro não se faz saúde; com o dinheiro que nós temos, não vamos fazer; e quem deve pagar por isso devem ser as elites econômicas deste País.

Existem inúmeras propostas. Uma CPMF, por exemplo, que só incida sobre movimentações financeiras de alto valor, altas quantias, é uma possibilidade. A possibilidade de se gravarem os lucros de aplicações financeiras de investidores internacionais aqui no Brasil, que é a proposta do Deputado Pepe Vargas. Ou seja, aqueles que hoje estão inundando o Brasil de dólares para ganhar dinheiro com a alta taxa de juros que nós pagamos seriam obrigados, no momento em que viessem se apropriar desses lucros e remetê-los para fora, a pagar um percentual para a área da saúde.

Com isso, o somatório de recursos – a soma disso tudo, imposto, mais imposto para o cigarro, mais imposto para o álcool, DPVAT para a saúde, e a instituição de uma nova contribuição – serviria para começarmos a pensar na possibilidade de se fazer saúde como a Constituição prevê no nosso País.

E não venha a oposição dizer aqui que simplesmente com gestão se resolve o problema, até porque, nos governos da oposição, em vez de eles estarem marchando para colocar mais recursos do seu orçamento, eles estão, na verdade, permitindo uma relação promíscua entre o setor público e o setor privado.

É o exemplo do Estado de São Paulo: agora, o Ministério Público e a Justiça de São Paulo proibiram que os hospitais públicos de São Paulo atendessem mediante remuneração os usuários de planos de saúde. Por quê? Porque essa ideia de permitir que o SUS atenda aos usuários de planos de saúde, tendo um tratamento privilegiado, quebra o princípio da equidade, cria duas portas. Os hospitais universitários de São Paulo têm uma porta para quem é do SUS e uma porta muito mais bonita, com uma recepção muito melhor, inclusive com prioridade de atendimento, para quem tem plano de saúde.

Então, a oposição não pode vir aqui fazer o discurso de que o que o Governo Federal tem de fazer é simplesmente melhorar a gestão da saúde no Brasil. Não é, porque, se fosse verdade, eles não estariam querendo complementar o financiamento público dos hospitais paulistas com recursos dos planos de saúde, criando esse tratamento, esse atendimento discriminatório à população que utiliza exclusivamente o SUS.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria, nesta manhã de hoje, dizer, com todas as letras, que é natural que muita gente tenha medo de falar disso, até porque a maior derrota que nós sofremos quando a CPMF foi

rejeitada aqui no Senado Federal não foi somente a perda dos R\$40 bilhões por ano, foi também essa verdadeira ojeriza que há hoje em se falar em dinheiro para a saúde. Conseguiram, os grandes financistas nacionais, a mídia, a direita deste País, que não quer sistema universal de saúde para ninguém, eles conseguiram colocar na cabeça da população que a saúde não precisa de mais dinheiro e que o povo já paga muito imposto e por aí vai.

Pois bem, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer, às claras, a defesa de que nós temos de ter mais recursos para a saúde. Agora, quem paga essa conta? Eu defendo a ideia de que sejam os ricos deste País, até porque são os que menos pagam impostos, são os que se apropriam mais fortemente da renda nacional. E até mesmo naquilo que no Sistema Único de Saúde é para o atendimento de todos, porque os planos de saúde não oferecem todos os atendimentos de que a população necessita, eles são privilegiados. Por exemplo, há, no Brasil, uma lista das pessoas que precisam fazer um transplante, uma lista democrática, ninguém pode passar na frente do outro. É verdade isso? Não é verdade, Sr. Presidente. Por quê? Porque alguém, para receber um órgão, precisa ter os seus exames de compatibilidade prontos, realizados e disponíveis imediatamente para quando surgir o órgão. Quem faz o exame de compatibilidade mais rapidamente? Quem é só do SUS ou quem tem o plano de saúde? Quem tem o plano de saúde.

Portanto, quem tem o plano de saúde faz rapidamente todos os exames necessários para receber um transplante de órgão. Então, quando a fila anda, quando surge um órgão para ser transplantado, quem tem os exames de compatibilidade feitos é quem vai receber aquele órgão. Então, não há, na verdade, essa equidade enquanto não tivermos recursos suficientes para bancar aquilo que a Constituição prevê para o SUS.

Quero concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, dizendo que ou o Brasil decide que quer um sistema de saúde que atenda às necessidades da sua população e que, para isso, precisamos de mais dinheiro, ou, então, vamos continuar a viver essa crise permanente de subfinanciamento do SUS no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Humberto Costa, quero parabenizá-lo pelo excelente pronunciamento. A saúde pública não tem melhor defensor do que V. Ex^a, até porque foi nosso Ministro da Saúde. A sua vida sempre foi dedicada a esse tema.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pelo prazo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pimentel, que preside a sessão; Senadores e Senadoras; Líder Humberto Costa; Senador Pedro Simon; Senador Walter Pinheiro; demais Senadores e Senadoras, pretendo falar hoje principalmente sobre a questão do trabalho escravo e do trabalho infantil.

Leio os jornais toda a semana, Sr. Presidente, e vi uma manchete da *Folha de S. Paulo* que diz que Orçamento ignora aumento dos juízes do Supremo Tribunal Federal e que eles se revoltam. Nada tenho contra o Supremo Tribunal Federal. Se a manchete dissesse que Orçamento ignora aumento dos juízes e dos aposentados que ganham pouco mais de um salário mínimo, isso revoltaria ambos. Mas percebo que, quando se trata do Supremo Tribunal Federal, a manchete é grande, e se abre uma negociação. Aqui, estamos falando de algo em torno de R\$8 bilhões.

Para os aposentados e pensionistas, que ganham um pouco mais que o salário mínimo, falaríamos, quem sabe, em torno de R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões, que seria alguma coisa de aumento real acima da inflação. Infelizmente, a vida não é assim, mas tenho muita esperança.

Agora, eu falava com o Senador Walter Pinheiro, falei também com o Senador Pimentel, com o Senador Vital do Rêgo e, ontem, com o representante do Ministro Garibaldi, numa audiência pública, e todos me disseram que nada está fechado e que é possível continuarmos discutindo em busca do entendimento.

Ontem, houve uma audiência pública, e o representante do Ministro Garibaldi disse, com todas as palavras, que não está fechado o diálogo para os aposentados e para os pensionistas que ganham um pouco mais que um salário mínimo. Eu diria que a ampla maioria recebe entre um e três salários mínimos, no máximo. É desse povo de que estou falando. Não estou falando de aumento do Legislativo, nem dos 56% que querem os servidores do Judiciário. Estou falando de algo em torno de 4% a 5% de reajuste que seria dado para aposentados e pensionistas.

Quero dizer que nada tenho contra ninguém, nem contra servidores do Judiciário, nem do Legislativo, nem do Executivo, até porque tenho uma história muito ligada aos servidores públicos. Mas queria só que olhassem com o mesmo carinho a situação dos nossos aposentados e pensionistas.

Ontem, a audiência se iniciou, Senador Pimentel, às 9 horas da manhã e terminou às 16 horas. Não almoçamos, mas foi bom. Todos mostraram lá a sua posição, e fiquei feliz de ouvir a posição do Ministério

da Previdência, que V. Ex^a dirigiu. Eu diria que botou ordem na casa, botou a casa em dia. V. Ex^a tem me mostrado, nas reuniões que fizemos na nossa Bancada, que a Previdência não é deficitária. E estamos falando aqui – quero ser bem preciso – do Regime Geral da Previdência. O Regime Geral da Previdência não é deficitário. Os últimos dados mostram isso, inclusive os do balanço do tempo de V. Ex^a. Eu diria que o superávit dos trabalhadores celetistas, do empregado e do empregador, e aquelas contribuições da nossa Constituição têm sido da ordem de R\$8 bilhões, de R\$10 bilhões; em determinado ano, esse valor foi de R\$14 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A previsão, Senador Paim, em 2011, da previdência urbana contributiva é de R\$12 bilhões a R\$14 bilhões de saldo positivo. Ou seja, do que vamos arrecadar e do que vamos pagar, devem sobrar de R\$12 bilhões a R\$14 bilhões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quem está falando aqui e está presidindo a Casa é o ex-Ministro da Previdência, que confirma esses dados dessa previsão.

Então, estou falando isso. Nem estou dizendo que tem de dar isso ou aquilo. Estou dizendo que é importante que a gente converse sobre o tema e busque uma solução na peça orçamentária. Em janeiro, tivemos – vou falar um pouquinho sobre isso – um olhar cuidadoso. V. Ex^{as}, Senador Pimental e Walter Pinheiro, ajudaram muito, e resolvemos a questão do salário mínimo, e a resolvemos bem.

Senador Pimentel, lembro-me de que fomos a um evento nesses dias, e V. Ex^a me disse – e, depois, usei os dados: “Ora, Senador Paim, na política salarial que aprovamos, o salário mínimo, em janeiro, não será menor do que R\$620,00, porque sei que vai haver sensibilidade para arredondar esse número. Não será menor do que R\$620,00”.

E o Senador Walter Pinheiro me dizia que nem a inflação está bem definida. Se a inflação subir um pouco mais, o salário mínimo será até maior do que R\$620,00. Mas isso não importa. Não quero que haja inflação alta. O salário mínimo pode ser até menor do que R\$620,00. É a inflação que vai dizer se ele vai ser maior ou não. Mas, pela projeção, não será menor do que R\$620,00 ou será R\$619,8, R\$619,6. Mas será em torno de R\$620,00.

E V. Ex^a me dizia, Senador Pimentel, que aqui poderá haver um dos maiores salários mínimos da América Latina, se respeitarmos aquele princípio fundamental. V. Ex^a, ex-Ministro da Previdência, tinha de estar ali, porque são 18 milhões que ganham o salário mínimo. Até 2023, poderá haver um salário mínimo se-

melhante, não digo idêntico, ao do Canadá ou ao dos Estados Unidos. Então, o nosso salário mínimo estará entre os três melhores do continente americano, o que é fruto dessa política salarial que fizemos aqui de forma acertada.

Alguns queriam que votássemos contra. Eu disse: não é racional. Como vou votar contra? Brigamos a vida toda para que aqui houvesse uma política salarial que resultasse da inflação mais o PIB! Como votaremos contra? Isso nem é racional! Felizmente, acertamos. Está aí o resultado. Isso está no orçamento que a Ministra Miriam Belchior encaminhou à Casa. Estou com esses dados, que são muito interessantes.

Este meu pronunciamento, não vou lê-lo. Vou até engasgar de tanta vontade que tenho de falar sobre o assunto. Mas isso fica registrado.

Caminhamos bem na questão do salário mínimo. O que temos de fazer agora? Temos de aprovar – eu falava com o Senador Walter, há poucos minutos, e também com V. Ex^a – uma política definitiva também para os aposentados e pensionistas, que chamo de primos pobres da Previdência, porque são eles os que menos ganham, não têm paridade, não têm integralidade e ainda sofrem com a incidência do fator previdenciário. Então, temos de construir isso.

Tenho o cuidado – tenho dito isso, Ministro Pimentel – de não querer, como alguns, ser o senhor e o dono da verdade. Alguns agem assim, como se a verdade absoluta fosse só a sua versão. Por isso, digo que, embora tenhamos encaminhado inúmeras propostas – V. Ex^a tem inúmeras propostas a fazer, bem como o Senador Walter Pinheiro e outros –, devemos construir um entendimento no campo da razoabilidade que garanta que aqueles que contribuem religiosamente, ao longo da sua vida, com um percentual para a Previdência, na proporção que vai de 8% a 11%, tenham um reajuste que lhes garanta viver com dignidade, até porque remédio sobe, plano de saúde nem se fala! Enfim, esse é o caminho.

Então, apenas quero aqui dizer o quanto acertamos. Alguns não queriam que isso valesse por quatro anos, e eu dizia: não quero isso por quatro anos; quero que valha aquele princípio até 2023, que seria muito mais do que quatro anos, mas, sim, pelos próximos oito ou dez anos. Aí, sim, até 2023, o nosso salário mínimo estaria, como eu dizia antes, próximo a um dos maiores da América Latina.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, antes de adentrar o tema em que vou me aprofundar, quero só registrar o documento que recebi da classe empresarial de Caxias do Sul antes de a Presidenta Dilma ter apresentado o seu programa de desoneração da folha de

pagamento. Um dos temas era esse. Eles admitem que é preciso haver a devida compensação.

E, ontem, na conversa com o Secretário, que representava o Ministro, ele me disse: “Ó Paim, colocamos lá um artigo que diz que faremos o cálculo de 20% sobre a folha para calçado, tecelagem, *software*, couros...”.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – E móveis.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente. V. Ex^a me ajuda, lembrando o setor moveleiro. Ele me disse: “Faremos o cálculo e veremos o que seria a folha e o que foi o faturamento. V. Ex^a tem o entendimento, eu também o tenho, de que 1,5% não vão cobrir, mas o Tesouro completa”. Foi isso que me explicaram ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a pode ajudar, porque é conhecedor, mais do que eu, desse acordo. V. Ex^a sabe como é que foi formulado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Em 2009, foi feito todo um estudo para zerar a contribuição patronal sobre a folha e vir integralmente para o faturamento. Ali isso foi implantado para a micro e a pequena empresa. E essa contribuição precisa ser de 2,4% sobre o faturamento bruto nacional. Do contrário, é preciso subsídio. E aqui há uma política de compensação. Hoje, a empresa que tem baixa empregabilidade contribuiria mais, porque são 2,5% sobre a folha; e a empresa que tem alta empregabilidade contribuiria menos, porque sobre o faturamento haveria uma diminuição. Mas seria preciso o percentual de 2,5%. Na proposta que vai até 2012, para esses quatro setores, para o setor têxtil, para o setor calçadista e para o setor de móveis, ele fixou em 1,5%, e isso não é suficiente. Para o de tecnologia da informação, ele fixou em 2,5%. Portanto, veio no tamanho certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, como ex-Ministro, conhece os dados como ninguém, eu diria, porque nós, no Legislativo, atuamos mais olhando o quadro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A sua contribuição, neste momento, ilustra o meu pronunciamento e faz com que o telespectador conheça isso com detalhes. Por isso – acho que V. Ex^a participou dos entendimentos –, entrou aquela cláusula que diz: “Tudo bem, mas, se faltou, vai ter de completar. Não diga que

estão emprestando dinheiro para a Previdência!”. Tem de se completar aquilo que é corresponde a 20% sobre a folha. E V. Ex^a lembra que o percentual de 1,5% não cobre, que tem de ser, no mínimo, o de 2,5%.

Tem o aparte o Senador Walter Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Foi importante esse aparte que o Senador Pimentel fez ao pronunciamento de V. Ex^a. No ato do lançamento do programa, conversávamos muito, eu e o Senador Pimentel, sobre a oportunidade de a gente resolver esse problema da Previdência, ou melhor, essa taxação. O ideal, talvez, fosse usar os 2,5%, que foram utilizados para o setor de *software*, como uma média geral. Aí equilibraríamos isso completamente. Na medida em que se trabalha com 1,5%, ainda é necessário buscar essa diferença. Estamos falando de todos os setores, e, nesse particular, somente no setor de *software*, a taxa ficou em 2,5%. Então, isso encontraria guarida para atender a essa demanda. Há muito tempo, V. Ex^a tem batido nessa tecla, antes desse cenário macroeconômico, antes de qualquer possibilidade de ajuste. E mais: encontramos uma fórmula, Senador Paulo Paim, que, de certa maneira, resolveu a questão do salário mínimo, encontrando a sua vinculação, utilizando o que é o crescimento da economia, tendo como relação aí o PIB. Senador Pimentel, na linha do que o próprio Senador Humberto disse aqui há pouco tempo, há uma parcela da sociedade que precisa pagar também a conta, que é a parcela que está muito acima, que são os mais ricos, como disse o Senador Humberto. Então, com esse nivelamento em 2,5%, como propõe o Senador Pimentel, faremos exatamente isso, distribuindo essa carga de forma equânime e envolvendo os setores mais fortes da economia. Portanto, haveria condições de, efetivamente, promover essa verdadeira reformulação, para atender o pleito de que V. Ex^a continua sendo um dos grandes defensores no Parlamento e na relação com o Governo. Portanto, esse deve ser o caminho na linha do Orçamento e do PPA. Daqui a pouco, quando eu sair daqui, Senador Paulo Paim, participaremos de uma reunião na Liderança do PT, para a qual chamamos todos os assessores e consultores de todos os partidos que compõem o nosso Bloco. Nós nos reuniremos com os técnicos do planejamento. Estamos discutindo quais os passos a serem dados, os caminhos que devemos seguir e a importância do PPA. O PPA tem de deixar de ser uma peça que as pessoas têm como referência, Paim, só para dizer: “Está lá uma janela para apresentarmos uma emenda”. Inclusive, há uma novidade este ano, que é importante trazer ao pronunciamento que V. Ex^a faz aqui: o PPA traz a questão dos indicadores da macroeconomia. Como é que vão se processar as questões

que envolvem crescimento econômico, inflação? Estes parâmetros são os que nos colocam em condições de resolver problemas, de ajustá-los com soluções e com desejos, que, de certa forma, vão trazer esse equilíbrio, para que não fiquemos fazendo a defesa só de uma parcela. Acredito que o Judiciário pode até fazer as reivindicações. A minha opinião é a de que o Judiciário teria de fazer do Orçamento dele, Senador José Pimentel, a utilização. O Judiciário tem autonomia para fazer isso com o seu Orçamento. Se quer fazer o deslocamento para aqui, para ali, para acolá, o Judiciário faz essa movimentação. Por outro lado, não se pode dizer o seguinte: tem de colocar mais para o Judiciário, para atender a essa demanda. Nesse caso, já entra no choque do que V. Ex^a levanta: então, vamos botar esse pouquinho para atender uma solução para o teto e para o reajuste das aposentadorias?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Paulo Paim, peço a sua permissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço questão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a sua permissão, eu queria registrar a presença das alunas e dos alunos do ensino fundamental do Colégio Estadual Pedro Ludovico Teixeira, de Caçu, Estado de Goiás. Sejam bem-vindos!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aceitem nossos cumprimentos com as palmas de todos nós aqui.

Senador Pimentel, quero aproveitar este momento, essa reflexão.

O Senador Jucá, que chega aqui neste momento, ajudou-nos muito na busca de uma alternativa para o fator, o que não foi possível. Quase construímos isso, mas, no fim, não houve entendimento com uma central. Estávamos caminhando para o entendimento. Vamos torcer para que a gente consiga isso ainda este ano.

Enquanto os senhores falavam, eu refletia: esse aporte do recurso que o Tesouro vai fazer agora para completar o que recebia a Previdência com os 20%, com certeza, daria, se fossem 2,5%, não 1,5%, para pagar os aposentados e alterar o fator.

Sei qual é a sua posição e quero dizer que cumprio com ela. Não se pode só dizer: extinga o fator! Temos de apresentar um projeto para o debate fluir, e assim eu o apresentei. E construímos uma alternativa ao fator, que é essa tese que V. Ex^a também defende.

V. Ex^a me dizia: “Paim, só acabar com o fator não dá, temos de construir uma alternativa”. E era a posição também do Presidente Lula. O Presidente Lula, muitas vezes, reuniu-se com as centrais. Depois, eles me comunicaram, bem como V. Ex^a: “Paim, a posição

do Presidente é a de construirmos uma alternativa". E é isso que haveremos de fazer.

Mas me permita ainda, meu Presidente, pois eu gostaria de falar um pouco sobre a importância do combate ao trabalho escravo, que chamo de trabalho infantil.

Quem de nós não se lembra do seu tempo de criança? Quem de nós não se lembra do jogo de bola, do dominó, do carrinho de rolimã? Quem de nós não se lembra de soltar pandorga, de correr, de pescar? Para não se dizer que sou machista, lembro das brincadeiras das meninas: boneca, casinha. Brincávamos de médico. Tudo isso fez parte da nossa juventude. Quem não se lembra de tomar banho na chuva, de correr, de brincar com o vento, com a pandorga? E gostávamos de ouvir histórias infantis. Quem não se lembra disso? Eu me lembro disso e estou com 61 anos.

Como é bom, quando olhamos para o passado, lembrar dessas brincadeiras todas! E, hoje, sabemos que a nossa juventude, os adolescentes e as crianças estão muito mais ligados às brincadeiras do computador. Isso faz parte, porque são outros tempos. Mas eu diria isso para a nossa molecada, no bom sentido, porque fui moleque. No Rio Grande, falamos guri, guria, moleque. Nunca se esqueçam de que essas brincadeiras, seja a de esconder, seja a de pegar, são saudáveis e nos colocam mais em contato com a natureza.

Eu ainda me lembro de cada momento em que eu corria pelas ruas e dedicava o outro tempo para estudar. Mas, Sr. Presidente, ser criança é viver um tempo de brincar e de aprender, de estudo e de lazer. E o estudo é fundamental. No entanto, será que a realidade de todas as crianças é essa? É preciso brincar, aprender as responsabilidades, estudar e, naturalmente, ter uma hora de lazer.

E quanto àqueles que coletam material reciclável, que vendem balas, que fazem malabarismo nos faróis, que pedem esmolas, para entregar como contribuição para manter a família? E há muitos outros trabalhos em carvoaria, em couro, que já vi. Sr. Presidente, é claro que tudo isso nos incomoda.

Recebi o livro *Criança, Adolescente, Trabalho*, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, e decidi que tinha de trazer esse tema ao Plenário. Essa publicação, Sr. Presidente, reúne texto de juízes, de procuradores, de advogados, de psicólogos, de artistas, de educadores e de jornalistas que reconhecem no trabalho infantil uma das piores formas de violação dos direitos humanos, que precisa ser combatido e denunciado no Brasil e no mundo. Pontos relevantes são abordados no livro, tais como educação básica, responsabilidade dos pais, idade mínima para o trabalho na ordem jurídica brasileira, contrato de aprendizagem como instrumento de qualificação

profissional de jovens, trabalho artístico e doméstico e assim por diante. Enfim, é um livro que traz informações riquíssimas, dados e ponderações que, no meu entendimento, são muito importantes para aqueles que vão dirigir este País no futuro, porque o jovem de hoje, a criança de hoje vai dirigir este País no futuro.

Sr. Presidente, dou aqui alguns detalhes para que aqueles que nos escutam em suas casas e nos assistem pela tevê saibam como está a questão do trabalho infantil.

O trabalho infantil é caracterizado como uma atividade e/ou estratégia de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por meninos e meninas menores da idade mínima estabelecida pela legislação nacional vigente, para incorporar-se a um emprego.

O "sustento conseguido" ou o "benefício" do serviço pode servir para si mesmo ou contribuir para a manutenção de seu grupo familiar ou para apropriação de terceiros exploradores.

Conforme consta no documento do Ministério do Trabalho e Emprego, o trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo da história do Brasil e do mundo.

Suas origens remontam à colonização e à implantação do regime escravagista.

Crianças indígenas, por exemplo, e meninos negros foram os primeiros a sofrerem os rigores do trabalho infantil em um país que, de início, estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de riqueza com base, infelizmente, na desigualdade social.

O processo de industrialização e o fato de o Brasil ter se transformado em uma economia capitalista manteve essa estrutura igual, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX.

A partir de uma iniciativa da OIT, desde 2002, nós registramos o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e, a cada ano, o tema avança.

Por exemplo, em 2005, o tema foi "Trabalho Infantil na Mineração".

Ele é considerado uma das piores formas de trabalho infantil. Os riscos que as crianças correm, na saúde, por exemplo, incluem doenças como: silicose, ruptura do tímpano, catarata, asfixia, infertilidade masculina e câncer.

A "Eliminação do Trabalho Infantil Perigoso" foi o tema de 2011. O trabalho infantil perigoso, neste momento, afeta cerca de 115 milhões de crianças no mundo. Esse número representa mais da metade de todos os trabalhadores infantis do mundo, estimados em 215 milhões.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostrou a existência de mais de 4,2 milhões de bra-

sileiros com idades entre 5 e 17 anos que trabalham, dos quais 30% têm uma jornada semanal superior a 40 horas.

Segundo o coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, Renato Mendes, a campanha de 2011 quer chamar a atenção para os riscos à saúde e à integridade moral que as crianças correm neste tipo de trabalho.

Ele explicou que a menina que trabalha como doméstica realiza um trabalho perigoso. Ela corre risco até de violência sexual e acaba abandonando a escola. Crianças que estão na esquina, crianças que trabalham na agricultura familiar com agrotóxico, por exemplo, criança que trabalha na produção de alimentos para mesa do brasileiro está exposta a riscos de saúde, ninguém tem dúvida.

O fato é que temos diante de nós uma realidade de violação de direitos que merece uma análise profunda e ações urgentes para romper com esse quadro de trabalho infantil, de violência sexual e do número de jovens em conflito com a lei.

O nosso Código Penal abrange o trabalho escravo, feito por meio de trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes de trabalho com a agravante de se tratar de criança ou adolescente. Abrange também a questão dos maus tratos, quando há exposição a perigo à vida ou à saúde da criança ou adolescente, sujeita a trabalho excessivo ou inadequado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estatuto da Criança e do Adolescente também inclui esta questão. A exploração da prostituição de menores, prostituição infantil, considerada pela OIT como uma das piores formas de trabalho infantil, também é crime previsto no ECA.

Assim também acontece com a pornografia de menores e com a venda ou tráfico de menores.

O Coordenador Renato Mendes salientou que, apesar de o Governo brasileiro ser referência no combate ao trabalho infantil, ainda precisamos... Referência no mundo, ele reconhece, mas diz, que nós ainda precisamos de mais fiscalização e também mais ações que permitam, efetivamente, manter as crianças na escola.

Em suas palavras, a fiscalização no trabalho, infelizmente, não é suficiente porque essas crianças não estão na relação formal de trabalho, elas estão numa situação informal. Para isso, é preciso desenvolver uma metodologia ativa de educação para que essas crianças, por meio da escola e por meio dos Conselhos Tutelares, efetivamente, tenham o direito de estudar.

Meus amigos, o livro da Anamatra, que citei ao início do meu pronunciamento, defende, em diversos capítulos, por exemplo, a luta pela defesa da garantia do direito da criança ao tempo e espaço da escola

passa também pela construção da qualidade de cada escola em seu contexto e pela denúncia contra as formas de exploração do trabalho infantil.

Sr. Presidente, estou acelerando para não abusar da boa vontade de V. Ex^a, mas me permita dizer ainda que o Coordenador do Programa Internacional pela Eliminação do Trabalho Infantil da OIT chamou toda a sociedade a participar de um grande mutirão nacional contra o trabalho infantil. E de que forma a sociedade pode fazer isso? Denunciando onde há criança trabalhando, por meio dos Conselhos Tutelares ou do próprio Ministério Público do Trabalho. Além disso, as pessoas podem denunciar ligando para o Disque 100, que recebe denúncias de violação dos direitos da criança, sejam elas de exploração sexual, de trabalho escravo ou de trabalho infantil, o que não é permitido.

Quero também enfatizar um ponto muito importante levantado pela Coordenadora da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, Deputada Federal aqui de Brasília Erica Kokay. Ela diz que é preciso que a sociedade reflita sobre o fato de o trabalho infantil ser aceito de forma natural, como no caso da criança de baixa renda. A sociedade, muitas vezes, fala que é melhor trabalhar do que estar no crime, como se esses fossem os dois caminhos possíveis. Mas eles levam à infância mal vivida, e nós queremos uma infância bem vivida, com acesso à escola.

A Deputada vai mais além. A Deputada tem toda razão quando diz que esse tipo de pensamento é uma forma, na verdade, de discriminação sofrida principalmente pelas crianças mais pobres, carentes do nosso País. Precisamos pensar muito sobre isso. A criança de baixa renda tem tanto direito de viver plenamente a sua infância como uma criança rica. A criança pobre tem que ter o direito de brincar, de lazer, de estudar.

Ela também disse, Sr. Presidente, que está trabalhando para levantar dados e concluir as propostas legislativas que tratam desse tema tão importante.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que, na verdade, criança precisa brincar e estudar. Esse é o mundo que nós devemos construir para elas, porque ele não será apenas mágico; ele será o alicerce para a construção de uma nova sociedade.

O cata-vento colorido é o símbolo do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Ele é o símbolo do respeito à criança e à diversidade de raça e de gênero. Suas cinco pontas representam todos os continentes.

Senador Vital do Rêgo, vou para as últimas frases. Então, aproveito estes três minutos para o aparte de V. Ex^a e vou concluir exatamente depois.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Antes das últimas frases, eu não poderia perder a oportuni-

dade, Senador Paim, até por um dever histórico, de apartear V. Ex^a. Afinal de contas, o que a gente fala, escreve e reporta dessa que é a maior tribuna do País fica na nossa história e marca, efetivamente, a nossa vida pública. Eu, V. Ex^a sabe, sou um apaixonado pelas suas teses, pelos seus pronunciamentos. Nós nos irmanamos aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pode saber que a recíproca é verdadeira e não é rasgação de seda. Tanto que, tenho de dizer ao Brasil, naquela redação lá que garantia a abertura da discussão dos aposentados, foi fundamental a posição de V. Ex^a.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – E vamos continuar lutando. Vamos continuar lutando com a certeza de que a causa é justa e de que a boa luta, como explica e ensina São Paulo na Bíblia, é o bom combate. V. Ex^a alertou o Brasil sobre o trabalho escravo, e vem fazendo isso a cada ano. E não é à toa que a boa gente gaúcha o traz e o devolve a este Senado sempre que V. Ex^a é julgado. Eu queria trazer um assunto sobre o qual não sei se V. Ex^a falou no seu pronunciamento agora, mas que quero eclodir: a falência dos Conselhos Tutelares. Senador Paim, precisamos criar mecanismos legais para que os Conselhos Tutelares nas cidades sobrevivam, com a infraestrutura mínima necessária para que possam servir a esta causa tão nobre que é a diminuição do trabalho infantil escravo, que começa, muitas vezes, dentro da família...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Que começa dentro da família e passa efetivamente pelos valores econômicos que a família muitas vezes tem como urgentes, em troca dos valores sociais e educacionais que é preciso dar a seu filho. Muitas vezes, o pai precisa do filho nas atividades diárias – ocorre muito isso, não é, Pimentel, nas nossas regiões? –, na labuta diária e prejudica a ida à escola. Eu tenho andado por este Brasil afora e tenho visto como os Conselhos Tutelares estão desarrumados, estão desestruturados. Talvez falte uma ação do município, do Estado e do Governo Federal. Talvez falte uma legislação mais específica que crie obrigações no atendimento a esses Conselhos, que em tão boa hora foram criados para diminuir essa mazela social contra a qual o Brasil avança, mas avança muito lentamente. Quero acostar-me ao pronunciamento sempre muito importante que V. Ex^a faz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, em uma frase eu sintetizaria seu belo pronunciamento, que fez a defesa dos Conselhos Tutelares. O que V. Ex^a quer? Mais estrutura, mais força e

mais organização para que eles possam, efetivamente, atender nossas crianças.

Sr. Presidente, termino dizendo que se nós nos movermos como cata-ventos, como aqui citei, se nós soubermos gerar energia como eles, crianças de todos os continentes poderão ser somente crianças. Negras, índias, brancas, enfim, de todas as etnias, de todas as procedências, de todas as origens, elas terão direitos e oportunidades iguais para viver como crianças e projetar uma vida decente como adolescentes, depois como adultas e, com certeza, contribuirão para a construção de um mundo em que os direitos humanos estejam em primeiro lugar.

Muito obrigado, Presidente.

Peço que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento sobre Projeto de Lei Orçamentária para 2012, com ênfase no reajuste do salário mínimo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem recebemos da Ministra Miriam Belchior o Projeto de Lei Orçamentária 2012.

Queremos elogiar a previsão de um salário mínimo de R\$ R\$ 619,21 para o exercício de 2012.

Valor este baseado na regra aprovada por esta Casa que fixou como reajuste a reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e aumento real pela taxa do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Sempre defendi um salário mínimo capaz de cobrir as necessidades do trabalhador e creio que alcançaremos esta meta.

E vale lembrar, que apesar de todos os esforços envidados para o aumento real do salário mínimo segundo o DIEESE, o valor do salário mínimo (em junho) deveria ser R\$ 2.212 para suprir as necessidades básicas do trabalhador.

O percentual de reajuste do salário mínimo previsto na LOA é de 13,6% para o próximo ano (PIB 7.5 + inflação de 5.7).

O impacto econômico que esse reajuste causará será bem pequeno se considerarmos o grande ganho social e econômico.

O montante representa tão somente R\$ 13,3 bilhões.

Digo isso porque os juros da dívida e amortização da dívida crescerão 4,7% chegando a R\$ 1,09 trilhão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o aumento dado ao salário mínimo corresponde a 2,4 vezes mais que o re-

ajuste inflacionário que será dado aos aposentados e pensionistas.

E, no entanto, lamentavelmente quem paga a conta da dívida do país são os aposentados e pensionistas!

Hoje, 66,2% dos beneficiários ganham 1 salário mínimo.

Fazendo uma perspectiva, em 5 anos todos aqueles que ganham entre 1 e 2 salários mínimos vão ganhar apenas 1 salário mínimo.

É isso mesmo! Você que ganha hoje até dois salários passará, em 2016, a ganhar apenas um ou seja, se continuarmos nessa progressão, em 2016, 80% dos beneficiários ganharão apenas um salário mínimo.

A meu ver, melhor então contribuir por apenas 1 salário mínimo e fazer uma poupança privada.

Se a aposentadoria daqui a 20 ou 30 anos terá como teto o montante equivalente a 1 salário mínimo, para que pagar mais?

Deixo claro que não é isso que queremos!

Desejamos uma Previdência forte, superavitária, solidária, de forma que todos os seus beneficiários possam ter uma vida digna.

Digo tal coisa porque acredito que é possível.

Já demonstrei isso na semana passada, quando apresentei os dados sobre as receitas previdenciárias, a DRU e as renúncias fiscais.

Estima-se que somente as renúncias previdenciárias em 2012 devam chegar a 24 bilhões.

Por fim, quero deixar registrado que continuarei lutando e defendendo o reajuste dos benefícios da previdência privada, por uma questão de justiça e de isonomia, princípios basilares da nossa Constituição Federal e de todo o ordenamento jurídico brasileiro.

Isso faz parte da minha vida e está nas entranhas do espírito democrático e republicano pelo qual sempre lutei.

Vamos pensar sobre a citação de Mahatma Gandhi feita pela procuradora Dra. Zélia Pierdoná, hoje pela manhã na audiência pública da CDH: *“O futuro dependerá daquilo que fazemos no presente”*

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presidenta da República, Dilma Rousseff, está cumprida no dia de hoje, uma série de agendas no Estado do Rio Grande do Sul.

Infelizmente, não pude acompanhá-la, mas, minha filha Ednéia Paim está me representando. Em seu discurso na abertura oficial da 34^a Expointer, a presidente Dilma destacou o papel da agricultura e pecuária brasileira no enfrentamento da turbulência que ameaça se espalhar pelo mundo com a crise de endividamento nos Estados Unidos e Europa: Disse

ela: Nós enfrentaremos essa crise consumindo, investindo, diminuindo impostos, plantando e colhendo os frutos da agricultura.

A presidente também destacou que o país é “uma potência agropecuária capaz de atender o mercado interno e externo.

Dilma Rousseff destacou ainda que a turbulência nos mercados é continuidade da crise de 2008 e lembrou o esforço de seu antecessor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a aposta no mercado interno. Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair dela.

Dilma Rousseff defendeu o aumento das reservas internacionais brasileiras: se em 2002, elas giravam em torno de R\$ 220 bilhões, em 2010 chegaram a R\$ 420 bilhões.

A presidenta Dilma Rousseff também destacou que governo disponibilizou R\$ 107 bilhões para financiamentos e R\$ 16 bilhões no Plano Safra:

“A cadeia de sucesso que temos aqui conquistamos graças ao trabalho dos produtores, mas também às políticas do governo federal”, afirmou a Presidenta e acrescentou que o governo vai privilegiar a agilização da concessão de crédito para agricultores e pecuaristas e o limite de crédito único por produtor e não mais por produto. E aproveitou para lembrar as medidas do governo federal para ajudar os rizicultores no Estado:

“A ação de incentivo para o arroz no Rio Grande do Sul é algo de que muito me orgulho”.

Sr. Presidente, neste momento, a presidenta Dilma Rousseff participa de ato de inauguração de leitos hospitalares em Canoas especificamente no Hospital Universitário, na Ulbra, para entregar 110 novos leitos de atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A presidenta vai anunciar a abertura de unidades de qualificação do atendimento a gestantes, em Canoas.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, penso que todos nós ao olharmos para trás, lembramos com saudade do nosso tempo de criança.

Ah, como era bom brincar...! Acho que não há um único adulto que não lembre de suas aventuras infantis.

Jogar bola, dominó, andar de carrinho de rolimã, soltar pandorga, correr de bicicleta, rir prá valer ao pular nas poças d'água formadas pela chuva, ouvir uma boa estória infantil contada por alguém que sabe fazer caretas, que sabe dar um tom de voz diferente para cada personagem, tudo isso tem um valor sem igual.

Me parece que hoje as crianças são mais ligadas em brincadeiras no computador. Jogos e coisas assim. Eu penso que isso é uma lástima, porque brincar na rua é bom demais.

Mas, de qualquer forma, poder brincar é direito de toda criança. Ser criança é viver um tempo de brincar e aprender, de estudo e lazer.

No entanto, será que a realidade de todas as crianças é assim? E quanto àquelas que coletam material reciclável, que vendem balas, que fazem malabarismo nos faróis, que pedem esmolas para entregar aos pais, e tantos outros trabalhos degradantes?

Isso sempre me incomoda e, ao receber o livro “Criança, Adolescente, Trabalho”, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, decidi que tinha que voltar a trazer o assunto neste Plenário.

Essa publicação reúne textos de juízes, procuradores, advogados, psicólogos, artistas, educadores e jornalistas, que reconhecem no trabalho infantil uma das piores formas de violação de direitos humanos e que precisa ser combatida e denunciada no Brasil e no mundo.

Pontos relevantes são abordados no livro, tais como educação básica; responsabilidade dos pais; idade mínima para o trabalho na ordem jurídica brasileira; contrato de aprendizagem como instrumento de qualificação profissional de jovens; trabalho artístico e doméstico; e assim por diante.

Enfim, é um livro que traz informações riquíssimas, dados e ponderações importantes.

Sr. Presidente, quero detalhar um pouco para aqueles que me escutam em suas casas, em seu trabalho, ou quem sabe estão no trânsito, o trabalho infantil.

O trabalho infantil é caracterizado como uma atividade e/ou estratégia de sobrevivência, remunerada ou não, realizada por meninos e meninas menores da idade mínima estabelecida pela legislação nacional vigente, para incorporar-se a um emprego.

O “sustento conseguido” ou o “benefício” do serviço pode servir para si mesmo e/ou contribuir para manutenção do seu grupo familiar e/ou para apropriação de terceiros exploradores.

Conforme consta do site do Ministério do Trabalho e Emprego, o trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo de toda a história do Brasil.

Suas origens remontam à colonização portuguesa e à implantação do regime escravagista.

Crianças indígenas e meninos negros foram os primeiros a sofrerem os rigores do trabalho infantil em um país que, de início, estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de riqueza com base na desigualdade social.

O processo de industrialização e o fato do Brasil ter se transformado em uma economia capitalista manteve essas estruturas iguais, obrigando o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo ao longo do século XX.

A partir de uma iniciativa da Organização Internacional do Trabalho, desde 2002 nós registramos o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e, a cada ano, o tema é diferente.

Por exemplo, em 2005 o tema foi “trabalho infantil na mineração”.

Ele é considerado uma das piores formas de trabalho infantil. Os riscos que as crianças correm, na saúde, por exemplo, incluem doenças como: silicose, ruptura do tímpano, catarata, asfixia, infertilidade masculina e câncer.

A “Eliminação do trabalho infantil perigoso” é tema deste ano, 2011.

O trabalho infantil perigoso, neste momento, afeta cerca de 115 milhões de crianças em todo o mundo. Este número representa mais da metade de todos os trabalhadores infantis do mundo, estimados em 215 milhões. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) detectou a existência de mais de 4,2 milhões de brasileiros com idades entre 5 e 17 anos que trabalham, dos quais 30% têm uma jornada semanal superior a 40 horas.

Segundo o coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, Renato Mendes, a campanha de 2011 quer chamar a atenção para os riscos à saúde e à integridade moral que as crianças correm neste tipo de trabalho.

Ele explicou que; “A menina que trabalha como doméstica realiza um trabalho perigoso. Ela corre risco até de violência sexual e de deixar a escola. Crianças que estão na esquina, crianças que trabalham na agricultura familiar com agrotóxico. Criança que trabalha na produção de alimentos para mesa do brasileiro está exposta a riscos na sua saúde”

O fato é que temos diante de nós uma realidade de violação de direitos que merece uma análise profunda e ações urgentes para romper com esse quadro de trabalho infantil, de violência sexual e do número de jovens em conflito com a Lei.

O nosso Código Penal abrange o trabalho escravo, feito por meio de trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes de trabalho com a agravante de se tratar de criança ou adolescente. Abrange também a questão dos maus-tratos quando há exposição a perigo a vida ou a saúde de criança ou adolescente, sujeita a trabalho excessivo ou inadequado. O Estatuto da Criança e do Adolescente também inclui esta questão.

A exploração da prostituição de menores, prostituição infantil, considerada pela OIT como uma das piores formas de trabalho infantil, também é crime previsto no ECA.

E assim também acontece com a pornografia de menores e com a venda ou tráfico de menores.

O Coordenador Renato Mendes salientou que, apesar de o governo brasileiro ser referência no combate ao trabalho infantil, nós ainda precisamos de mais fiscalização e também mais ações que permitam manter essas crianças na escola.

Suas palavras: “A fiscalização no trabalho não é suficiente porque essas crianças não estão na relação formal de trabalho, elas estão numa situação informal. Para isso, é preciso desenvolver uma metodologia ativa de educação para essas crianças, por meio da escola, por meio dos conselheiros tutelares.”

Meus caros, o livro da ANAMATRA que citei ao início do meu pronunciamento defende, em seu capítulo sobre a educação básica e trabalho infantil que: “a luta pela defesa da garantia do direito da criança ao tempo e espaço da escola passa também pela construção da qualidade de cada escola em seu contexto, e pela denúncia contra as formas de exploração do trabalho infantil”.

Sr. Presidente, o Coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, chamou toda a sociedade a participar da mobilização contra o trabalho infantil.

E de que forma a sociedade pode fazer isso? Denunciando onde há crianças trabalhando, por meio dos conselhos tutelares ou do Ministério Público do Trabalho. Além disso, as pessoas podem ligar para o Disque 100, que recebe denúncias de violação dos direitos da criança, sejam elas de exploração sexual ou de trabalho.

Quero enfatizar também um ponto muito importante levantado pela coordenadora da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, deputada federal Erika Kokay.

Ela pontua que; “É preciso que a sociedade reflita sobre o fato de o trabalho infantil ser aceito e naturalizado no caso de crianças de baixa renda. A sociedade, muitas vezes, fala que é melhor trabalhar do que estar no crime, como se esses fossem os dois caminhos possíveis. Mas eles não levam a uma infância bem vivida.”

A Deputada tem toda razão, Senhoras e Senhores, esse tipo de pensamento é uma forma de discriminação sofrida pelas crianças carentes do nosso país. Precisamos pensar muito sobre isso. A criança de baixa renda tem tanto direito a viver plenamente sua infância, quanto uma criança mais rica!!!

Ela disse também que está empenhada em levantar todas as propostas legislativas que tratam do tema do trabalho infantil e acelerar a tramitação dessas proposições.

Para finalizar quero dizer que, na verdade, criança precisa brincar e estudar.

Esse é o mundo que nós devemos construir para elas, porque ele não será apenas mágico, ele será o alicerce para a construção de uma nova sociedade.

O catavento colorido é o símbolo do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Ele é símbolo do respeito à criança e à diversidade de raça e de gênero. Suas cinco pontas representam todos os continentes.

Se nós nos movermos como o catavento, se nós soubermos gerar energia como ele, crianças de todos os continentes poderão ser somente crianças.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, pelo prazo regimental.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia muito importante para o nosso Estado de Roraima, um dia em que se encaminha uma solução histórica para se resolver um gargalo que era um grande problema, um grande óbice no processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Acaba de ser encerrado, na Bolsa de Valores de São Paulo, o leilão do lote A, que prevê a construção de uma linha de transmissão de 500kVA, de circuito duplo, mais estação rebaixadora, que vai ligar Manaus a Boa Vista, fazendo com que a ligação de Tucuruí a Manaus, que já está em andamento, interligue não só Manaus, mas também Roraima ao Sistema Integrado Nacional. Portanto, Roraima deixará de ser um sistema isolado.

A definição da construção dessa linha de transmissão é uma luta que encampeei há alguns anos, Sr. Presidente. Tratei com o Presidente Lula, colocamos no PPA essa matéria, depois, tratei com a Presidenta Dilma, com o Ministro Edison Lobão, com o Dr. Josias, presidente da Eletronorte, com o Dr. Nelson Hübner, presidente da Aneel, e hoje posso dizer, com satisfação, que o nosso sonho está realizado, ou pelo menos está encaminhado. Será realizada em 36 meses, porque esse é o prazo de conclusão da obra, para ela entrar em funcionamento – até 36 meses.

Essa obra vai resolver duas questões fundamentais de Roraima. A primeira delas: o Estado de Roraima vai deixar de depender de energia da Venezuela, que tem, ano a ano, causado problemas para o nosso

Estado, devido à precariedade da geração de energia na Venezuela; e, segundo, com a interligação com o resto do Brasil, vai permitir que Roraima possa construir quatro hidrelétricas, permitindo, assim, que Roraima possa vender para o restante do Brasil a energia produzida no nosso Estado.

Queremos construir as hidrelétricas de Cotingo, Bem-Querer, Paredão I e Paredão II, que já estão em estudo e que deverão, brevemente, ser licitadas também. Essas obras, somente as de interligação, vão gerar 3.200 empregos diretos, Presidente Paim. Portanto, algo extremamente importante para a nossa região.

Gostaria, aqui, de registrar que o consórcio vencedor dessa licitação foi o Consórcio Boa Vista, composto pela Eletronorte e pela Alupar Investimentos. Eu, pessoalmente, trabalhei junto a Eletronorte para que ela participasse do leilão, participasse da licitação, porque a Eletronorte tem experiência em tratar com os Waimiri Atroari, já que essa linha de transmissão passará pela terra dos Waimiri Atroari, tem experiência, *expertise*, no norte do Brasil. A Eletronorte é um patrimônio do nosso País e da nossa região. Portanto, a Eletronorte haver participado e ter ganhado esse leilão, para nós, é uma garantia de que essa obra será feita com muita tranquilidade e muita experiência.

Quero parabenizar o Presidente Josias pela posição; quero agradecer à Presidenta Dilma; quero agradecer ao Ministro Edison Lobão; quero agradecer ao Dr. Josias por haver encaminhado essa solução, que é decisiva para o nosso Estado e para a nossa região. Vamos ter energia limpa, vamos deixar de ter geração de energia por meio de máquinas a óleo *diesel* no interior de Roraima, que dão problemas, que poluem, que consomem combustível fóssil e que, portanto, estão ultrapassadas. Queremos hidrelétricas, porque são de baixo impacto e, efetivamente, fazem com que o desenvolvimento ambiental, inclusive de Roraima e da Amazônia, possam ser preservados.

Ao agradecer essas providências, quero anunciar à população de Roraima essa vitória do nosso Estado e dizer da minha satisfação por haver contribuído para que tudo isso pudesse acontecer, Sr. Presidente.

Ontem, não pude estar presente durante a sessão que comemorou os 39 anos da Rede Amazônica de comunicações, mas, posteriormente, cheguei e cumprimentei o Dr. Phelippe Dauo e toda a equipe da Rede Amazônica. Quero aqui registrar o meu respeito, a minha consciência de que a Rede Amazônica de Televisão é um patrimônio do nosso País, especialmente, da região amazônica, e contribui com a integração do País, faz a Amazônia ser conhecida, faz a Amazônia conhecer melhor o Brasil, enfim, integra nossas regiões num fato fundamental.

Então, quero parabenizar a Rede Amazônica de Televisão pelo trabalho que faz, parabenizar também a Fundação Rede Amazônica pelo trabalho social que executa na nossa região e dizer que a TV Roraima, ligada à Rede Amazônica, no Estado de Roraima, é um veículo fundamental de informação, de prestação de serviços do povo de Roraima.

Quero parabenizar e abraçar todos os trabalhadores da Rede Amazônica na pessoa do Dr. Phelippe Dauo pela comemoração desses 39 anos. Que ela continue no seu caminho glorioso, quer gerando imagem nos Estados, quer, através da Rede Amazônica, do satélite, levando para todas as comunidades da Amazônia as nossas imagens, enfim, prestando um serviço inestimável.

Queria fazer esse registro e parabenizar a Rede Amazônica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Jucá.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara Federal na última quarta-feira, dia 31 de agosto, aprovou as modificações, as atualizações do Simples Nacional. Nós havíamos cobrado várias vezes essa votação na Câmara Federal. E na última quarta-feira a pauta da Câmara foi liberada para votação de matérias dessa magnitude e, por unanimidade, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 87 de iniciativa do Executivo. Essa votação assegura a atualização da tabela de enquadramento do empreendedor individual que até então era de R\$36 mil e está sendo elevada para R\$60 mil. Portanto, todos aqueles pequenos empreendedores que tiverem receita bruta anual de até R\$ 60 mil serão enquadrados nessa nova modalidade e eles são isentos dos impostos federais.

Se ele é do ramo do comércio ou da indústria, ele contribuirá com R\$ 1,00 por mês a título de ICMS e, se ele for do setor de serviços, não contribuiu com este R\$ 1,00 e contribuiu com R\$ 5,00 a título de ISS. Portanto, é uma carga tributária diminuta, bastante razoável para que algo em torno de 11 milhões de pessoas, que, na pesquisa PNAD do IBGE de 2008, foram identificados como público-alvo para o empreendedorismo. E lá, em 2008, o Congresso Nacional aprovou

a Lei Complementar nº 128, que passou a vigorar a partir de julho de 2009; nesse curto espaço de tempo, algo em torno de dois anos, já estamos chegando a 1,5 milhão empreendedores individuais formalizados.

Agora, com a elevação do teto de enquadramento para R\$ 60 mil, além de manter esse 1,5 milhão que já estão formalizados, nós haveremos de ter um incremento muito grande, porque o faturamento que antes era da ordem de R\$ 3 mil por mês, agora está sendo elevado para R\$ 5 mil e, no ano, em R\$ 60 mil.

Esse público quer ser formal, porque, sendo formal, ele pode crescer. E, para ser formal, era preciso que o pacto federativo, os Municípios, os Estados e a União criassem regras diferenciadas para o empreendedor individual e esse processo iniciou, como havia dito, em julho de 2009, e agora a Câmara Federal aprova a sua elevação para R\$ 60 mil. Nós esperamos, com o apoio dos nossos pares, de Senadores e Senadoras, votar no menor prazo possível aqui no Senado Federal.

Esse projeto de lei aprovado pela Câmara Federal também atualiza o enquadramento da micro e da pequena empresa, que até então era de R\$ 120 mil o piso e vai para R\$ 180 mil e o teto, que era de R\$ 2,4 milhões, está sendo elevado para R\$ 3,6 milhões, ou seja, uma atualização em 50% em todas as faixas, que são da ordem de 21 faixas de enquadramento e a primeira carga tributária para a primeira faixa, envolvendo os sete impostos federais e mais o ICMS estadual, é da ordem de 4%.

Portanto, estando eles fora do Simples Nacional, a sua carga tributária anual é da ordem de 34%, conforme todos os meios de comunicação têm divulgado. Mas, no Simples Nacional, eles saem de 34% para apenas 4%.

E o teto para o comércio hoje é de 13,6%. Portanto, aquelas empresas que têm faturamento de até R\$3,6 milhões, com essas novas regras aprovadas pela Câmara Federal, com anuência do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, caem para 13,6%, uma diminuição significativa. E nós temos hoje 5,4 milhões de micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional.

Senador Paim, que preside esta sessão, para ter uma ideia, esse sistema do Simples Nacional começou em julho de 2007, e nós tínhamos ali apenas 1.337.000 micro e pequenas empresas formais no Brasil. Chegamos a agosto de 2011, cinco anos depois, com 5,4 milhões de micro e pequenas empresas. E quando analisamos o mundo da empregabilidade em 2010, que foi o melhor número de empregos formais gerados em toda a história do Brasil, houve algo em torno de 2,5 milhões de empregos de verdade, com carteira assinada, e 80% desses 2,5 milhões de empregos fo-

ram nas empresas que têm hoje até 99 empregados, que são a base da micro e da pequena empresa e que estão no Simples Nacional.

Se pegarmos outro dado, os 39,5 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social, criando a chamada nova classe média, de 2007 para cá, esse público todo está vinculado, na sua quase totalidade, às micro e pequenas empresas. Portanto, esse é um processo em que ganha a sociedade brasileira, ganham os trabalhadores, ganham os empreendedores e, principalmente, o pacto federativo, porque formaliza e, com isso, cria um novo dinamismo na nossa economia. Esse público produz principalmente para o mercado nacional. E é por isso que todas as ações que os governos municipais e estaduais, o Governo Federal, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira têm tomado são no sentido de fortalecer o mercado nacional, o que é um grande diferencial que temos para enfrentar a crise internacional que o mundo vive hoje.

Ao nosso Senador Vital do Rêgo, que, além de ser Senador do nosso Nordeste, da nossa Paraíba, é também o nosso Presidente da Comissão Mista do Orçamento, concedo um aparte.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel, inicialmente para parabenizar V. Ex^a pela bela sessão que coordenou no Estado do Ceará, na bela capital Fortaleza, por ocasião da discussão dos recursos hídricos que a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, que trata dessa matéria, e a Comissão de Desenvolvimento Regional travam ao longo dos últimos meses, visitando diversas capitais. Parabéns pela organização do evento. Certamente, no relatório final constará um capítulo especial que o Ceará nos deu com um programa avançado, arrojado, atento às necessidades daquele povo tão sofrido que V. Ex^a representa com tanta dignidade. V. Ex^a trouxe um assunto empolgante para nós. As ações, quando são feitas sem a burocracia técnica, sem a complicação, muitas vezes, que os agentes econômicos criam, e que são simples, são simplistas, fazem com que este Brasil galope; não caminhe, galope. Os números que V. Ex^a apresentou, mostrando o que era a formalização antes e o que é hoje no mercado de trabalho, o número de empresas antes e hoje, que não houve nenhuma diminuição da arrecadação – muito pelo contrário, houve crescimento da arrecadação –, que houve aumento da inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, isso faz com que eu me sinta muito feliz de estar envolto daqueles que pensam que a queda gradual dos juros da taxa Selic faz com que se fortaleça o nosso mercado, que é o principal para-choque da crise internacional. O Brasil tem o que nenhum outro país das Américas – tenho certeza ao afirmar isso – tem: o nosso para-

-raios anticrise, que é o nosso consumo interno. Saúde V. Ex^a por mais um brilhante pronunciamento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Vital do Rêgo, quero registrar que a ida de V. Ex^a ao Ceará, para todos nós, cearenses, foi muito gratificante, pela contribuição que V. Ex^a nos deu, principalmente porque era também relator da medida provisória que tratava do biodiesel, dos derivados do álcool e também da reestruturação de uma empresa secular do Brasil, que são os Correios. Sabendo da sua agenda, dos seus compromissos em fazer uma série de mediações, mesmo assim, V. Ex^a abriu espaço para ir ao Ceará para discutir o desenvolvimento regional da nossa região.

De parlamentares da sua qualidade, do seu compromisso de que o Congresso Nacional necessita. E aqui V. Ex^a honra o povo paraibano, o povo nordestino e o povo brasileiro. Espero que a gente continue com essa mesma caminhada, ao seu lado, naquilo que eu puder ajudar.

Quero dizer que esse projeto de lei, aprovado pela Câmara Federal, abre a negociação de dívidas da micro e da pequena empresa. A legislação que nós aprovamos lá, em dezembro de 2006, proibia qualquer possibilidade de parcelamento de dívidas. Agora, eles podem parcelar as suas dívidas tributárias em até 60 meses, como acontece com as empresas do lucro real e do lucro presumido, ou seja, aquelas que estão fora do Simples. E temos em torno de 560 mil micro e pequenas empresas que ora têm dívida, seja para com o IPTU, seja para com o INSS, ou para com a União, vindo ali desde o Fundo de Garantia, a Previdência Social e outras contribuições que porventura elas tenham atrasado, em face da necessidade de caixa que, eventualmente, esse setor termina sofrendo.

Essa política aprovada fortalece as compras governamentais. Temos, nesse setor de compras governamentais, dos Municípios, dos Estados e da União, um grande mercado para que as micro e pequenas empresa possam crescer. Em 2010, o pacto federativo e as estatais compraram, em média, R\$350 bilhões, e a União comprou R\$47 bilhões. Desse montante, R\$15,6 bilhões vieram das micro e pequenas empresas, já com a demonstração de que elas se preparam também para vender para o Poder Público.

Agora, após a votação dessas modificações, que a Câmara já aprovou e vêm para o Senado, pretendemos fazer um grande mutirão nacional, junto aos governos estaduais, aos governos municipais, para que eles incluam nas suas agendas também as compras governamentais das micro e pequenas empresas. Aproveitar o grande debate político do ano de 2012, em que vamos eleger 5.564 prefeitos e prefeitas, para

incluir nas suas agendas a necessidade da compra governamental local, para gerar mais emprego, gerar mais trabalho e formalizar um conjunto de pessoas que podem fornecer para o poder local – exemplos disso são o fardamento escolar, todo material escolar que pode ser comprado, alimentos. E aqui há o programa da compra antecipada da produção por parte do Governo Federal em convênio com os pequenos produtores, com o poder local.

Portanto, a intenção nossa é abrir um forte debate com os candidatos a Prefeito e Prefeita em 2012 para levar essa grande agenda da micro e da pequena empresa para os seus programas de governo.

Esse sistema também cria mecanismos para que a micro e a pequena empresa possam exportar. O teto é de R\$ 3,6 milhões, e também é concedido a eles igual valor, ou seja, mais R\$ 3,6 milhões, que devem ser voltados exclusivamente para exportação. Portanto, a pequena empresa pode vender para o mercado nacional até R\$ 3,6 milhões e exportar, vender para o mercado externo, mais R\$ 3,6 milhões, totalizando R\$ 7,2 milhões, e ela não perde a sua condição de pequena empresa.

Esse sistema também demanda muito crédito. É um dos setores aos quais precisamos dedicar olhar especial. E uma de suas dificuldades na política de crédito é a questão da garantia, porque o patrimônio desses empresários, desses empreendedores, é diminuto e, quando eles vão tomar um empréstimo, seja para capital de giro, seja para investimentos, normalmente têm dificuldade por não terem instrumentos de garantia e, aí, ficam dependendo do aval de um amigo, de um conhecido, de um familiar.

Para superar isso, o Presidente Lula criou o Fundo de Aval, com R\$4 bilhões, em 2008, quando iniciou a crise. Nós precisamos, Senadores Paulo Paim e Crivella, ampliar esse Fundo de Aval, pelo menos dobrá-lo, para que o crédito possa chegar com mais facilidade às mãos dos micro e pequenos.

Em 2008, o Presidente Lula utilizou um sistema pelo qual eram emitidos títulos do Tesouro, deixou isso dentro do BNDES, e cada banco, fosse ele privado ou público, poderia pegar uma cota desses R\$4 bilhões para Fundo de Aval. Agora, ele era obrigado a colocar, de capital próprio, igual valor. Em outras palavras, nós multiplicamos os pães, chegamos a R\$8 bilhões naquele primeiro desenho. Esse montante de Fundo de Aval já está esgotado, está totalmente comprometido com os empréstimos já formalizados.

Estive recentemente com a Ministra Gleisi, abrindo esse debate acerca da necessidade que temos de elevar o Fundo de Aval para que, neste momento em que as taxas de juros estão caindo, em que o mercado

continua demandando, essas micro e pequenas empresas possam ter mais instrumentos para alavancar recursos e, com isso, gerar mais negócios, até porque estamos elevando o teto de R\$2,4 bilhões, para fins de enquadramento, para R\$3,6 bilhões, exclusivamente para o mercado nacional. Se eles exportarem, terão mais R\$3,6 bilhões, totalizando R\$7,2 bilhões. E sem política de crédito, eles não terão condições de enfrentar a alavancagem que essa lei está fazendo.

Temos, também, ainda, algumas pendências que a Câmara não conseguiu enfrentar, em face da falta de consenso nos governos municipais, estaduais e federal. Uma delas, dessa falta de consenso, da falta de entendimento, é a ampliação da inclusão do setor de serviços na tabela do Simples Nacional. Temos ali um conjunto de profissionais liberais, as chamadas profissões regulamentadas, que querem vir para o Simples Nacional, porque simplifica a sua contabilidade e também reduz a sua carga tributária. Entre esses, as categorias de corretores, seja corretor de imóvel, seja corretor de seguros, seja corretor de vidas, vários programas do setor de corretagem para o qual precisamos ter um olhar todo especial. Até porque com o Programa Minha Casa, Minha Vida, com o aquecimento da indústria da construção civil, esse setor de corretagem de imóveis tem crescido muito e temos muitos profissionais liberais nessa atividade.

Outra atividade muito forte é a de representante comercial. Eu diria que uma das primeiras atividades econômicas do Brasil é exatamente o representante comercial, que nós chamávamos, no século XVII, no século XVIII, início do século XX, de mascate. Ele corria às comunidades, ele ia às nossas famílias, com um conjunto de produtos, para facilitar a sua comercialização. Hoje, esse público é significativo na nossa economia, principalmente por conta do crescimento do mercado nacional. E nós precisamos trazê-los para inclusão no Simples Nacional.

Temos um outro debate que precisa também ser contemplado aqui na discussão do Senado Federal, é a questão do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para o empreendedor individual que se formaliza. Ele, hoje, tem o seu próprio negócio na sua própria casa e ali, na informalidade, o IPTU que ele paga tem alíquota residencial. Na hora em que ele se formaliza, em que recebe o seu CNPJ, algumas prefeituras os estão enquadrando como IPTU comercial. E as vantagens que eles passam a ter na diminuição da carga tributária por conta do Simples Nacional se neutralizam com a elevação do IPTU comercial. E para que nós não fiquemos dependendo de 5.564 legislações das Câmaras de Vereadores, a melhor forma é o Congresso Nacional, com o poder constitucional que tem, a

partir da Emenda Constitucional nº 42, de 2003, possa legislar e resolver de uma vez por todas essa questão do IPTU junto aos municípios.

Temos um outro tema que a Câmara não conseguiu enfrentar neste primeiro momento, que está na agenda de debate, que é a substituição tributária feita por parte dos Estados. O que é isso? Para evitar as boas políticas do Simples Nacional no que diz respeito ao ICMS, que é uma guia única de recolhimento junto com os tributos federais, que é feito num único momento, sem a necessidade de fazer aquela contabilidade nota por nota, guia por guia, e com isso trazendo um grande custo na contabilidade das micro e pequenas empresas. Nós criamos esse mecanismo da chamada 'guia única de recolhimento' que é um percentual sobre o faturamento. Boa parte dos governos estaduais está aplicando a chamada substituição tributária. O que é isso? Eles retiram da base de cálculo do faturamento da micro e da pequena empresa e cobram por fora. Ao cobrar por fora, além de aumentar a contabilidade, além de aumentar as dificuldades, também aumenta a carga tributária. Quer ver um exemplo? Na primeira faixa, aqueles que têm faturamento de até R\$120 mil hoje – que representam 72% das 5,4 milhões de empresas inscritas no Simples Nacional – têm faturamento de até R\$120 mil/ano. Esse público paga 1,25% do seu faturamento a título de ICMS, que é o imposto estadual. Ao sair dessa tabela, indo para a substituição tributária, ele paga 3,6% do seu faturamento. Ou seja, aquilo que era 1,25% vai para 3,6%.

Nós precisamos enfrentar esse debate, porque ele está eliminando os bons efeitos do Simples Nacional para os menores empreendedores do Brasil, aqueles que mais geram emprego.

Nós tivemos o cuidado também de fazer o levantamento, CNPJ por CNPJ, das empresas que geraram emprego em 2010 e, daqueles dois milhões e meio de empregos gerados com carteira assinada em 2010, 52% deles estão nas empresas que têm faturamento de até R\$120 mil por mês. Ou seja, são os pequenos que voltam para o mercado nacional e que geram emprego e, normalmente, eles têm quatro empregados.

É com esse olhar, com esse arranjo que a sociedade brasileira construiu através do Simples Nacional, que nós temos enfrentado a grande crise econômica de 2008, fortalecendo o mercado nacional, gerando emprego, gerando renda e, acima de tudo, criando a nova classe média, que são exatamente esses que estão ascendendo na pirâmide social.

Deus nos ensinou que a nossa razão de ser aqui na Terra é ser feliz. E, para ser feliz, é preciso que haja vida digna para nossa família e para aqueles que vivem em torno de nós. E é por isso que aqui todos se de-

bruçam perante o Simples Nacional, para que a gente possa corrigir eventuais distorções, e que, no dia de amanhã, o Brasil possa dizer que esse desenho da micro e da pequena empresa é o caminho para que a gente possa ter crescimento com distribuição de renda, com inclusão social e a diminuição das desigualdades entre os Municípios, os Estados e o pacto federativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E que Deus nos ilumine para que, neste setembro ainda, a gente possa votar a atualização do Simples Nacional!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador José Pimentel, que fez um brilhante pronunciamento e que enriquece esta manhã, no plenário do Senado.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

Por favor, Senador, permita-me. Tenho que ler um documento que chegou agora. Naturalmente, não vou marcar o tempo de V. Ex^a.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu a Mensagem nº 355, de 2011, da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Congresso Nacional as proposições encaminhadas ao Poder Executivo pelo Poder Judiciário e Ministério Público Federal.

O que vou ler vai às suas mãos, como Relator da peça, como Presidente da Comissão de Orçamento.

MENSAGEM Nº 355

Senhores Membros do Congresso Nacional, venho dar conhecimento a V. Ex^{as} de que o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal encaminharam ao Poder Executivo proposta de elevação de salários do seu funcionalismo com impacto total de R\$7,7 bilhões em 2012. Essas propostas estão anexas e não puderam ser contempladas no projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012”.

2 – As propostas, que ora remeto, não foram incluídas na peça orçamentária de 2012, em primeiro lugar, em função de um quadro de incerteza econômica mundial, onde é indispensável que o Brasil mantenha uma realidade fiscal responsável que lhe permita lidar com sucesso com eventuais situações de crise.

3 – Há possibilidade de agravamento na situação econômica internacional em 2012, com risco de recessão em economias avançadas e forte volatilidade nos preços dos ativos financeiros. Várias economias enfrentam problemas justamente por sua situação fiscal, com alto endividamento e déficit públicos.

4 – Nesse cenário, é importante que o Brasil mantenha sua trajetória de equilíbrio fiscal, com geração de resultados primários compatíveis com a redução da dívida pública em relação ao PIB, bem como com o controle da inflação e o estímulo ao investimento e ao emprego. Um aumento excessivo na despesa primária do Governo central traria insegurança e incerteza sobre a evolução da economia brasileira em um contexto internacional já adverso.

5 – É necessário que este esforço seja compartilhado por todos os Poderes da República.

Cabe ressaltar que o Poder Executivo já adota uma política de moderação no crescimento de suas despesas de pessoal, de modo a privilegiar a execução de investimentos e de programas sociais em seu orçamento. A inclusão de propostas grandes de reestruturação para o funcionalismo federal prejudicaria a efetiva implementação de políticas públicas essenciais como as da saúde, educação e redução da miséria.

Todavia, em respeito ao princípio republicano da separação dos Poderes e cumprindo dever constitucional, submeto à elevada apreciação deste Congresso nacional as proposições anexas.

Senhora Presidente da República Dilma Rousseff.

A matéria será juntada ao projeto de Lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, e será publicada em suplemento ao **Diário do Senado Federal** de 3 de setembro de 2011.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Gostaria de registrar agora, antes de passar a palavra ao Senador Vital do Rêgo, a presença do nosso ex-Deputado Federal, ex-Ministro e Governador do DF, o nosso, permita-se dizer, amigo e Governador Agnelo Queiroz.

Seja bem-vindo a esta Casa! É sempre uma alegria recebê-lo aqui. V. Ex^a tem uma história muito bonita, sempre em defesa do povo brasileiro e, por que não dizer, especialmente aqui, no DF, como Governador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, com a palavra, pelo tempo que for necessário.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu pai me ensinava a não acreditar em coincidências, mas, sim, nos desígnios de Deus,

que faz com que as coisas aconteçam dentro do plano que Ele estabelece para cada um de nós.

Esta data do dia de hoje, dia 2 de setembro, marca na minha vida, na vida de Brasília, um dia histórico, porque o Senado, oficialmente, vai lançar um Manifesto subscrito por 43 Senadores – está aberto, inclusive, e se vai chegar ao número de 60 Senadores –, fazendo uma solicitação à Federação Internacional de Futebol (FIFA) e à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e comunicando ao Governo sobre o nosso interesse, dos Estados federados aqui representados, de que, na nossa Capital, na nossa Brasília, no Estádio Nacional, seja feita a abertura dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Senador Pinheiro, não por coincidência, está aqui, oficialmente, para receber este Manifesto, em nome de Brasília, em nome do Distrito Federal, o nosso queridíssimo Governador Agnelo Queiroz.

As datas oficiais da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações já foram anunciadas pela Fifa. A abertura da Copa do Mundo será em 12 de junho de 2014, e a da Copa das Confederações, em 15 de junho de 2013. Já está praticamente acertado que a Copa das Confederações será iniciada no nosso Estádio Nacional de Brasília, que deverá ficar pronto em dezembro de 2012. Hoje, o Estádio Nacional já ganhou o selo verde. Sou insuspeito, porque sou relator da Comissão Especial que Fiscaliza a Execução das Obras da Copa do Mundo nas doze capitais. Posso dizer que, em Brasília, a execução das obras está adiantada 40% a mais do que a de qualquer outra capital. Evidentemente, esse será um teste decisivo para a cidade, que está na disputa para abrir o espetáculo mais nobre do futebol mundial em junho de 2014.

A Fifa confirmou que, no próximo mês de outubro, decidirá em reunião qual será a cidade que receberá a abertura da Copa do Mundo de 2014. Entre as doze capitais que realizarão os jogos, Brasília tem grandes possibilidades de conquistar essa posição. Para isso, a capital se prepara em ritmo acelerado e não tem medido esforços para cumprir o cronograma de obras que são necessárias para garantir a tão sonhada classificação. Para a realização desse objetivo, o nosso Governador Agnelo Queiroz já transformou Brasília em um verdadeiro canteiro de obras.

Na área do Eixo Monumental, onde está sendo erguida parte da infraestrutura necessária para a realização da grande festa popular e onde está sendo construído o futuro Estádio Nacional, que deverá acomodar 70 mil torcedores, podemos ver centenas de operários que trabalham sem parar, dezenas de engenheiros que acompanham atentamente o ritmo das construções, tratores e caminhões que se deslocam a

cada momento, transportando toneladas de materiais que são descarregados em grandes carretas.

Não muito longe dali, no Setor Hoteleiro Norte, outros canteiros de obras também estão em ritmo acelerado. Naquele local, muitos operários trabalham com rapidez para erguer grandes hotéis. Nessa primeira etapa, pelo menos oito novos estabelecimentos hoteleiros serão erguidos: dois deles já estão praticamente prontos, três estão bastante adiantados, e as obras do restante terão início nos próximos dois meses.

No dia 26 de agosto passado, a Justiça autorizou a expansão do Setor Hoteleiro Norte, na Quadra 901, que se situa em frente à Torre de Televisão, que também está em obras, visando à Copa do Mundo. A reforma do local está bastante adiantada, e, muito em breve, a Torre, símbolo de Brasília, contará com novo mirante, restaurante, lanchonete e outras benfeitorias que servirão para proporcionar maior conforto aos turistas que visitarão a cidade e assistirão aos jogos.

Estima-se que a expansão no Setor Hoteleiro Norte poderá movimentar cerca de R\$4 bilhões. Segundo previsões, somente o terreno, que tem a capacidade para 14 prédios, valeira hoje R\$800 milhões. De acordo com o Governo do Distrito Federal, a área liberada permitirá que Brasília ganhe novos hotéis, novas lojas, novos estacionamentos subterrâneos, novas praças e novas áreas de lazer e aumente a quantidade de leitos, para atender com folga a demanda que será provocada pela realização da mundial. Os levantamentos mais recentes indicam que a capital precisa de oito mil novos leitos de hospedagem. Até a Copa do Mundo, o novo espaço hoteleiro teria condições de oferecer cerca de metade dessa necessidade, Governador Agnelo Queiroz.

O Distrito Federal dispõe, atualmente, de 75 hotéis e de 20 mil leitos. Entre terça-feira e quinta-feira, o setor convive com excesso de demanda. Ao lado desses grandes melhoramentos que estão em preparação e de outros que são complementares, não podemos deixar de citar dois grandes projetos de fundamental importância para o futuro de Brasília, que deverão estar igualmente prontos até a realização do mundial, meu queridíssimo Senador José Pimentel: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a expansão do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Pimentel, num momento de extraordinária alegria e contentamento para todos nós, que viemos do Nordeste e de todas as partes deste País, que moramos aqui e que recebemos desse povo de Brasília um acolhimento extraordinário por aqui desenvolvermos o papel de Senadores da República. V. Ex^a, como eu, sabe da paixão que nos une por esta

cidade. O sonho de Juscelino é realidade de todos nós. Ouço V. Ex^a.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Vital do Rêgo, quero parabenizá-lo pelo oportuno pronunciamento e, principalmente, pela defesa para que a abertura da Copa seja realizada em Brasília. Acredito que essa é uma homenagem a todo o povo brasileiro, porque é aqui que as grandes iniciativas de Juscelino são tomadas, são decididas, seja pelo Governo central, seja pelo Congresso Nacional. E contamos com um Governador dinâmico, competente e trabalhador, como é o nosso Governador Agnelo Queiroz, que foi nosso companheiro de parlamento, que foi o Ministro do Esporte, que tem um compromisso forte com esse setor. Assim, não haveria momento melhor para a acolhida da abertura da Copa do Mundo na nossa capital, a capital da República. Por isso, quero me somar ao seu pronunciamento, subscrevendo o termo de solicitação para que aqui seja realizada a abertura da Copa. Ao mesmo tempo, fico à sua disposição, para ajudar naquilo que eu puder, em respeito ao povo de Brasília e ao povo brasileiro. Estou aqui há 17 anos: foram 16 anos na função de Deputado Federal e, agora, na de Senador da República. Devo às famílias do Ceará, mas devo também às famílias de Brasília, porque aqui há muitos cearenses. Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pimentel, você sabe, o senhor sabe – na informalidade, eu digo você, meu querido amigo – que Brasília nos une, que Brasília une Norte, Sul, Leste e Oeste; une o Amapá ao Rio Grande do Sul, a Paraíba ao Rio de Janeiro. Por isso, essa manifestação que iniciei na companhia do Senador Gim Argello, do Senador Cristovam Buarque e do Senador Rodrigo Rollemberg, esses três representantes dignos do Distrito Federal, ganhou rapidamente esse ensaio, uma manifestação de carinho.

V. Ex^a, logo que recebeu essa manifestação, tratou de assinar e, hoje, apenas formaliza e oficializa para o Brasil o desejo que o senhor tem de atender ao reclamo, que, certamente, será do cearense que mora em Brasília ou do paraibano que mora em Brasília, daquele que nos serve em restaurantes, daquele que nos encontra nas calçadas de Brasília. Então, são esses homens e mulheres que construíram essa cidade, que amam há 51 anos esta cidade e que vieram para cá. Agora, há gerações enraizadas no solo candango.

Por isso, vou ler, daqui a alguns instantes, este Manifesto, com a subscrição de 43 Senadores. Este manifesto, Senador Paim, correu numa rapidez muito grande, porque precisamos dizer à Fifa e à CBF que essa é a manifestação do Senado Federal, uma Casa que reúne 27 unidades federativas. Estou muito alegre com a acolhida dos meus companheiros e colegas

Senadores a este Manifesto. Daqui a pouco, ouvirei o Senador Wilson Santiago, que também subscreveu este Manifesto.

Sem dúvida alguma, no caso de Brasília, um dos principais benefícios da Copa do Mundo serão as melhorias que ocorrerão nos sistemas de mobilidade urbana. O Governador Agnelo está enfrentando com galhardia este mandato, recuperando a imagem de Brasília, que toma cores mais alegres. Agnelo sabe que precisa oferecer condições de melhor mobilidade urbana. Hoje, há uma concentração muito grande de carros, de veículos em Brasília, principalmente no curso do dia útil no Plano Piloto. Por isso, essas obras deixarão um legado muito forte para Brasília na infraestrutura urbana.

Dessa forma, as ações e os investimentos nesta área terão o objetivo de promover a articulação das políticas de transporte, de trânsito e de acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço, de forma segura e sustentável.

Esses empreendimentos irão impulsionar a implantação e a melhoria de sistemas de transportes coletivos e de meios não motorizados. Hoje, o nosso maior desafio é estimular a população a usar meios não motorizados. Ciclistas, pedestres, turistas, idosos e deficientes serão os maiores ganhadores.

Finalmente, no seu desafio para sediar a abertura da Copa, Brasília conta com o apoio da nossa Câmara Distrital. Há o mesmo movimento na Câmara Distrital. Destaco o trabalho do Deputado Distrital Olair Francisco, que já desenvolveu a mesma ação, mostrando a unidade da Câmara Distrital.

Brasília conta também com o esforço da maioria de seus empresários, dos comerciantes, da mídia, dos movimentos sociais.

Quero enaltecer a forma como o jornal **Correio Braziliense** está tratando dessa matéria, aguçando esse sentimento. Diariamente, a gente vê iniciativas importantes daquele meio de comunicação.

Movimentos sociais, sociedade local, políticos de outros Estados que exercem mandatos no Congresso Nacional reconhecem que a capital do País merece abrir, com chave de ouro, esse grande espetáculo internacional. É importante destacar que a grande maioria dos Senadores, numa demonstração de apoio a Brasília, reforça essa corrente, com o Manifesto que lerei para os senhores.

Hoje, já contamos com 43 assinaturas e chegaremos a 60 assinaturas. Ainda não terminamos a coleta, mas já posso dizer que a iniciativa de encaminhar o referido documento de apoio já é vitoriosa. Acredito no empenho dos nossos colegas, o que é, sem dúvida alguma, o fator fundamental para haver o acesso

a órgãos importantes deste País que estão com o comando da Copa do Mundo.

Ouçõ o meu queridíssimo Senador paraibano Wilson Santiago, dizendo que S. Ex^a foi um dos primeiros signatários, talvez reconhecendo comigo a importância desta cidade que o acolheu tão bem. S. Ex^a, vindo do sertão da Paraíba, como Deputado Federal, sabe da importância de Brasília para a vida de todos nós.

Ouçõ V. Ex^a.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vital do Rêgo, V. Ex^a está de parabéns por várias razões. A primeira delas é que V. Ex^a desperta e reconhece a importância de Brasília não só nesse evento, no contexto nacional, por ser a capital da República. Além disso, Brasília concentra todos os Poderes e, por isso, sedia aquilo que é mais importante para o Brasil, que é o comando administrativo nacional. Quando o Brasil recebe a escolha para sediar a Copa do Mundo, nada mais justo, Senador Paim, que a Capital Federal também sedie a Copa do Mundo. Digo isso, sem desmerecer os demais Estados. Este é apenas o reconhecimento, que, tenho certeza, é de todos nós e também da população brasileira, de que a Capital deve sediar, repito, a Copa do Mundo. O segundo ponto é que V. Ex^a divide com os demais companheiros essa grandiosa iniciativa, por meio de um manifesto, quando demonstra ao comando da Copa do Mundo, à Federação Internacional de Futebol, que, de fato, V. Ex^a não está sozinho, que V. Ex^a está reivindicando um pleito que tem o apoio da classe política, da representação nacional dos Estados brasileiros, que é a Casa maior da República, o Senado Federal. Por essa razão, V. Ex^a está de parabéns! Sedar a Copa do Mundo é um passo fundamental para reconhecermos, Senador Paim, a importância de Brasília para o Brasil, o impulso que Brasília tem dado ao desenvolvimento do Brasil inteiro. Tenho a certeza de que sediar a Copa do Mundo é honroso não só para o Governador Agnelo, que aqui está presente, como também para todos nós espalhados pelo Brasil afora. Então, parabéns a V. Ex^a! Parabéns a todos que subscreveram o documento de iniciativa de V. Ex^a! Tenho a certeza de que essa decisão irá, cada vez mais, fortalecer aquilo que o Governador Agnelo já está realizando em Brasília, que são as condições para a ampliação da infraestrutura para acolher a Copa do Mundo e para sediar – esta é uma iniciativa de S. Ex^a – a partida inicial ou o comando inicial desse grande evento, que tem repercussão mundial. Então, parabéns a V. Ex^a! Isso contribuirá ainda mais não só para a melhoria da infraestrutura hoteleira de Brasília, como também para a melhoria da infraestrutura viária e aeroportuária. Brasília precisa até de

um novo aeroporto. As condições do atual são muito boas, mas, se já são insuficientes para a atual realidade brasileira, imagine, Senador Paim, para a Copa do Mundo, que se aproxima! Então, parabéns a V. Ex^a, ao Governador Agnelo e a todos que contribuíram para que Brasília fosse, na verdade, uma potência e a cidade acolhedora que é e para que fossem oferecidas as condições de a cidade sediar esse grandioso evento, que, tenho certeza, será o maior na história do Brasil e do mundo!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a, como eu e como todos os outros representantes de quinze Estados que não estão sediando a Copa – há doze Estados-sede da Copa do Mundo –, sente-se um pouco mais representado com a abertura da Copa em Brasília. Por quê? Porque Brasília é a nossa Capital, foi projetada para isso.

Ontem, eu vinha de Porto Velho com Ibsen Pinheiro, seu conterrâneo e queridíssimo amigo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – É meu grande amigo o Ibsen Pinheiro. É meu amigo também, posso lhe dizer com tranquilidade.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É seu conterrâneo e queridíssimo amigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – É meu conterrâneo e amigo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ele me dizia do crescimento desta cidade. A gente estava falando desse nosso desafio, e ele disse: “Olha, Senador Vital, quando eu era Presidente da Câmara dos Deputados, em 1990, apelei ao Ruben Berta, na época Presidente da Varig, e à Diretoria da Varig para criar um voo que pudesse acondicionar os nossos Deputados, trinta Deputados”. Paim, não sei se o senhor era Deputado em 1990. A Varig colocou um voo saindo às terças-feiras e voltando às quintas-feiras, porque não cabia, economicamente, naquele momento, mais nenhuma concessão Porto Alegre-Brasília. Ibsen disse ontem para mim: “Hoje, existem oito voos diários entre Porto Alegre e Brasília”. Esse é o crescimento desta cidade. Esta cidade passou a ser o epicentro das decisões nacionais.

Hoje, há uma rede hoteleira, como eu disse, absolutamente incompatível com a demanda de terça-feira a quinta-feira. Então, vejo Brasília reunir o sentimento de outros quinze Estados, como o meu, a Paraíba, que não teve condições de sediar a Copa do Mundo, ao ser uma das sedes da Copa do Mundo. A gente se sente um pouco representado. Por quê? Porque vai se abrir um Estádio Nacional, um estádio de todos nós, um estádio da Nação brasileira.

Vou ler o Manifesto e, depois, o nome dos Senadores que já o subscreveram, entregando-o ao Sena-

dor Paulo Paim, Presidente desta sessão, para que a Mesa passe a recolher as outras assinaturas a partir do momento em que, oficialmente, este Manifesto se encontrar sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Senador Vital do Rêgo, permita-me dizer, até em homenagem ao Ibsen Pinheiro, meu amigo – e sou contra o voto secreto –, que, na época, quiseram afastá-lo e o fizeram. Abri o meu voto e votei contra o afastamento dele. Faço este depoimento da tribuna do Senado, pelo carinho que tenho por ele. Conheço a história dele. Foi uma injustiça o que fizeram, mas, felizmente, depois, o Rio Grande o mandou de volta.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ele está bem. O Rio Grande o mandou de volta. Hoje, faço até uma confissão pública. O PMDB deveria tê-lo indicado como candidato ao Senado, porque, certamente, ele estaria aqui, com o apoio e o resgate do povo gaúcho, que sabe fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Esse é o entendimento de muitos gaúchos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Seria um segundo voto bom de V. Ex^a.

Manifesto

‘Brasília 51 anos, a Copa começa aqui’

O Brasil se prepara para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a mais monumental competição esportiva do universo.

Nós, os Senadores abaixo consignados, assinamos este MANIFESTO em apoio ao nome da Capital da República como candidata natural para acolher a abertura da Copa durante o célebre torneio de futebol.

Acreditamos que a escolha de Brasília, pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), como sede da abertura da Copa do Mundo de 2014, servirá de projeção à belíssima capital brasileira, cuja modernidade deve nos inspirar nos projetos de inserção do Brasil na economia mundial.

Entendemos que a capital brasileira merece ser ainda mais bem conhecida do público mundial, já que a Copa do Mundo é vista e acompanhada por bilhões de pessoas em todo o planeta.

Brasília foi criada a partir do sonho de um visionário com o objetivo de construir um futuro radioso para o Brasil.

Integrou o imenso território brasileiro, expandiu as fronteiras de desenvolvimento e redesenhou a nossa ocupação territorial e econômica.

Marco da modernidade e símbolo concreto do país pujante, acolhedor e democrático, Brasília é a face mais visível da nossa modernidade.

Portanto, nada mais natural que abrir as amplas linhas arquitetônicas de Niemeyer, recortadas contra o mais belo céu azul e o horizonte que parece não terminar nunca, aos olhos do mundo.

Abrir a Copa em Brasília é escancarar ao planeta o Brasil moderno, o gigante que despertou e que caminha a passos largos em direção ao destino grandioso que nos espera.

Irmanados neste nobre ideal, unimo-nos ao governador Agnelo Queiroz e aos brasilienses para aguardar que o anúncio da FIFA, em outubro próximo, formalize a bela capital brasileira como sede oficial da abertura dos jogos, numa homenagem grandiosa, como a saga da construção da nova capital à epopéia heróica de consolidação do País, à força de sua gente e ao singularismo do seu povo ordeiro e trabalhador.

Brasília, 2 de setembro de 2011.

Vou ler aqui os nomes dos Senadores e solicito a todos os companheiros que possam subscrever este Manifesto. Assinaram o Manifesto: Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Gim Argello, Sérgio Petecão, Raulo Rodrigues, Anibal Diniz, João Vicente Claudino, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Cícero Lucena, Alvaro Dias, Jorge Viana, Pedro Taques, Jayme Campos, José Pimentel, Ana Amélia, Casildo Maldaner, Garibaldi Alves, Humberto Costa, Paulo Bauer, Magno Malta, Renan Calheiros, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Armando Monteiro, Angela Portela, Reditario Cassol, Ciro Nogueira, Geovani Borges, Romero Jucá, Fernando Collor, Jarbas Vasconcelos, Lobão Filho, Eduardo Braga, Paulo Davim, Antonio Russo, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia. Completando a lista, levarei o nosso Manifesto ao nosso Presidente, de forma simbólica, para ampliá-lo cada vez mais, com seu prestígio e com o prestígio da sua assinatura.

A todos, o nosso muito obrigado!

Vamos à luta, no convencimento de que Brasília é a Capital de todos nós!

DOCUMENTO A QUE SE REFER O SENADOR VITAL DO RÊGO EM SEU PRONCIAMENTO

(inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

MANIFESTO

(Da iniciativa do Senador Vital do Rêgo)

“BRASÍLIA 51 ANOS, A COPA COMEÇA AQUI”

O Brasil se prepara para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a mais monumental competição esportiva do universo.

Nós, os Senadores abaixo consignados, assinamos este Manifesto em apoio ao nome da Capital da República como candidata natural para acolher a abertura da Copa durante o célebre torneio de futebol.

Acreditamos que a escolha de Brasília, pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), como sede da abertura da Copa do Mundo de 2014 servirá de projeção à belíssima capital brasileira, cuja modernidade deve nos inspirar nos projetos de inserção do Brasil na economia mundial.

Entendemos que a capital brasileira merece ser ainda mais bem conhecida do público mundial, já que a Copa do Mundo é vista e acompanhada por bilhões de pessoas em todo o planeta.

Brasília foi criada a partir do sonho de um visionário com o objetivo de construir um futuro radioso para o Brasil.

Integrou o imenso território brasileiro, expandiu as fronteiras de desenvolvimento e redesenhou a nossa ocupação territorial e econômica.

Marco da modernidade e símbolo concreto do País pujante, acolhedor e democrático, Brasília é a face mais visível da nossa modernidade.

Portanto, nada mais natural que abrir as amplas linhas arquitetônicas de Niemeyer, recortadas contra o mais belo céu azul e o horizonte que parece não terminar nunca, aos olhos do mundo.

Abrir a Copa em Brasília é escancarar ao planeta o Brasil moderno, o gigante que despertou e caminha a passos largos em direção ao destino grandioso que nos espera.

Irmanados neste nobre ideal, unimo-nos ao Governador Agnelo Queiroz e aos brasilienses para aguardar que o anúncio da Fifa, em outubro próximo, formalize a bela capital brasileira como sede oficial da abertura dos jogos, numa homenagem grandiosa, como a saga da construção da nova capital à epopeia heroica de consolidação do País, à força de sua gente e ao singularismo do seu povo ordeiro e trabalhador.

Brasília, 8 de agosto de 2011.

MANIFESTO

(De iniciativa do Senador Vital do Rêgo)

“Brasília 51 anos, a Copa começa aqui”

PARLAMENTAR Senador Vital do Rêgo	ASSINATURA
Wilton Sant'Ana	
Senador Guim, Agello	
Gregorio Teixeira	
RANÇO DE E	
Amílcar Dias	
João Vicente Cavalcini	
WELLINGTON DÍAS	
RODRIGO ROZEMBERG	
CICERO MUELLER	
Benedicto de Barros	
AZUARO DIAS	
JOSÉ SARA	
João R. Silva	
Janilene	
João Bimental	

PARLAMENTAR	ASSINATURA
Área Amélia (PPR)	Casildo
Américo Costa	CASILDO
Paulo Bauer	GRACIACI ALVES
Moisés Malafaia	Américo Costa
Everton Aguiar	MAGNO MARTA
Moisés Costa	RENANCAKHEIS
Alcides de Oliveira	VALDIRAUF
Angela Portet	Américo Costa
Roberto	Regulatório Correl
Diogo Nogueira	Américo Costa
Ricardo Figueira	Indica N x
Américo Costa	Geodani Brito
Américo Costa	ROMERO JUNT

Jarbas Vasconcelos	Américo Costa
Lo Bão Filho	Américo Costa
EDUARDO BRAGA	Américo Costa
PAULO MARIN	Américo Costa
Antonio Russo	Américo Costa
Américo Costa	Américo Costa
Américo Costa	Américo Costa
Américo Costa	Américo Costa
Américo Costa	Américo Costa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, antes de V. Ex^a sair da tribuna, eu não posso deixar de assinar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Já estou levando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E vou dizer por que, Agnelo: não só pelo carinho que tenho por V. Ex^a, mas porque fui contemplado com o título de Cidadão Brasileiro pela Assembleia Legislativa. Só não fui lá, ainda, porque estava esperando você ganhar as eleições, porque eu queria que você estivesse lá no dia, como governador.

Então, não tenho como não assinar. Assino com uma enorme satisfação, sentindo-me, já, meio cidadão de Brasília.

Não foi nada combinado, não é?

Vou convidar o Governador Agnelo para que venha até a mesa, e o Senador Pimentel também, no momento em que a Presidência em exercício recebe, junto com o Wilson Santiago, o manifesto, que vai ficar aberto aos outros Senadores. *(Pausa.)*

Cumprimento o Governador Agnelo pelo importante Manifesto, que já tem maioria dos Senadores da Casa. Cumprimento também o Senador Pimentel, o Senador Vital do Rêgo, o Senador Wilson Santiago, para o qual passo a palavra neste momento para o seu pronunciamento, para o tempo que for necessário.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim, quando adentrava esta Casa, Senador Pimentel, eu assisti V. Ex^a ler uma mensagem da Presidenta da República reconhecendo um pleito da Magistratura brasileira, que, durante todo este ano, foi motivo de discussão na tribuna e também nas reuniões desta Casa.

Todos nós somos conscientes, especificamente nós, representantes do Poder Legislativo, que, de fato, a Justiça precisa não só continuar a ser reconhecida como também ter aquilo que de fato tem buscado: o aumento de seus salários. Porque nenhum magistrado tem condições de atuar com a independência que o cargo exige se, de fato, não tiver salário digno, que dê sustento e assegure a sobrevivência de seus familiares. Por essa razão, parabenizamos a Presidenta Dilma por reconhecer – porque todos nós sabemos que ela já havia reconhecido, apenas estava com dificuldade orçamentária – e encaminhar a esta Casa essa mensagem, atendendo o pleito da Magistratura brasileira no que se refere ao aumento salarial dos magistrados e também o dos funcionários do quadro da Justiça brasileira, além do próprio Ministério Público.

Senador Paim, é aquilo tenho defendido: melhores salários para a população brasileira, para essas

classes e também para as demais classes, como, por exemplo, para a Defensoria Pública – que não pode continuar como está –, que também faz essa demanda necessária no que se refere ao atendimento da questão salarial.

Trabalham juntos em favor da sociedade brasileira: a Magistratura, o Ministério Público e o Defensor Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador, para cumprimentar V. Ex^a, que é Defensor Público e participou de um belo debate na Comissão sobre a Defensoria Pública. Saí de lá emocionado pelo trabalho brilhante que os senhores fazem. V. Ex^a lá foi símbolo do defensor dentro da Casa.

Parabéns.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Paim.

Eu vivi... Sou defensor público e, como V. Ex^a sabe, estou afastado há dezoito anos por conta do exercício da atividade parlamentar. Passei dez anos na Defensoria Pública atuando no Tribunal do Júri da Capital do meu Estado, João Pessoa.

A Defensoria Pública é uma escola. Além de ser uma escola, é uma reconhecedora da necessidade de atendimento à população carente deste País em todos os setores, na área de família, na área penal, na área trabalhista. Em todos os setores.

Eu, que vivenciei, que trabalhei, que sou defensor público, tenho certeza de que não posso abandonar essa bandeira – disso estou consciente – por reconhecer a necessidade que tem a população brasileira de uma Defensoria Pública forte, da mesma forma que é necessária uma magistratura forte, da mesma forma que é necessário um Ministério Público forte. Este tripé é importante para a democracia brasileira: de um lado, o representante da lei, da sociedade, que é o promotor de justiça; do outro lado, o juiz, que, de fato, aplica as leis aprovadas pelo Congresso Nacional; e, do outro lado da banca, o representante do povo, o representante da pessoa carente, o representante do cidadão que não tem como custear um advogado e é patrocinado pelo defensor público.

Esse tripé é importante e foi reconhecido pela Constituição brasileira entre os serviços essenciais da Justiça. Se são serviços essenciais reconhecidos pelos Constituintes – V. Ex^a, com muita honra, participou, em 1988 –, com certeza, nós, que viemos depois, temos de reconhecer e dar prosseguimento a isso, já que deu certo, e, cada vez mais, fortalecer essas classes essenciais para a democracia, para a vida do povo brasileiro e para o respeito dos próprios Poderes.

Parabéns à Presidenta Dilma pelo encaminhamento da mensagem de aumento salarial para a Ma-

gistratura brasileira. Tenho certeza de que esse reconhecimento neste momento vem, de fato, não só atender as necessidades da classe dos magistrados e dos promotores, mas também as exigências da sociedade, da estrutura nacional, que deseja o fortalecimento da Magistratura, do Ministério Público e, acrescento, da Defensoria Pública e também da luta dos advogados públicos deste País. Parabéns a todos.

Sr. Presidente, tenho um outro assunto, Senador Paim, que entendo também, na mesma linha, ser de grande importância para a vida educacional e para o povo brasileiro. Foi o reconhecimento da Presidenta Dilma no encaminhamento da proposta orçamentária para 2012, da necessidade de se fortalecer a educação neste País. Aumentou em mais de R\$8 bilhões os recursos para a educação, os investimentos na educação pularão de R\$63,7 bilhões para R\$72,2 bilhões. Portanto, mais R\$8 bilhões. A Presidenta Dilma encaminha, na sua proposta original, um aumento para a educação brasileira.

Todos nós, Senador Paim, Presidente, somos conhecedores da melhoria que os últimos governos, desde o Presidente Lula, durante os oito anos, e agora com a Presidenta Dilma, promoveram na estrutura e nas condições de todo o setor educacional deste País, com várias ações e com vários programas, com decisões políticas administrativas que atendem diretamente as necessidades da população.

O Programa de Interiorização da Universidade Pública merece os parabéns de todos nós, teve início no governo do Presidente Lula. A ampliação do número de professores e a melhoria salarial ainda é pouco, precisamos de muito mais, mas o Governo chegará, se Deus quiser, a esses objetivos.

A interiorização dos institutos tecnológicos dá ao povo brasileiro, especificamente ao adolescente e ao jovem do interior do País, a oportunidade de ter, próximo a sua cidade ou em sua própria cidade, uma universidade pública para atender o estudante, o aluno do interior, que termina o 2º grau e tem de se deslocar para os maiores centros do País. A interiorização da universidade pública contemplará essa grandiosa população. E já dobrou, nos últimos oito anos, a quantidade de vagas em universidades e em campos universitários, enfim, na estrutura física e educacional, para atender a grande demanda e as necessidades da grande população brasileira.

E agora a Presidenta encaminha outros programas, como o Pronatec, que não só dará condições de aperfeiçoamento de mão de obra, como também vai se incorporar aos demais programas da área educacional, para, com isso, criar neste País condições de se oferecer uma melhor educação à juventude e à

população brasileira. Nós queremos parabenizar sim, Sr. Presidente, esse encaminhamento, esse reconhecimento da Presidenta Dilma.

O Ministro Fernando Haddad também está de parabéns. S. Ex^a é um grande Ministro da Educação, melhorou, deu uma nova visão, uma nova amplitude à educação nacional. Colocou a educação para falar a mesma linguagem e atender às mesmas necessidades do povo brasileiro, independentemente de onde reside: no interior, no centro, nas capitais ou nos grandes centros urbanos deste País. O Ministro Haddad, o Presidente Lula e agora a Presidenta Dilma fizeram aquilo que, de fato, todos nós desejávamos que o Governo fizesse em favor da educação brasileira.

Não temos ainda, Senador Paim, aquilo com que sonhamos, que é o atendimento a toda a população, o atendimento às necessidades dessa criança, dessa juventude, desses adolescentes, enfim, de todos que ainda precisam adentrar a escola pública e também ter oportunidade de educação. Mas, tenho certeza, com aquilo que todos nós defendemos ao longo desses anos, que é o investimento de 10% do PIB em educação – com esse novo aumento agora, de mais de R\$8 bilhões, chegam a pouco mais de 7% os investimentos em educação –, chegando aos 10% do PIB, nós teremos condições não só de atender às demandas e necessidades nacionais, mas também de oferecer salários dignos aos professores, começando do ensino fundamental, que melhorou sim, mas não dentro das necessidades do professor do ensino municipal, do ensino fundamental, da escola pública, de todos os setores que de fato merecem, sim, ter melhores salários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a e dizer que a UNE fez um ato aqui exatamente em cima do seu pronunciamento, para que haja 10% do PIB. A UNE deve estar dando parabéns a V. Ex^a neste momento.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, que tem o nosso pensamento e da mesma forma age nesta Casa, não só fortalecendo todos os setores da sociedade brasileira, de forma integrada, o desenvolvimento em todas as áreas. Começando do sindical, das representações sindicais, V. Ex^a tem exercido um papel que merece não só os nossos parabéns, Senador Paim, como também o reconhecimento de toda a sociedade brasileira.

Anteriormente, assistimos aqui ao reconhecimento da Câmara Distrital de Brasília ao conceder-lhe um título de cidadania. V. Ex^a, além de gaúcho, também é paraibano...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com muito orgulho, paraibano também.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– V. Ex^a, além de outros Estados, também recebe o reconhecimento da Câmara Distrital de Brasília, que lhe concede a cidadania brasiliense pelo trabalho, pelo gesto, pelo reconhecimento, pela preocupação de V. Ex^a com tudo aquilo que interessa a todos nós, brasileiros: emprego, renda, educação, saúde e segurança pública. É isso que precisamos enfrentar em breve. E vou convidar V. Ex^a para participarmos de um grandioso tema, que é a questão das políticas públicas e do aumento da criminalidade, que, de fato, tem amedrontado o Brasil inteiro. É um assunto posterior.

Voltando à educação, temos, sim, que reconhecer a preocupação do Governo – repito: do Presidente Lula e agora da Presidente Dilma – e também do Congresso Nacional, como V. Ex^a, eu e tantos outros, que, durante todo esse tempo, temos cobrado tanto uma atenção especial para a educação por reconhecermos que, sem ela, ninguém começa os primeiros passos, ninguém avança a partir dos primeiros passos. E esse avanço, esses objetivos e, além de tudo, esses desejos da grande maioria da população brasileira em adquirir aquilo que todos nós queremos e desejamos para todos os filhos deste País são, de fato, o fortalecimento da educação, especialmente a pública, porque é a pública que abre as portas para todos. E o Governo tem a obrigação de suplantar as dificuldades, com apoio do Congresso, para adquirirmos nossos objetivos.

Nesses novos investimentos para a educação, temos a melhoria do Programa Nacional Caminho da Escola, mais ônibus para transportar os estudantes da zona rural, interligando os municípios que não têm universidade com os que as têm, com isso atendendo a essa demanda por transporte escolar. A melhoria e a ampliação dos recursos para a merenda escolar, com mais itens. A construção de 1.500 grandes creches para, de forma integralizada, Senador brasiliense amigo, de fato, atendermos a todo o território nacional. Mil e quinhentas não atendem a todos os municípios, pois temos mais de cinco mil, mas é um grande passo para dar continuidade a esse grandioso programa de construção de creches no Brasil inteiro.

O Inep, Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais, receberá R\$216 milhões nessa nova proposta orçamentária. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) receberá R\$415 milhões a mais.

Sr. Presidente Paim, Senador Rollemberg, Lindbergh, todos que por aqui passaram no dia de hoje, devemos reconhecer e parabenizar a Presidenta, no momento em que encaminha esta mensagem governamental com incrementos para o Orçamento de 2012, priorizando a educação, priorizando setores que aqui

nós defendemos. Tenho certeza de que, quando alcançarmos o que conversávamos anteriormente, os 10% do PIB – faltam em torno de 3% –, teremos um Brasil de fato acobertado por essas ações e com o acolhimento da demanda da sociedade brasileira.

Quero, Sr. Presidente Senador Paim, agradecer a V. Ex^a por estamos juntos em todos esses momentos discutindo temas nacionais, temas e reivindicações da população que, de fato, percebemos e identificamos em todos os recantos deste País que visitamos. Repito: o povo cobra uma melhor educação pública, o povo aplaude o Governo pelos programas de interiorização da educação brasileira, especificamente das universidades públicas, o povo aplaude o programa de criação de novos institutos tecnológicos pelo Brasil inteiro, anunciado recentemente pelo Governo (208), o povo aplaude o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), programas de qualificação profissional, programas de melhoria da qualidade, que oferecem melhores condições para o cidadão, o trabalhador, o jovem especificamente. Temos uma demanda muito grande de desempregados, especialmente entre os jovens deste País que buscam o primeiro emprego.

O atendimento dessas demandas será, com certeza, aumentado a partir de então, porque o Governo projeta investimentos maiores nesses setores, o que redundará em melhores condições para atender os interesses nacionais.

Houve ontem, por exemplo, a redução de 0,5% na Selic. Muitos acham que é pouco, mas, com isso, houve uma redução de quase R\$12 bilhões nos gastos com a dívida pública. Então, só isso, Senador Paim, suplanta os R\$8 bilhões a mais na educação brasileira. Só a redução de 0,5% na Selic já dá, de fato, essa folga orçamentária ao Governo para investir R\$8 bilhões em educação, para afastar, cada vez mais, a necessidade de contingenciar mais R\$10 bilhões, como anunciado e previsto pelo Ministério da Fazenda na semana passada.

Tenho certeza de que, com a compreensão e com a ajuda do Congresso Nacional, com a compreensão das entidades representativas deste País, com os pleitos alcançados e reconhecidos e o atendimento de necessidades, em breve, teremos condições, nos próximos quatro anos, até 2014, de testemunhar o atendimento das necessidades, das grandes demandas do povo brasileiro que tanto amamos e para o qual desejamos dias melhores.

Para encerrar, Senador Paim, quero agradecer a V. Ex^a a tolerância no tempo, reconhecendo também a tolerância de todos, dizendo que vamos trabalhar para defender os interesses do povo brasileiro, traba-

lhar em conjunto com todos os Poderes da República a fim de construir soluções para os graves problemas que estamos enfrentando, como, repito, a questão da segurança pública. E vamos, num futuro bem próximo, mostrar ao Brasil que aquilo que havíamos planejado há pouco tempo está sendo concretizado, e quem ganha com isso somos todos nós, o povo brasileiro.

Agradeço a V. Ex^a, mais uma vez dizendo que, juntos, faremos o que for possível em favor do Brasil, em favor da população, cumprindo o nosso dever e a nossa obrigação, como representantes do povo brasileiro, de realizarmos aquilo que a população espera de cada um de nós.

Muito obrigado a V. Ex^a. Vou deixar o espaço para os demais companheiros que virão depois.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, meus cumprimentos, Senador Wilson Santiago, pelo seu pronunciamento, defendendo a educação em sua amplitude e, ao mesmo tempo, defendendo as ações da Presidenta Dilma, inclusive a taxa de juros, com a qual ela contribuiu naturalmente para o debate, e o Banco Central respondeu.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Rollemberg.

Enquanto V. Ex^a vai à tribuna, por uma questão de justiça, quero dizer que assinei aqui, há minutos, documento para que a Copa do Mundo dê sua partida daqui de Brasília. Eu falava, naquele momento, Senador Rollemberg, que recebi o título de Cidadão de Brasília, mas não fui apanhá-lo porque eu estava esperando a oportunidade em que nosso Governador Agnelo estivesse onde está neste momento, para me receber. Por justiça somente, lembro aqui – embora aprovado por unanimidade... Embora, não; que bom que foi aprovado por unanimidade – que esse título foi uma iniciativa do Deputado Distrital Paulo Tadeu, do PT do DF, que V. Ex^a conhece bem e que tem uma relação muito boa com todos os Deputados Distritais.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero dizer a V. Ex^a, que preside esta sessão, que é uma alegria muito grande para a população do Distrito Federal fazer esse reconhecimento formalmente. V. Ex^a não é apenas um cidadão honorário de Brasília; V. Ex^a é cidadão honorário de todas as cidades brasileiras, pela luta que desempenha em defesa dos menos favorecidos, em defesa dos mais pobres, em defesa dos excluídos, em defesa dos aposentados. Saiba que V. Ex^a é uma referência para todos nós, que militamos na esquerda. E não é por outro motivo que

V. Ex^a sempre tem o reconhecimento de instituições como o Congresso em Foco, o Diape, que acompanham o desempenho dos Parlamentares. Agora, recentemente, V. Ex^a também foi eleito por jornalistas que cobrem o Congresso Nacional como um dos melhores Senadores desta Casa.

Portanto, parabéns! É uma honra para a população do Distrito Federal tê-lo como cidadão honorário.

Quero aproveitar também para cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, o Governador Agnelo, que nos honrou hoje com sua presença. Estava representando a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle num grande evento, ao qual vou me referir daqui a pouco.

Mas quero, de forma muito especial, cumprimentar o Senador Vital do Rêgo por sua manifestação, por seu movimento em favor de que Brasília sedie a abertura da Copa do Mundo de 2014, até porque esse movimento do Senador Vital do Rêgo expressa aquilo a que me referi ontem desta tribuna. Ele é Senador da Paraíba, e aquele Estado não sediará uma etapa da Copa do Mundo. Como Brasília é a Capital de todos os brasileiros, ele sentirá seu Estado representado, sendo Brasília a cidade sede da abertura da Copa. Portanto, ficam aqui também os nossos cumprimentos ao Senador Vital do Rêgo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar um evento da maior importância ocorrido há pouco na Presidência da República, em que o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, por meio da Embrapa e do Inpi, duas das mais renomadas e importantes instituições científicas brasileiras, duas instituições científicas reconhecidas no **ranking** internacional de instituições científicas como das melhores do mundo, o trabalho que apresentou hoje fruto do esforço de pesquisa de diversos pesquisadores dessas instituições e que contou com o apoio do Banco Mundial, do PPG-7 e da Funcate, que mostra o perfil do desmatamento na Amazônia e que utilidade passaram a ter as áreas convertidas de floresta na Amazônia. Ou seja, após a derrubada da floresta, que uso econômico foi dado àquela região.

É muito importante esse dado, porque ele traz luz, ele clarifica o debate não apenas sobre o Código Florestal, embora, sem dúvida, trará informações muito importantes para o Código Florestal.

Quero convidar os representantes do Inpe e da Embrapa, para que venham à Comissão de Meio Ambiente – tenho convicção de que as demais Comissões que estão analisando o Código aceitarão que seja uma audiência conjunta – para apresentarem, formalmente, o resultado desses trabalhos, dessa pesquisa, e para

que possamos fazer algumas indagações, algumas reflexões, algumas formulações sobre os números apresentados.

Isso demonstra, Senador Paulo Paim, a importância de ouvirmos a ciência nesse debate. Essa questão foi muito colocada quando o Código Florestal chegou ao Senado. Houve reclamações de instituições científicas no sentido de que não foram ouvidas na Câmara dos Deputados. E, no Senado Federal, como uma Casa de equilíbrio, essa questão está sendo bastante valorizada.

Já houve duas audiências públicas conjuntas da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura, em que foram ouvidos representantes da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, da Embrapa. A Comissão de Ciência e Tecnologia também já realizou uma audiência sobre o Código Florestal. Foi importante a decisão desta Casa de fazer com que o Código Florestal também passasse pela Comissão de Ciência e Tecnologia, porque a ciência traz dados que nos permitem racionalizar esse debate e tomar decisões mais duradouras em benefício da sociedade.

Mas o que nós temos hoje em relação à área de Floresta Amazônica é que há ainda em torno de 79,4% de floresta, mas o desmatamento, o desflorestamento acumulado em relação à Floresta Amazônica já significa em torno de 17,5% daquele bioma. E percebe-se que a maior conversão de área de florestas é para transformação em pastos limpos; ou seja, é derrubada a mata e feitos investimentos para plantio, principalmente de braquiária – um capim africano, desenvolvido, melhorado geneticamente pela Embrapa – e 46,7% da área desmatada da Amazônia são ocupados por pastos limpos. Por outro lado, temos 21% de vegetação secundária nessa área desmatada.

É importante ressaltar que essa vegetação secundária é aquela área que foi desmatada no passado, que já está, digamos assim, num estágio avançado de regeneração e cumprindo um papel importante hoje no sequestro de carbono, porque é uma floresta em expansão.

Temos ainda 8,7% de pasto sujo; 6,7% de regeneração com pastos que já estão bastante sujos, apresentando certo grau de regeneração daquelas áreas; 6,3% da área não foi observada, e a agricultura anual, essa agricultura produtiva tradicional ocupa apenas 4,9% da área desmatada da Floresta Amazônica. Mozaico de ocupações de 3,4%, ocupações diversas; área urbana, apenas 0,5%; mineração, 0,1%; pasto com solo exposto, 0,1%; outros, 0,1%; desflorestamento em 2008, desmatamentos recentes, ou seja, realizados em 2008, 1,6%, que é uma taxa – quero chamar a atenção para isso – extremamente elevada.

Nós podemos tirar diversas conclusões desses dados, mas penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos assistem pela TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, que nós temos aqui elementos importantes de reflexão para o Código Florestal e especialmente para elaboração de políticas agrícolas, registrando a importância de fazermos o mesmo que fizemos em relação à Floresta Amazônica com a região do cerrado e outros biomas.

Eu, especialmente, como Senador do Distrito Federal, defendo que façamos isso no cerrado. E por que digo cerrado? Porque esse é um dos biomas que tem uma das maiores biodiversidades, um bioma extremamente importante do ponto de vista do abastecimento de água das principais bacias brasileiras, notadamente a do Paraná, a do Tocantins e a do São Francisco.

O cerrado é uma área que vem sendo convertida para outros usos. Grande parte tem sido desmatada para a utilização de agricultura, para a formação de pastagens, numa escala muito maior do que na Amazônia. No entanto, não tem tido a mesma atenção que tem tido a Amazônia.

Portanto, até registrei hoje no evento que, pessoalmente, estou disposto a colocar recursos, através de emendas parlamentares para a Embrapa e para o Inpe para que possam desenvolver o mesmo trabalho de pesquisa que desenvolveram em relação à Amazônia no cerrado.

Na minha opinião, Sr. Presidente, esses dados confirmam que nós devemos criar instrumentos econômicos que façam com que a agricultura brasileira prioritariamente cresça em áreas de pastagens. Nós ainda temos uma produtividade baixíssima na pecuária brasileira. Nós temos pouco mais de uma unidade animal por hectare. Isso é um absurdo, com os recursos tecnológicos disponíveis, com os recursos de genética disponíveis, com os recursos de alimentação disponíveis. Nós podemos, ao aumentar muito a produtividade por hectare, mantendo o mesmo rebanho ou ainda crescendo o rebanho, ter um grande volume de áreas desocupadas para a agricultura. É claro que todo movimento desse tipo produz um impacto menor sobre os biomas preservados.

Por outro lado, Sr. Presidente, isso reforça a necessidade também de que tenhamos instrumentos econômicos, instrumentos de extensão tecnológica, de extensão rural, de assistência técnica, para garantir usos mais intensivos do solo, como tecnologias de integração: lavoura, pecuária, florestas, que permitam, numa mesma área e no mesmo período anual, o desenvolvimento de atividades agrícolas, de atividades pecuárias.

Tudo isso permitirá ao Brasil aumentar a sua produção de carne, aumentar a sua produção de alimentos, aumentar a sua produção de energia sem precisar avançar em novas áreas de biomas, em novos biomas.

Para mim fica muito claro que o grande esforço que o Brasil deve fazer, a partir desse debate do Código Florestal, é o investimento em ciência, tecnologia e inovação. É óbvio, não há nenhum investimento que dará mais retorno: retorno econômico, retorno ecológico, retorno social do que os investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Daí a necessidade de fortalecimento das universidades públicas, dos institutos de pesquisa, especialmente nesse caso, o fortalecimento de instituições como a Embrapa e como o Inpe.

Quero registrar aqui uma preocupação manifestada pelo Presidente do Inpe, Gilberto Câmara, de que é necessário que o Governo reponha, contrate os quadros que o Inpe precisa para continuar fazendo esse trabalho da maior importância para o futuro do Brasil, para a sustentabilidade não apenas da agricultura do Brasil, mas do programa espacial brasileiro.

Estou convencido, Senador Paulo Paim, de que nós precisamos aqui construir uma grande base política de sustentação da ciência, da tecnologia e da inovação.

Ainda esta semana, tive a oportunidade de acompanhar, junto ao Presidente Sarney, uma audiência com a Presidente da SBPC, com representantes da Academia Brasileira de Ciências, com representantes do Fórum de Secretários Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o Presidente das Fundações de Apoio à Pesquisa, com o apoio da Andifes, quando foram entregar ao Presidente, e entregaram também ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Eduardo Braga, uma proposta de Código de Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação no nosso País.

Nós temos que rever nossa legislação. Nós temos uma legislação obsoleta no que refere ao incentivo, ao financiamento da ciência, tecnologia e inovação, muito mais focada nas formas e muito burocratizada e muito menos focada nos resultados que a ciência, tecnologia e inovação produzem para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, para o desenvolvimento do nosso País.

É importante o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional, enfim, se debruçarem sobre esse tema como algo estratégico para o País. Nós, há 20, 30 anos, tí-

nhamos uma posição parecida, do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico, a de países como China, Índia, Coreia. Entretanto nós estamos ficando para trás; estamos perdendo grandes oportunidades de colocar conhecimento, de colocar valor através do conhecimento na nossa produção industrial, de ampliar os nossos instrumentos de conhecimento das energias renováveis, as energias alternativas, de conhecer e aproveitar melhor a energia das marés, a energia oceânica, a energia eólica, enfim, a energia solar. Portanto, isso se faz com investimentos significativos, investimentos regulares em ciência, tecnologia e inovação.

Não há área que possa fazer melhor essa ligação entre a agricultura e o meio ambiente do que a área da ciência, tecnologia e inovação. É ela que poderá resolver falsos dilemas como se o aumento da agroenergética do Brasil significasse necessariamente agressão ao meio ambiente. Não.

Temos conhecimento suficiente. Mas precisamos aprofundá-lo, porque estará sendo sempre ultrapassado, e fazer com que esse conhecimento se transforme em novas tecnologias, que essas tecnologias se transformem em novos produtos, em novos serviços, que se transformem em riquezas e essas riquezas, por sua vez, sejam apropriadas pelo conjunto da população brasileira.

Portanto, quero aqui cumprimentar mais uma vez a Embrapa, o Inpe e dizer que essas instituições são o orgulho do povo brasileiro, são o patrimônio do povo brasileiro, pois demonstram a capacidade de realização do povo brasileiro. Quando o Estado brasileiro entendeu que era importante investir em determinadas instituições, alocou recursos, alocou recursos humanos, contratou recursos humanos qualificados, percebemos os resultados muito significativos para o bem, para o desenvolvimento do Brasil. E instituições como Embrapa e como Inpe demonstram isso.

Quero cumprimentar a Ministra Izabella Teixeira, o Ministro Aloizio Mercadante, o Ministro da Agricultura pela ação conjunta. Isso mostra que, quando há uma sinergia entre diversos Ministérios em torno de um objetivo comum, quem ganha é o povo brasileiro, a população brasileira. Um trabalho relativamente barato – parece-me que custou algo em torno de US\$1 milhão, Sr. Presidente –, mas que traz informações as mais significativas, as mais importantes para que as autoridades, para que os gestores, para que os Parlamentares, com base na ciência, com dados científicos,

tomem medidas que possam colocar o Brasil num outro patamar de produção com sustentabilidade.

Portanto, era esse o registro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que gostaria de fazer hoje, lembrando que, no dia 13 de setembro, temos uma nova audiência pública marcada, com a presença de Ministros e ex-Ministros do Supremo Tribunal Federal, como o Ministro Toffoli; o ex-Ministro Nelson Jobim, o Ministro do STJ; como o Ministro Herman Benjamin; como procuradores estaduais, procuradores federais, advogados, juristas, especialistas em Direito Ambiental, como o professor Luís Paulo Leme Machado, para tratar da segurança jurídica do nosso Código e trazer uma contribuição a esse debate agora com o viés jurídico.

Lembro também que hoje na terra de V. Ex^a, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir das 14 horas – infelizmente não pude ir porque fiquei para representar a Comissão de Meio Ambiente no lançamento desse levantamento de informações de uso e cobertura de terras na Amazônia –, se realizará uma audiência pública conjunta em Esteio, durante a Expoiner, para, mais uma vez, ouvirmos produtores rurais, entidades representativas da área ambiental, da área rural, sobre a revisão do Código Florestal.

Manifesto, mais uma vez, a convicção de que seremos capazes de avançar, de evoluir, de aprovar um Código Florestal que também traga instrumentos econômicos que valorizem a preservação e que permitam o desenvolvimento sustentável da nossa agricultura e da nossa pecuária, mas garantindo que o Brasil continue sendo uma potência em biodiversidade, saiba utilizar com inteligência toda a nossa biodiversidade em benefício da nossa população, em benefício da população brasileira.

Muito obrigado, meu prezado Presidente Senador Paulo Paim.

Aproveito para mostrar aos telespectadores da TV Senado o mapa produzido pelo Inpe e pela Embrapa,

que expressa a ocupação das terras da Floresta Amazônica e o uso que foi dado a cada uma dessas parcelas coloridas; cada uma demonstra um tipo de utilização. Essas imagens e esse relatório estão disponíveis no site do Inpe.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 66, de 31 de agosto de 2011**, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 559, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 557, de 1º de setembro de 2011**, do Senador Wellington Dias.

É o seguinte o ofício:

OF.557/11 – GSWDIA

Brasília, 1º de setembro de 2011


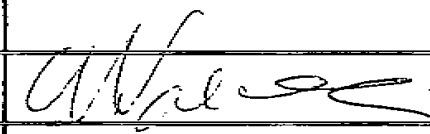


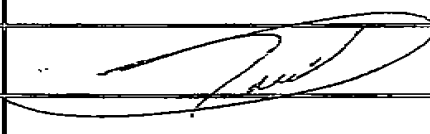


Excelentíssimo Senhor Presidente,


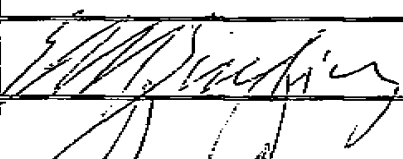

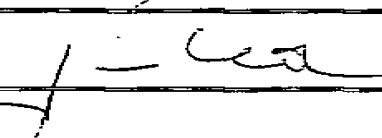
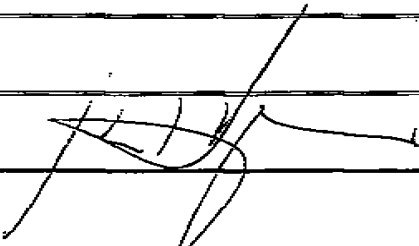
Venho esclarecer que, por lapso, esqueci de registrar minha presença no plenário da Casa na data de hoje. Porém, como podem comprovar as notas taquigráficas da reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos–CAE, Infra-Estrutura – CI e Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, participei como expositor de Audiência Pública que teve por finalidade “debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira”, realizada na sala 19 da Ala Alexandre Costa, às 11 horas.

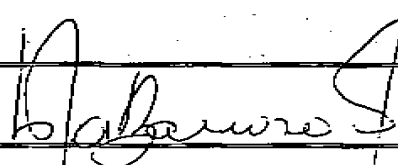

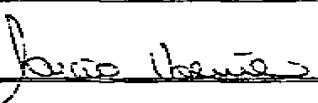


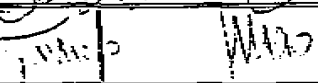
Certo de contar com a Vossa compreensão, peço para que seja consignada a minha presença nesta Casa no dia de hoje.

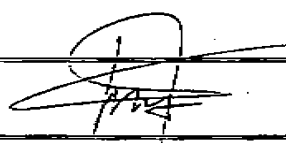
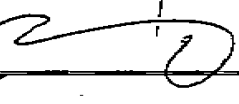
Atenciosamente,– Senador **Wellington Dias**.

42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 40ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se, em conjunto, no dia 1º de setembro de 2011, quinta-feira, às 11 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
ACIR GURGACZ	PDT	RO	CAE, CI, CDR	
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	CAE, CI	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	CAE, CI	
ALVARO DIAS	PSDB	PR	CAE, CI	
ANA AMÉLIA	PP	RS	CAE, CDR	
ANA RITA	PT	ES	CDR	
ANGELA PORTELA	PT	RR	CAE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	CI, CAE	
ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE	CAE, CI, CDR	
ATAÍDES OLIVEIRA	PSDB	TO	CDR	
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	CAE, CDR	
BLAIRO MAGGI	PR	MT	CI, CAE	
CASILDO MALDANER	PMDB	SC	CAE, CI	
CÍCERO LUCENA	PSDB	PB	CDR	
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	CI, CAE, CDR	
CLÉSIO ANDRADE	PR	MG	CAE	
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	CAE	
CYRO MIRANDA	PSDB	GO	CAE, CI	
DELCÍDIO DO AMARAL	PT	MS	CAE, CI	

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
DEMÓSTENES TORRES	DEM	GO	CAE, CI	
EDUARDO AMORIM	PSC	SE	CI, CDR	
EDUARDO BRAGA	PMDB	AM	CAE, CI	
EDUARDO SUPLICY	PT	SP	CAE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	CAE, CDR	
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	CI, CAE	
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	CAE, CI	
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	CAE, CI	
GARIBALDI ALVES	PMDB	RN	CDR	
GEOVANI BORGES	PMDB	AP	CAE, CI	
GIM ARGELLO	PTB	DF	CAE	
HUMBERTO COSTA	PT	PE	CAE, CI	
INÁCIO ARRUDA	PC DO B	CE	CI, CAE	
JAYME CAMPOS	DEM	MT	CAE, CI	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PMDB	MA	CI, CDR	
JOÃO DURVAL	PDT	BA	CDR	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	CAE, CI	
JORGE VIANA	PT	AC	CI, CAE	
JOSÉ AGRIPINO	DEM	RN	CAE, CDR	

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	CAE, CI, CDR	
LÍDICE DA MATA	PSB	BA	CAE, CDR	
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	CAE, CI	
LOBÃO FILHO	PMDB	MA	CAE, CI, CDR	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO	CI, CDR	
LUIZ HENRIQUE	PMDB	SC	CAE	
MAGNO MALTA	PR	ES	CDR	
MARCELO CRIVELLA	PRB	RJ	CI	
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE	CAE, CDR	
MARINOR BRITO	PSOL	PA	CAE	
MARTA SUPPLY	PT	SP	CAE	
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR	CI, CDR	
PAULO BAUER	PSDB	SC	CAE	
PAULO PAIM	PT	RS	CDR	
PEDRO TAQUES	PDT	MT	CI	
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	CAE	
REDITARIO CASSOL	PR	RO	CAE, CI, CDR	
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	CI, CAE	
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	PR	CAE, CI	

PARLAMENTAR	Partido	UF	Comissão	
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	DF	CI	
ROMERO JUCÁ	PMDB	RR	CAE, CI	
VALDIR RAUPP	PMDB	RO	CAE, CI	
WANESSA GRAZZIOTIN	PC DO B	AM	CAE, CI, CDR	
VICENTINHO ALVES	PR	TO	CAE, CI, CDR	
VITAL DO RÊGO	PMDB	PB	CI, CAE, CDR	
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	CI, CAE	
WALTER PINHEIRO	PT	BA	CI	
WELLINGTON DIAS	PT	PI	CAE, CI, CDR	
WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	CAE, CI, CDR	
ZEZÉ PERRELLA	PDT	MG	CAE, CDR	

NÃO MEMBROS DAS COMISSÕES

Reunião: 42ª Ordinária da CAE/ 40ª da CI/24ª da CDR**Data:** 01/09/2011**Horário de Início:** 11:25

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 40ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Quero aqui registrar que esta reunião faz parte de uma série de audiências públicas, fruto de requerimentos apresentados por Senadores e Senadoras no sentido de se buscar uma solução negociada política, com o Senado cumprindo seu papel como representante da Federação, de forma que até o dia 15 de setembro nós tenhamos uma proposta que evite a derrubada do veto do Presidente Lula, que seria um desastre para todos nós, e a judicialização desse assunto.

Esta audiência pública é conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida, como muita competência, pelo Senador Benedito de Lira; com a Comissão de Infraestrutura, que tem nos acompanhado. A CAE tem feito muitas audiências públicas, até pelos assuntos comuns, com a Comissão de Infraestrutura, com a nossa querida Senadora Lúcia Vânia.

Esta audiência pública conta com a presença, como expositores, fechando esse ciclo de audiências públicas, do Exmº Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás. O Governador Perillo está chegando. Teve um pequeno atraso na rota Goiânia/Brasília, mas daqui a pouco estará conosco. Ele pediu para que nós já abrissemos esta audiência pública. Também com a do Exmº Sr. Simão Jatene, aqui representado pelo seu Vice-Governador, Sr. Helenilson Cunha Pontes, Vice-Governador do Estado do Pará, a terra do Senador Flexa Ribeiro – Senador Flexa, paraense ilustre! E com a dos Senadores Wellington Dias e Francisco Dornelles, que são efetivamente os dois Senadores que estão se articulando com o Governo Federal, com o Ministro Guido Mantega, com o Secretário-Executivo Nelson Barbosa, com os demais Senadores, com as comissões que tratam desse assunto; portanto, são os focos principais, e aqueles que coordenam este grande debate, olhando os Estados produtores e os não produtores no sentido de a gente buscar uma solução definitiva para a questão dos **royalties**.

Como eu disse inicialmente, a finalidade desta reunião é debater a repartição dos **royalties** do petróleo entre os entes da Federação brasileira, em atendimento aos Requerimentos, como citei aqui, nºs 58, da CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e de outros Senadores; nº 62, da CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e de outros Senadores; nº

63, da CAE, de autoria da Senadora Lídice da Mata; nº 46, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; nº 46-A, de Infraestrutura, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e de outros Senadores; nº 51, também da Comissão de Infraestrutura (CI), de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares; e nº 21, da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Os expositores terão vinte minutos para fazer suas exposições. Vou procurar seguir, até por causa do tempo, o que o Regimento determina... ..até por causa do tempo, vou procurar seguir o que o Regimento determina. Aquela velha regra: os interpelantes três minutos, Senador Casildo, e depois o interpelado, mais três minutos. E eu acho que seria, até para ter objetividade neste debate, fazer as perguntas em bloco, e depois os expositores responderiam.

Antes de começar esta audiência, eu queria passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, depois ao Senador Benedito de Lira. E aí nós começaríamos esta audiência com o Vice-Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, depois, o Senador Wellington Dias e, depois, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª havia convidado o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Prefeito Paulo Ziulkoski, do Rio Grande do Sul. E ele, como está em Porto Alegre agora de manhã, não conseguiu embarcar. Recebeu ontem à noite, esforçou-se, mas não conseguiu embarcar para chegar até aqui para representar os municípios brasileiros neste debate que vai acontecer. Então, pede para justificar a V. Exª e aos demais convidados que estão aqui e aos colegas sua ausência neste momento, embora contra a vontade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo. E não só o representante, o Presidente da Associação, Dr. Paulo Ziulkoski, mas também o próprio Deputado Alceu Moreira, que é o Presidente da Frente Parlamentar, também do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, não pôde estar aqui presente, mas, evidentemente, há requerimentos nesse sentido nas Comissões e, sem dúvida nenhuma, vamos ouvi-los.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Delcídio Amaral, Presidente Senadora Lúcia Vânia, Presidente Senador Benedito de Lira, Sr. Vice-Governador Helenilson Pontes, Senador Dornelles, Senador Wellington. Eu queria pedir a V. Ex^a – V.Ex^a há pouco fez referência a mim como filho ilustre; eu sou um filho, com muita honra, do Estado do Pará, V. Ex^a sim que é um paraense de coração, com raízes profundas no nosso Estado, em Tucuruí, onde comandou a implantação da hidrelétrica de Tucuruí, e nos ajuda agora como Relator da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte – que não se pratique contra o Estado de Pará aquilo que foi feito sem, evidentemente, a concordância de V. Ex^a na instalação de Tucuruí.

Eu quero aqui agradecer de público, Governador Helenilson Pontes, porque o Senador Delcídio Amaral é um parceiro do Estado do Pará na defesa dos interesses do nosso Estado com relação à implantação de Belo Monte.

Mas eu queria sugerir, se possível fosse, que nós fizéssemos uma inversão. O Governador Marconi Perillo ainda está em uma audiência externa, está vindo. Que pudéssemos ouvir os Presidentes das Comissões, que, junto com a CAE, lideram esta audiência, depois os Senadores Dornelles e Wellington, e os representantes dos Estados, Vice-Governadores e o Governador Marconi, pudessem falar, após os dois Senadores, que têm propostas objetivas para solucionar esse impasse com relação à distribuição dos **royalties** do pré-sal. Que pudéssemos já ouvir, com o conhecimento e o aprendizado que a inteligência dos dois Senadores transferirão para nós, aquilo que vamos discutir ao final.

Era uma sugestão que eu queria colocar à apreciação de V. Ex^a

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, ontem, tivemos uma importante reunião, creio que fruto do esforço que esta Comissão, aqui convergindo em torno de três Comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional. O esforço do Senado tem sido grande na busca de um entendimento. O ambiente não apenas entre os Senadores, mas também entre os governadores de

Estados confrontantes, produtores e não produtores, nunca esteve tão bom. Ontem, pudemos ter aqui uma demonstração clara disso, com a visão de estadista que teve o Governador Eduardo...

com a visão de estadista que teve o Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, sinalizando para a necessidade desse entendimento.

Pois bem, na audiência com o Ministro Guido Mantega, o Ministro sinalizou que até o dia 14 de setembro estaria propondo uma nova versão ou uma nova proposta em nome do Governo Federal, uma versão aperfeiçoada do PL nº 8.051, que se encontra tramitando na Câmara dos Deputados.

Penso que esta Comissão também poderia se debruçar, a partir desta reunião ou talvez, quem sabe, a partir da próxima, em que nós o ouviríamos o secretário-executivo Nelson Barbosa, excelente técnico que está avaliando o impacto dessas propostas todas, e, ao final, nós poderíamos, em razão da boa política, nos debruçar também em torno de uma proposta que pudesse representar o entendimento daquilo que estamos pensando. Nós temos pelo menos duas propostas. O senhor também é autor de uma proposta, mas eu acho que a proposta desenhada e tão bem coordenada pelo Senador Wellington Dias, assim – como pelo Senador Francisco Dornelles, resume muito esse entendimento e a possibilidade de chegarmos a um acordo, para evitarmos aquilo que seria o pior dos mundos, não para os nossos Estados, mas para o País, que seria a judicialização da distribuição dos **royalties**, através da guerra campal e aberta e conflituosa que nós viveríamos, na sessão do Congresso Nacional, em que o veto do Presidente Lula seria apreciado.

Então a sugestão que faço, o encaminhamento que faço a V. Ex^a e aos demais presidentes, assim como aos nossos colegas Senadores, é que após essa rodada nós pudéssemos nos debruçar em torno de uma proposta técnica que pudesse expressar o sentimento do Senado e dessas Comissões.

É a proposta que faço.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senador Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ouço o aparte de S. Ex^a com muita honra e com muito prazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O implacável Senador Flexa!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio, só para fazer um registro. Se nos olharmos aqui a audiência de hoje e fizermos uma comparação com a de ontem, nós vamos ver que realmente os governadores filiados à Opep lotaram o recinto da Comissão, ao ponto de não ter lugar nem para ficar em pé. Os Senadores tiveram que sentar aqui à frente.

O SR. (*Fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não é só por isso. É porque lá teria algo a distribuir e aqui nós estamos solicitando, nós estamos pedindo algo com o pires na mão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nós somos consumidores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É, nós somos consumidores. Mas, Senador Dornelles, ontem eu fiz uma referenda ao presidente da Opep, que o Senador Sérgio Cabral, o Governador Sérgio Cabral, dizendo que o Pará vai entrar para a Opep. Então nós vamos estar ao seu lado daqui a algum tempo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É apenas para compartilhar com o Senador Ricardo Ferraço a respeito da questão do encaminhamento de uma negociação, de um entendimento nessa matéria. Para o País e para o Congresso Nacional, o pior dos mundos seria a judicialização dessa matéria. Eu queria dizer que agora, do ponto de vista do Senado, a condução, nas mãos do Senador Francisco Dornelles, meu querido líder e mestre, que é do Rio de Janeiro, Estado produtor, digamos, maior interessado junto com o Espírito Santo nessa questão e o Senador Wellington Dias que representa a parte pobre no compartilhamento dessa riqueza que é dos brasileiros, dos consumidores, acho que este exatamente, digamos, a substância do que nos precisamos aqui dessa convivência.

Queria cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e o senhor pela condução, ontem, pois foi uma das mais produtivas audiências sobre uma matéria tão complexa quanto é essa do pré-sal. Até então as questões estavam muito, digamos, confrontadas e agora se começou a ver desanuviado o clima...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – como bem disse o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O ambiente político é tão favorável que nós, capixabas, estaremos recebendo amanhã, com tapete vermelho e banda de música, o Senador Wellington Dias para continuarmos e aprofundarmos esse debate. Tudo isso fruto, Presidente, desse esforço que estamos fazendo aqui no Senado para que a política com -P- possa continuar sendo exercida em benefício do País. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para terminar, porque queremos trabalhar e ouvir o vice-governador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com moqueca.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 194, de 2011**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2007.

É o seguinte o ofício:

OF. Nº 194/2011-CDR

Brasília, 30 de agosto de 2011

Assunto: Decisão Terminativa

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou, em turno único, o Substitutivo (Emenda nº 1-CDR) ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2007, que “*Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas*”, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo a Turno Suplementar.

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas

emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 550, DE 2011 – COMPLEMENTAR**

Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, passa vigorar acrescida das seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 3º O piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R\$ 1.635,00 (mil e seiscientos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar.

§ 4º O valor fixado no parágrafo anterior será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística – IBGE.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposta que apresentamos tem ampla repercussão social. Esta sugestão vem ao encontro dos interesses dos trabalhadores, empregadores e da própria sociedade, pois abre um novo patamar de remuneração salarial para os portadores de diploma em curso superior.

Fixamos em três salários mínimos a retribuição remuneratória mínima para os empregados com curso superior. Imagina-se que a partir desse referencial

remuneratório seja possível atrair mais estudantes para a formação de nível superior, já que lhes será reconhecido uma remuneração mínima em forma de piso salarial estadual, que poderá ser maior do que fixado nesta lei complementar a partir das discussões efetivadas no âmbito de cada Assembléia Legislativa.

Segundo reportagem da revista **Exame.Com**, em 6 de abril de 2011, os resultados da Sondagem Especial – Trabalhador Qualificado, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), reforçam a urgência do aumento de investimentos para elevar a qualidade da educação básica no Brasil. Conforme a pesquisa, 69% das companhias enfrentam dificuldades com a falta de trabalhador qualificado e, por isso, 78% desse grupo investe em capacitação de funcionários. Porém, cerca de metade (52%) aponta dificuldades na qualificação por conta de uma educação básica ruim dos trabalhadores.

Os dados são alarmantes e não são poucos os setores nos quais o problema da falta de mão de obra qualificada é mais comum. Os setores mais afetados são vestuário (a dificuldade foi apontada por 84% das empresas do setor); outros equipamentos de transporte – segmento que vai de bicicletas a aviões, com exceção de automóveis -, com 83%; limpeza e perfumaria, com 82%; e móveis, com 80%. Em 25 dos 26 setores analisados, ao menos metade das companhias informou sofrer com a falta de trabalhador qualificado. Refino de petróleo foi o único a ficar abaixo dessa proporção: 48% das empresas citaram ter o problema.

Além disso, a pesquisa indica a baixa qualidade do ensino básico, que compreende o ensino fundamental e médio, o que torna ainda mais complexo a formação ulterior destas pessoas em profissionais qualificados, o que certamente trará inúmeros problemas de competitividade para o Brasil com prejuízos ao nosso desenvolvimento.

Ora, se por um lado os empresários necessitam de mão-de-obra especializada, especialmente profissionais de nível superior com qualificação técnica específica, como engenheiros, químicos, biólogos, físicos, matemáticos, economistas, administradores, pedagogos, dentre tantas outras profissões, os empregados necessitam de um mínimo de dignidade, o que se concretiza com remuneração adequada.

Assim, nada mais efetivo de que o empregado ter pleno conhecimento de que se estudar e se qualificar seu salário será maior.

É simples, e muito mais atrativo para as empresas que têm despesa de milhões de reais em investimentos e não têm os profissionais de que necessitam.

Talvez uma das maiores razões para isso seja a pouca motivação remuneratória em face do esforço individual do estudante, que passa anos nos bancos escolares estudando; dedicando-se; sacrificando lazer, família, para depois não ter a garantia de uma patamar mínimo de remuneração.

Um exemplo ilustrativo disso são os concursos públicos. Quando a remuneração é maior, milhares de pessoas se candidatam, proporcionando ao órgão recrutador a seleção dos melhores e mais capazes, agregando alto valor em recursos humanos.

Por estas razões, contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação do presente projeto de lei complementar.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto Compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I –

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI –

Art. 21.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I –

XXIX –

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 23.

Art. 250.

Brasília, 5 de outubro de 1988

LEI COMPLEMENTAR

Nº 103, DE 14 DE JULHO DE 2000.

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida:

I – no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais;

II – em relação à remuneração de servidores públicos municipais.

§ 2º O piso salarial a que se refere o **caput** poderá ser estendido aos empregados domésticos.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Francisco Dornelles – Waldeck Ornelas – Martus Tavares.**

Publicada no **DOU** de 17-7-2000

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Senador Rodrigo Rollemberg.

Aproveito o encerramento da sessão para fazer um registro rápido.

A Presidenta da República Dilma Rousseff está cumprindo, no dia de hoje, uma série de agendas no meu Estado do Rio Grande do Sul. Infelizmente, por estar acompanhando o Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas ontem e uma reunião hoje, não pude acompanhá-la, mas a minha filha Ednéia Paim está me representando.

Quero destacar, Senador Rodrigo Rollemberg, que em seu discurso, na abertura oficial da 34º Expointer, a Presidenta Dilma destacou o papel da agricultura e pecuária brasileira no enfrentamento da turbulência que ameaça se espalhar pelo mundo com a crise a partir dos Estados Unidos e Europa. Disse ela: “Nós enfrentaremos esta crise consumindo, investindo, diminuindo impostos, plantando e colhendo os frutos da agricultura”. Disse mais a Presidenta Dilma: “Uma potência agropecuária capaz de atender o mercado interno e externo”, se referindo ao Brasil.

Dilma Rousseff destacou, ainda, que a turbulência nos mercados é continuidade da crise de 2008 e lembrou o esforço do seu antecessor, o Presidente Lula. Disse mais: “O Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair dela”.

Dilma defendeu o aumento das reservas internacionais brasileiras. Em 2002, eles giravam em torno de R\$220 bilhões e, hoje, em 2010, chegam a R\$420 bilhões.

A Presidenta Dilma Rousseff também destacou que o Governo disponibilizou R\$107 bilhões para financiamentos e R\$16 bilhões no Plano Safra:

A cadeia de sucesso que temos aqui, disse ela, conquistamos graças ao trabalho dos produtores, mas também às políticas do Governo Federal. E acrescen-

tuou que o Governo vai privilegiar a agilização da concessão de crédito para agricultores e pecuaristas e o limite de crédito único para o produtor e não mais por produto. Aproveitou, ainda, para lembrar as medidas do Governo Federal para ajudar os rizicultores do Estado. “A ação de incentivo para o arroz no Rio Grande do Sul é algo de que muito me orgulho”, disse ela.

A Senhora Presidente, acompanhada do Governador Tarso Genro e do Prefeito Jairo Jorge, participou também de ato de inauguração de leitos hospitalares em Canoas, especificamente no Hospital Universitário, na Ulbra, para entregar 110 novos leitos de atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde. A Presidenta vai anunciar a abertura de unidades de qualificação do atendimento a gestantes, em Canoas.

Segundo informe do movimento “Eu Apoio o Carvão”, hoje, pela manhã, na Expointer, Esteio, Rio Grande do Sul, foi entregue para o Governador Tarso Genro e para a Presidenta Dilma um manifesto solicitando a inclusão do carvão na matriz energética no Leilão A-5, que ocorrerá no dia 20 de dezembro e que até então não foi contemplado. A Presidenta Dilma comprometeu-se a estudar o assunto. E o Governador Tarso Genro referendou o apoio ao movimento dos trabalhadores.

Estavam presentes o Deputado Afonso Hann, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão, o Deputado Estadual Valdeci Oliveira; o Deputado Federal Ronaldo Zülke; o Deputado Federal Paulo Pimenta; o Deputado Federal Elvino Bonh Gass, o Prefeito de Candiota, Luiz Carlos Folador, representando os Prefeitos da região de Candiota e do baixo Jacuí e o senhor líder sindical Oniro da Silva Camilo, representando os trabalhadores.

Quero também informar a todos que estão assistindo à TV Senado que falei há pouco com o Ministro Lobão, e ele me garantiu que o Ministério de Minas e Energia estará presente na audiência pública que estou promovendo, no dia 13 de setembro, às 9 horas, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, especificamente ali naquela Comissão que trata do Emprego e da Previdência. Participarão da audiência pública para debater a inclusão do carvão na matriz energética e situação dos trabalhadores em decorrência do Leilão A-5. Há uma preocupação de que cerca de 500 trabalhadores poderão ser demitidos, e a economia da região pode ser muito prejudicada.

Informo, ainda, que hoje à tarde, conforme o Diretor da Cobap, Sr. Moacir, preocupado com a economia e com o número de idosos aposentados daquela região do carvão, vão fazer um movimento a partir das

15 horas na Rótula da entrada de Minas do Leão. Lideranças políticas e trabalhadores das cidades de Porto Alegre, Candiota, Minas do Leão, Butiá, Hulha Negra, dentre outras estarão participando daquele ato como já fizeram ontem num outro ato na chamada rodovia do Mercosul.

Com essas informações em relação a nossa Expointer e o movimento dos trabalhadores que leva o nome “Eu Apoio o Carvão”, e o encontro que tiveram com a Presidenta Dilma, com o Prefeito Jairo e o movimento em Canoas em favor da nossa saúde, concluo esta nossa sessão plenária do Senado da República.

Informo a todos que, segunda-feira, 9 horas, pela manhã, ali, na Comissão de Direitos Humanos, com transmissão pela TV Senado, teremos um grande debate sobre os 50 anos da Legalidade, com a presença dos familiares de Leonel Brizola, ex-Governador já falecido, do Rio Grande e do Rio de Janeiro, e familiares do ex-Presidente João Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Geovani Borges e Angela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me fazer aqui breve e elogiosa referência à corporação dos bombeiros militares do Estado do Amapá, por mais uma vez estarem à frente de uma belíssima ação social e humanitária em favor de adolescentes de baixa renda.

Eu me refiro à ação que o Corpo de Bombeiro do Amapá vem desenvolvendo, há pelo menos cinco anos, denominada projeto Bombeiro Cidadão, que visa trabalhar com adolescentes de baixa renda e em situação de risco social.

Atualmente, o projeto atende aproximadamente quatrocentos adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos, distribuídos nos município de Santana, Laranjal do Jari e na capital do Estado, Macapá.

Os critérios estabelecidos para que os jovens possam ser beneficiados pelo projeto, incluem, além da faixa etária, entre 14 e 17 anos, a obrigação de estarem devidamente matriculados na escola e principalmente frequentando as aulas com assiduidade, além, é claro, como eu já disse, serem de família de baixa renda e estar em situação de risco social.

Senhoras e Senhores, temos nessa iniciativa uma ação eficiente, concreta e coordenada, para tirar os adolescentes das ruas e fazer com que ocupem o

tempo livre com atividades e cursos de capacitação, além de resgatar os valores éticos, morais e cívicos.

São nove meses – e se o tempo simbolicamente nos remete à figura da gestação, talvez seja para justamente sugerir que ali eles buscam as chances de uma nova vida.

É uma alegria ver aquelas rapazes e moças ganhando capacitações técnicas, ao receberem noções de prevenção e combate a incêndio, técnicas de salvamento, higiene e primeiros socorros, instruções militares, prevenção de acidentes domésticos, cultura e arte, esporte e lazer, educação ambiental, visitas a outras instituições, palestras, dentre outras ações.

E o exemplo, o meio onde isso se dá, não poderia ser melhor. Os bombeiros militares são reconhecidamente a mais amada, a mais respeitada, a mais reconhecida instituição do país. Saber, portanto, que jovens em situação de vulnerabilidade social, estão tendo a oportunidade de conviver com esse exemplo de honradez de conduta, só nos anima e orgulha.

E como todo trabalho cresce na parceria, é bom que se ressalte que a iniciativa dos valorosos bombeiros militares do Amapá ganha reforço com o apoio do Serviço Social de Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat), que promove cursos de qualificação.

Outro parceiro do projeto é a Faculdade Seama, que há poucos dias doou as camisas, que serão usadas pelos jovens no desfile de 7 de Setembro, nas celebrações pela Independência do Brasil.

Fica, portanto aqui nosso registro e saudação, dando parabéns aos condutores desse programa de resgate social, justamente quando o Brasil inteiro discute ou precisa discutir a atenção que está sendo dada ao jovem formação cidadã.

Muito obrigado.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a luta contra a pobreza extrema, a meta de erradicá-la até 2014, pode ser considerada uma das propostas mais ambiciosas do governo federal nos últimos anos.

E não apenas pelo número de pessoas envolvidas, afinal o público alvo, de acordo com informações do IBGE, está em torno de 16 milhões; não apenas pelo volume de recursos envolvidos ou a quantidade de ministérios, secretarias e outros órgãos do poder público e da sociedade civil que estão participando desta cruzada contra a pobreza.

A maior dimensão do Programa Brasil Sem Miséria consiste em identificar, localizar e trazer para o guarda chuva da assistência social esses 16 milhões de brasileiros e brasileiras que estão fora do alcance.

A prioridade que é dada à iniciativa de erradicar a pobreza extrema fica clara, também, quando o Governo Federal anuncia ajustes no orçamento para segurar gastos de 50 bilhões de reais, como feito no início do ano, ou ainda quando decide aumentar a economia para pagar juros da dívida em mais 10 bilhões de reais, como ocorreu esta semana, sem que esta economia represente redução nos gastos sociais. Todos os programas sociais e investimentos do Governo Federal no combate à pobreza foram preservados de cortes orçamentários.

Muito já se repetiu, aqui nesta Tribuna inclusive, sobre o enorme salto da classe trabalhadora nos oito anos do Governo Lula. Mais de 100 milhões estão hoje na classe média. 60 milhões ascenderam socialmente nos últimos anos. Existem muitos motivos para esta mobilidade social: estabilidade da economia, mais empregos, maior renda, mais escolaridade, investimentos públicos em infraestrutura, crédito para a casa própria, que aquece a indústria da construção civil e toda a cadeia produtiva. Enfim, um círculo virtuoso.

Mas a maior contribuição para que milhões de brasileiros superassem a linha da pobreza, senhor presidente, senhoras e senhores senadores, foi sem dúvidas o Programa Bolsa Família. Onze milhões de famílias brasileiras, cerca de 44 milhões de pessoas, em algum momento dos últimos oito anos, receberam os benefícios do Bolsa Família, que não se restringem ao dinheiro depositado em uma conta uma vez por mês, mas a toda uma rede de assistência, proteção social, educação de crianças, jovens e adultos e qualificação profissional.

O Bolsa Família cumpriu um papel importantíssimo neste círculo virtuoso da economia nacional, mas atingiu o seu limite ao não conseguir identificar pelo menos 16 milhões de brasileiros que estão fora do alcance de qualquer ação governamental. Por isso o Brasil Sem Miséria, que a presidenta Dilma lançou recentemente e que agora está na fase de formalização das parcerias com os governos estaduais.

Por meio da busca ativa, o Brasil Sem Miséria vai atrás desses brasileiros. São moradores de rua e das periferias das grandes cidades que sequer sabem que têm direito à proteção, ao amparo do Estado Brasileiro. Também há, neste contingente, milhões de trabalhadores rurais, a maioria vivendo nas regiões mais dis-

tantes, mais isoladas da Amazônia, onde a oferta de serviços públicos é praticamente inexistente.

É para estes brasileiros e brasileiras que vivem no meio da floresta, que tiram seu sustento do que a natureza oferece e que causam baixíssimo impacto ambiental, que o Programa Brasil Sem Miséria terá uma vertente chamada Bolsa Verde. Uma ajuda de 300 reais, a cada três meses, para que pessoas pobres que promovem atividades extrativistas, principalmente em unidades de conservação federal, possam cuidar da floresta, evitando desmatamentos e, quando for o caso, inclusive denunciando atividades danosas nestas unidades.

A condição para receber estes 300 reais é cumprir as regras para exploração sustentável da floresta, definidas em planos de manejo, de desenvolvimento dos assentamentos ou nos contratos de concessão de direito real de uso. O cumprimento desta exigência será acompanhado por imagens de satélite e fiscalização do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

A presidenta Dilma fará o lançamento da Bolsa Verde no início de setembro, em Manaus. É a segunda vez que a presidenta vai a Manaus, este ano, para o lançamento de um programa federal. E não é por acaso. Empenhada em erradicar a pobreza, a presidenta sabe que os piores índices estão na Amazônia. Em Roraima, por exemplo, o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza extrema, 16%, é o dobro da média nacional.

Foi a mesma razão que levou Dilma à Manaus para o lançamento dos programas de prevenção e combate ao câncer de mama e câncer de colo do útero. A ocorrência destas duas doenças, na Amazônia, é o dobro da média nacional, vitimando principalmente mulheres pobres, que não têm acesso à prevenção e ao diagnóstico precoce.

Portanto, fica claro que o Brasil Sem Miséria é um conjunto de iniciativas, que passam por vários ministérios, e que contemplam aspectos como saúde, educação, inclusão produtiva, qualificação profissional, entre outros. A Bolsa Verde é mais uma destas iniciativas, que vai atender inicialmente 19 mil famílias que vivem em 30 unidades de conservação, cadastradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, e também em assentamentos da reforma agrária dedicados ao extrativismo.

A estimativa é que existam 60 mil famílias nestas condições. Num segundo momento a Bolsa Verde será ampliada para 310 unidades de conservação que

permitem atividades produtivas, no caso as reservas extrativistas e florestas nacionais, e chegar também aos moradores das reservas estaduais, ampliando a parcela da população atendida.

Com um custo inicial de 10 milhões de reais, nesta primeira fase as famílias beneficiadas estão em 74 assentamentos, a maioria nos estados do Amazonas e Pará, mas os órgãos federais em Roraima já estão identificando assentados que recebem o Bolsa Família e que estão em condições de ser atendidos pela Bolsa Verde.

Para Roraima, este programa é ainda mais necessário, não apenas pelo dobro da média nacional de pessoas abaixo da linha de pobreza extrema, 80% na área rural, mas também para amparar as famílias que recebiam o Pró-Custeio, programa de apoio ao homem do campo que foi suspenso pelo atual governador, em novembro passado, juntamente com todos os demais programas de transferência de renda do Governo do Estado de Roraima.

Esperamos que, com a Bolsa Verde, pelo menos uma parte dessas famílias abandonadas com o fim do Pró-Custeio possa voltar a ter uma renda para auxiliar nas suas atividades produtivas.

O Pró-Custeio, faço questão de lembrar, senhor presidente, foi criado no período em que fui secretária de Trabalho e Bem Estar Social do Governo do Estado de Roraima. Consistia em duas parcelas anuais, no valor de 250 reais cada, pagas aos produtores para auxiliar na aquisição de ferramentas, sementes, insumos e também alimentos. Transferência de renda para que o produtor rural, geralmente assentado pela Reforma Agrária, pudesse permanecer no lote e ter assegurada a sua subsistência e capacidade de trabalho. Criado em 2002, esse programa atendeu mais de 10 mil famílias de Roraima até o final do ano passado. Imediatamente após as eleições, o governo estadual cessou os pagamentos, sem explicações.

Essa, entre outras razões, senhor presidente, me trazem a esta tribuna para saldar um programa que ainda vai ser lançado pela presidenta Dilma. Por entender que, além da grande contribuição que a Bolsa Verde dará para o Programa Brasil Sem Miséria e a meta do governo federal de incluir 16 milhões de brasileiros e brasileiras, sabemos também dos benefícios que trará para o Estado de Roraima, onde a situação de pobreza cobra uma ação ainda mais forte dos governos.

Quero, nesta oportunidade, anunciar que durante o lançamento do Programa Bolsa Verde, em Manaus, devem ser assinados os primeiros contratos do Programa Nacional da Palma de Óleo, que está sendo

desenvolvido em Roraima, em parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Casa Civil e Embrapa, junto com o Governo do Estado e as prefeituras.

Este projeto vai atender famílias de produtores rurais dos assentamentos do Incra nos municípios de Caracaraí, Caroebe, Rorainópolis, São Luiz do Anauá e São João da Baliza. Estas famílias receberão crédito, assistência técnica e assinarão contratos de comercialização por 25 anos, produzindo palma de óleo que será fornecida para uma indústria de biodiesel. Estudos da Embrapa e outras instituições comprovam que o sul de Roraima é uma das melhores regiões do Brasil para a produção de palma de óleo.

Os pequenos produtores rurais atendidos usarão uma pequena parte de suas propriedades nesta atividade, consorciada com outras culturas, como mandioca e feijão. Nenhuma área de floresta poderá ser desmatada para o plantio do dendê, que será cultivado em áreas já abertas para a agricultura.

Até o final do ano o plantio deve chegar a mil hectares e a estimativa do Incra é que, em quatro anos, cerca de mil famílias estejam envolvidas numa atividade cujo horizonte de produção pode chegar a 80 anos, com a colheita a partir do terceiro ano, o que pode proporcionar uma renda mensal de até 2.500 reais por família.

Enquanto este Senado Federal e praticamente toda a sociedade brasileira discutem a proposta para um novo Código Florestal, enquanto se discute formas de compatibilizar a preservação das nossas riquezas naturais com a atividade produtiva, projetos como esses, Bolsa Verde e Palma de Óleo, reforçam a inclusão social, o resgate de milhares de brasileiros e brasileiras da pobreza e ainda os transforma em agentes da preservação, na medida em que serão remunerados para manter a floresta em pé. No caso da Palma de Óleo, lhes asseguro ainda a condição de produzir para o próprio consumo e para comercializar, com a garantia de aquisição de toda a safra.

Quero encerrar, senhor presidente, reforçando mais uma vez o nosso apoio às iniciativas do Governo Federal para a erradicação da pobreza extrema e, principalmente, a prioridade que está sendo dada aos estados da Amazônia Legal, entre eles o meu Estado de Roraima.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 38 minutos.)

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

9ª REUNIÃO DE 2011 DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, na sala da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença do Senhor Senador José Sarney, Presidente; da Senadora Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidenta; dos Senadores Wilson Santiago, Segundo Vice-Presidente; Cícero Lucena, Primeiro-Secretário; João Vicente Claudino, Terceiro-Secretário; Ciro Nogueira, Quarto-Secretário; e João Durval, Segundo Suplente. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença de todos e passa a tratar das matérias legislativas que constarão da ata da reunião da Mesa do Senado Federal. Em seguida, passou-se ao exame dos itens da pauta administrativa: Item 01 - Apreciação da prestação de contas, do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, referente ao ano (exercício) de 2009, conforme processo nº 001808/10-9. Aprovada. Em seguida, o Senhor Primeiro-Secretário relatou o estágio das licitações para a implantação do novo modelo de transporte. Informou que não haverá tempo hábil para a finalização das licitações correspondentes e do curso do prazo para que o licitante vencedor inicie a prestação do serviço antes do vencimento dos contratos atuais (CT 12/2011 e CT 17/2011), no final deste mês. Assim, submeteu à Comissão Diretora a necessidade de contratar emergencialmente a manutenção dos serviços, nos moldes atuais, pelo prazo de até 6 meses. Aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e vinte minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Walter Ribeiro Valente Junior, Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, em 25 de agosto de 2011. **Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidenta, Senador Wilson Santiago - Segundo Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena - Primeiro-Secretário, Senador João Vicente Claudino - Terceiro-Secretário, Senador Ciro Nogueira - Quarto-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente**

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4800 de 01/09/2011

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 13, de 2011

Dispõe sobre a utilização da marca do Senado Federal, disciplina a criação de marcas na Instituição e orienta sobre a aplicação das Armas Nacionais.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º O Manual de Identidade do Senado Federal é regulamentado por este Ato e tem como objetivos:

I - estabelecer as normas obrigatórias e os requisitos necessários para efetuar o controle de qualidade das manifestações visuais da Instituição;

II - estabelecer diretrizes de comunicação institucional, relacionadas à marca do Senado Federal;

III - assegurar a aplicação correta da marca gráfica em todo material institucional que emana desta Casa Legislativa;

IV - regulamentar a criação de marcas na Instituição;

V - orientar sobre a correta aplicação das Armas Nacionais, conforme estabelece a Lei nº 5.700/1971, bem como em relação à padronização de seu uso nos materiais oficiais do Senado Federal.

Art. 2º De modo a atender os objetivos descritos no art. 1º, o Manual de Identidade do Senado é composto pela seguinte estrutura:

I - Introdução;

II - Identidade Institucional;

III - Gestão da Marca;

IV - Marca Institucional;

V - Armas Nacionais;

VI - Sinalização;

VII - Internet e Intranet;

VIII - Veículos de Comunicação do Senado;

IX - Produtos e serviços com marca própria;

X - Glossário.

Parágrafo único. O conteúdo do Manual de Identidade do Senado Federal está anexo a este Ato.

Art. 3º Compete à área de Propaganda e Marketing Institucional, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a elaboração e atualização do Manual de Identidade do Senado Federal.

Parágrafo único. Os casos omissos serão decididos pela área de Propaganda e Marketing Institucional, da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I - MANUAL DE IDENTIDADE DO SENADO FEDERAL

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, 13 de julho de 2011. Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidente, Senador Wilson Santiago - Segundo Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena - Primeiro-Secretário, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta Suplente

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4790 de 18/08/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**DESIGNAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO****ATO DO PRESIDENTE Nº 175, de 2011**

Altera a composição do grupo de apoio aos trabalhos Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições, e em atendimento a solicitação do Ministro Dias Toffoli, Presidente da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral, de que tratam o Ato do Presidente nº 192, de 2010, e alterações posteriores, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar **EVERTON ARAUJO DA SILVA FELIPE** em substituição a HUDSON LOBO ALVES na composição do grupo de apoio aos trabalhos da referida Comissão, constituído pelo Ato do Presidente nº 245, de 2010.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4796 de 26/08/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**TORNA SEM EFEITO****ATO DO PRESIDENTE Nº 176, de 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE** tornar sem efeito a nomeação de **FREDERICO AUGUSTO KALACHE DE PAIVA** para o cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Especialidade Comunicação Social, Nível II, Padrão 21, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente do Senado Federal nº 158, de 2011, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 13, da lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 29 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 168, Seção 2, de 31/08/2011.

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4800 de 01/09/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**PRORROGAÇÃO****ATO DO PRESIDENTE Nº 177, de 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista solicitação do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde - SIS, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar ad referendum da Comissão Diretora do Senado Federal o mandato dos atuais Conselheiros do Conselho de Supervisão do SIS por mais 2 (dois) anos, em caráter excepcional, devido a reformulações administrativas que o SIS está implementando.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4799 de 31/08/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**DISPENSA/DESIGNAÇÃO****ATO DO PRESIDENTE Nº 178, de 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista solicitação do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde - SIS, RESOLVE:

Art. 1º Dispensar o servidor **EDGELSON JOSÉ TARGINO COELHO**, matrícula 21067, do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde - SIS, em decorrência de sua aposentadoria no cargo de Analista Legislativo do Senado Federal.

Art. 2º Designar para substituí-lo **MARIANGELA CASCÃO PIRES E ALBUQUERQUE**, matrícula 139303, servidora do Senado Federal ocupante do cargo de Analista Legislativo, para integrar o Conselho de Supervisão do SIS, conforme previsão contida no Inciso VI, do artigo 1º do Ato da Comissão Diretora nº 13 de 2009.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4799 de 31/08/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

MOVIMENTAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 179, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** movimentar, nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 6174, de 2011, o servidor **DEIVID HERLEY FEITOSA ROCHA**, matrícula 244925, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, de AP06, para AP08, a partir da data da publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 168, Seção 2, de 31/08/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4800 de 01/09/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

MOVIMENTAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 180, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE** movimentar, nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 6174, de 2011, a servidora **SARAH SOARES CRUZ**, matrícula 229020, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, de AP07, para AP03, a partir da data da publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 168, Seção 2, de 31/08/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4800 de 01/09/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

DISPENSA

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 41, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 018042/11-2, **RESOLVE**:

Art. 1º Dispensar, a pedido, da Comissão Permanente de Recepção e Controle da Declaração de Ajuste Anual de que trata o Ato nº 19, de 2006, da Comissão Diretora, o servidor **WILSON ROBERTO THEODORO**, matrícula 47305.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de agosto de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4795 de 25/08/2011

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 15

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrellá é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,4)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das em presas de rádio (inciso I)		
Representante das em presas de televisão (inciso II)		
Representante de em presas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta Augusto	Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
Henri	que Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 31.08.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM /11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
1.	
2.	
PTB	
	1.
PSOL ¹	
1.	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



Edição de hoje: 152 páginas

OS: 2011/14622